



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 30 DE JANEIRO DE 2019

Aprova *ad referendum* alterações no PPC do curso Técnico Integrado em Agropecuária do *campus* Tauá.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e:

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23490.011577/2018-13,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum*, as alterações do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária do *campus* Tauá, considerando os documentos apresentados a este Conselho e autorizar a oferta de 35 vagas anuais.

Parágrafo único – O curso será ofertado na modalidade Presencial, na forma Integrada e funcionará em turno Integral, conforme definido no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 2º A interrupção da oferta e/ou a extinção do referido curso deverá ser submetida a este conselho para aprovação, com as devidas justificativas e a apresentação do planejamento de realocação de recursos humanos e de materiais vinculados ao curso, em conformidade com as regulamentações vigentes.

Art. 3º Estabelecer que esta resolução entra em vigor a partir de 30 de janeiro de 2019.

Tássio Francisco Lofti Matos
Presidente em exercício do Conselho Superior



Documento assinado eletronicamente por **Tássio Francisco Lofti Matos, Presidente do Conselho Superior em Exercício**, em 30/01/2019, às 10:56, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0465377** e o código CRC **129531D8**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS – TAUÁ

Rua Antônio Teixeira Benevides, 01 - Colibris. CEP: 63660 - 000.

Telefone: (88) 3437-4249. E-mail: gabinete.taua@ifce.edu.br

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO
INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO EM AGROPECUÁRIA**

Tauá - CE

Novembro de 2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS TAUÁ

Rua Antônio Teixeira Benevides, 01 - Colibris. CEP: 63660 - 000.

Telefone: (88) 3437-4249E-mail: gabinete.taua@ifce.edu.br

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Paulo Barone

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS TAUÁ

José Alves de Oliveira Neto

DIRETOR DE ENSINO DO CAMPUS TAUÁ

Weberte Alan Sombra

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

George Luiz de Freitas Souza

PEDAGOGOS (AS)

Prucina de Carvalho Bezerra e Karla Gonçalves de Oliveira

TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Alexciano de Sousa Martins

COORDENADORA DO CURSO TÉCN. INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA

Kélvia Jácome de Castro



SUMÁRIO

<u>IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</u>	<u>4</u>
<u>1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO</u>	<u>5</u>
<u>2 CONCEPÇÃO DO CURSO</u>	<u>8</u>
<u>2.1 Concepção Filosófica e Pedagógica do Curso</u>	<u>8</u>
<u>2.2 Justificativa</u>	<u>9</u>
<u>2.3 Objetivos</u>	<u>12</u>
2.3.1 Objetivo Geral	12
2.3.2 Objetivos Específicos	12
<u>2.4 Requisitos e Formas de Acesso</u>	<u>13</u>
<u>2.5 Fundamentação Legal e Perfil Profissional de Conclusão do Curso</u>	<u>13</u>
<u>2.6 Organização Curricular</u>	<u>17</u>
2.6.1 Matriz Curricular	21
2.6.1.1 Detalhamento dos Componentes Curriculares	23
2.6.1.1.1 Base Nacional Comum	23
2.6.1.1.2 Formação Profissional	29
2.6.1.2 Estágio Curricular	30
2.6.1.3 Atividades Extracurriculares	31
<u>2.7 Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores</u>	<u>31</u>
<u>2.8 Metodologia de Ensino</u>	<u>32</u>
<u>2.9 Avaliação da Aprendizagem e Recuperação</u>	<u>34</u>
2.9.1 Avaliação da Aprendizagem	34
2.9.2 Da Reprovação	38
<u>2.10 Avaliação dos professores e do Curso</u>	<u>39</u>
<u>2.11 Estratégias de Apoio ao Discente</u>	<u>40</u>
<u>2.12 Biblioteca, Instalações e Equipamentos</u>	<u>40</u>
<u>2.13 Laboratórios, Instalações e Equipamentos</u>	<u>43</u>
2.13.1 Laboratório Didáticos: Produção animal, vegetal e agroindustrial (em construção)	43
2.13.2 Laboratório de Informática (em construção)	43
<u>2.14 Perfil do Pessoal Docente e Técnico</u>	<u>43</u>
<u>2.15 Diploma</u>	<u>47</u>
<u>2.16 Mecanismos de Acompanhamento do Curso e Atualização do PPC</u>	<u>47</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>47</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>50</u>
<u>PUDs - Disciplinas do Núcleo Comum</u>	<u>51</u>
<u>PUDs - Disciplinas Técnicas</u>	<u>114</u>
<u>PUDs - Disciplinas Diversificadas</u>	<u>105</u>
<u>ROD - Regulamento da Organização Didática</u>	<u>153</u>



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação: Curso Técnico Integrado em Agropecuária

Atos legais autorizativos:

Forma de oferta: Integrada ao Ensino Médio

Titulação conferida: Técnico em Agropecuária

Modalidade: Presencial

Regime de matrícula: Anual

Duração do curso: 03 anos

Carga horária total do curso: 4.440 horas

Formação profissional: 1.229 horas

Número mínimo de vagas anuais: 25

Número máximo de vagas anuais: 35

Turno de funcionamento: Tempo Integral

Endereço de oferta: IFCE/Campus Tauá, Rua Antônio Teixeira Benevides, 01 – Colibris,
CEP: 63660 - 000

Forma de ingresso: Processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de ensino em parceria com o *Campus* por meio de edital.

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Coordenadora do Curso: Prof^a. Dr^a. Kélvia Jácome de Castro



1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma Instituição Tecnológica que tem como marco referencial de sua história a evolução contínua com crescentes indicadores de qualidade. A sua trajetória corresponde ao processo histórico de desenvolvimento industrial e tecnológico da Região Nordeste e do Brasil.

Nossa história institucional inicia-se no século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha cria, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, com a inspiração orientada pelas escolas vocacionais francesas, destinadas a atender à formação profissional aos pobres e desvalidos da sorte. O incipiente processo de industrialização passa a ganhar maior impulso durante os anos 40, em decorrência do ambiente gerado pela II Guerra Mundial, levando à transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, no ano de 1941 e, no ano seguinte, passa a ser chamado de Escola Industrial de Fortaleza, ofertando formação profissional diferenciada das artes e ofícios orientada para atender às profissões básicas do ambiente industrial e ao processo de modernização do País.

O crescente processo de industrialização, mantido por meio da importação de tecnologias orientadas para a substituição de produtos importados, gerou a necessidade de formar mão de obra técnica para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. No ambiente desenvolvimentista da década de 50, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de Autarquia Federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando a missão de formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e em 1968, recebe então a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, demarcando o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional, com elevada qualidade, passando a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas de Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Química Industrial, Telecomunicações e Turismo.

O contínuo avanço do processo de industrialização, com crescente complexidade



tecnológica, orientada para a exportação, originou a demanda de evolução da Rede de Escolas Técnicas Federais, já no final dos anos 70, para a criação de um novo modelo institucional, surgindo então os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET's.



A partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu, tendo hoje 32 unidades, distribuídas em todas as regiões do Estado.

Ao longo da história, os Institutos Federais passaram a consistir em instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com práticas pedagógicas.

O *campus* de Tauá, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), foi inaugurado em 20 de novembro de 2009, como um campus avançado do IFCE de Crateús. Situado em Tauá, município polo da região do sertão dos Inhamuns, distante 334 km de Fortaleza, abrange os municípios de Quiterianópolis, Parambu, Arneiroz e Aiuaba, recebendo também alunos de várias outras regiões, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação (MEC), e outros processos seletivos que se fizerem necessários conforme a demanda.

Após uma ampla discussão com a sociedade ficou definido que, inicialmente, haveria a oferta de dois cursos, um de nível técnico em Agronegócio e outro de nível superior em Tecnologia de Telemática. As primeiras turmas iniciaram as atividades em setembro de 2010 e, semestralmente, novos ingressos vêm sendo promovidos, sendo que, para o curso de Telemática, o acesso passou a ser realizado através do SISU/MEC.

Em 2013, o *campus* Tauá deixou de ser avançado, adquirindo assim, autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Com o objetivo de contemplar novos cursos nas suas metas do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, até 2018, a gestão do *campus* planejou realizar uma consulta à população, através da aplicação de uma enquete e, em seguida, apresentar os resultados no I Fórum de Educação e, finalizando o processo, realizar uma audiência pública para que a comunidade pudesse referendar os cursos escolhidos.

O processo de expansão de novos cursos começou com um levantamento prévio de oportunidades e potencialidades da região dos Inhamuns, apontando os eixos adequados,



prioritários e de longo prazo.

Em seguida, o *Campus* consultou a população acerca da implantação de novos cursos. Inicialmente, foi realizada a divulgação, junto às rádios do município, da enquete que seria realizada, no período de 03 a 14 de novembro de 2014. A pesquisa foi aplicada por meio físico



e pela plataforma web, sendo ouvidas cerca de duas mil pessoas e envolveu diversos segmentos da sociedade, dentre estes, alunos e servidores da instituição, alunos e professores das escolas de ensino médio dos municípios de Tauá, Quiterianópolis, Parambu, Arneiroz e Aiuaba, além de servidores públicos, profissionais liberais, representantes sindicais, bancários, comerciantes, comerciários, feirantes etc.

Posteriormente, no dia 19 de novembro de 2014, o *Campus* realizou o I Fórum de Educação com o objetivo de promover a discussão sobre os cursos mais votados pela população da região, bem como dar alicerce para a audiência pública. O evento contou com a participação de 94 (noventa e quatro) pessoas, dentre estas, representantes dos mais diversos setores da sociedade de Tauá e de outros municípios da região dos Inhamuns: diretores de escolas municipais e estaduais, diretor e professores do CECITEC/UECE, representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas, dirigentes sindicais, representantes de associações, servidores da Coordenadoria Regional de Educação - CREDE 15, representantes do Conselho Municipal de Educação, secretários de governo, representantes da Fundação Bernardo Feitosa, integrantes do Programa Rota do Cordeiro, representantes de Rádios locais, servidores e alunos do IFCE *campus* Tauá.

Após amplo debate com a sociedade da região dos Inhamuns, a audiência pública, realizada no dia 02 de março de 2015, concretizou o processo democrático de escolha e implantação de novos cursos no *campus* de Tauá. O objetivo foi possibilitar que a comunidade apontasse as qualificações que mais se adéquam às necessidades da região.

Foram definidos oito (8) cursos técnicos (Fruticultura, Desenvolvimento de Jogos Digitais, Redes de Computadores, Segurança no Trabalho, Meio Ambiente, Farmácia, Edificações e Agropecuária; quatro (4) cursos superiores (Agronomia, Nutrição, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Engenharia Civil); e duas (2) licenciaturas (Física e Letras com dupla habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa).



2 CONCEPÇÃO DO CURSO

0 Concepção Filosófica e Pedagógica do Curso

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE tem como missão “produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando à sua total inserção social, política, cultural e ética”.

Em consonância com esta missão o *campus* Tauá tem sido protagonista em sua região de atuação, reafirmando o compromisso com a formação integral do ser humano, considerando em seu projeto de educação os quatro pilares para a Educação no Século XXI que são: “aprender a ser, aprender a conviver, aprender a aprender e aprender a fazer” (MEC, 1998), possibilitando a construção de conhecimentos que promovam a criatividade, a participação, a autonomia e a crítica, respondendo às exigências da sociedade atual, fazendo com que seus alunos se insiram no mercado de trabalho, mas transformando o meio em que vive.

Diante de várias concepções acerca da educação que orientam a prática educativa, o *campus* Tauá destaca que seu trabalho está orientado pela linha pedagógica sócio-construtivista, a partir da qual defende que é o estudante que constrói o conhecimento, por meio da formulação de hipóteses e da resolução de problemas mediados pelos conhecimentos de mundo que trazem com eles e pelos conhecimentos historicamente construídos e sistematizados pela humanidade. Considerando também, os fundamentos teóricos histórico-cultural, entendendo o ser humano como um sujeito social e histórico, e que o ensino é a forma privilegiada que permite os indivíduos ampliarem e desenvolverem-se integralmente. Logo, a aprendizagem e o desenvolvimento são social e culturalmente mediados, assim pretende-se uma formação geral, isto é, formação cultural e científica, preparação tecnológica, desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas, atenção as subjetividades e as diferenças e formação para o exercício da cidadania crítica (OLIVEIRA, 1993).

Dentro dessa perspectiva de educação o *campus* Tauá oferta o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária, tendo em vista que esta área oferece hoje diversas oportunidades de atuação profissional, sendo meio produtivo de importância



estratégica para a região dos Inhamuns. O curso prevê a formação de um profissional capaz de interagir com várias áreas do saber, apropriando-se dos processos produtivos da agropecuária, com vistas a



adquirir uma visão sistêmica dos processos produtivos, tornando-se apto à promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do curso integrado em Agropecuária compreende o sujeito como ser social e histórico, condicionado pelo meio em que está inserido, porém não é determinado por ele, capaz de transformar o local em que vive através da ação, por meio do trabalho, numa relação dialética em que é modificado pelo meio, mas ao agir sobre esse contexto, também o modifica.

Assim, considerando essas condições do sujeito histórico, é que o Projeto Pedagógico do Curso Integrado em Agropecuária pretende ampliar o potencial de desenvolvimento humano, considerando suas amplas dimensões como o trabalho, o social, a política, a científica e a cultural, possibilitando a apropriação desses conhecimentos e a capacidade de criar novos instrumentos materiais e simbólicos para atuarem na sociedade.

Justificativa

As constantes transformações na economia global, principalmente no setor agropecuário, com a modernização no campo e a introdução de novas tecnologias, requerem profissionais com competências e habilidades que atendam as demandas emergentes do mercado de trabalho com capacidade especial de promover a sustentabilidade do sistema produtivo e alavancar o crescimento local e regional.

O estado do Ceará, ao longo dos anos, vem conquistando espaço no cenário agropecuário nacional e internacional nos diferentes setores produtivos. Detém tecnologia de ponta nos diversos segmentos da produção agrícola e pecuária, além de contar com a vantagem geográfica da proximidade da linha do equador apresentando uma temperatura média estável nas regiões de serra e sertão, o que possibilita maximizar a quantidade de safras anuais, destacando-se a fruticultura irrigada e a aquicultura. Além do mais, o estado possui o menor “*transit-time*” do Brasil para os principais países da Europa, Estados Unidos e África.

O Governo Federal e os Estaduais vêm ao longo dos anos investindo na Infraestrutura



viária, portuária e aeroportuária para garantir melhor qualidade dos produtos que chegam ao exterior melhorando e ampliando a malha viária e ferroviária. Os portos do Pecém e do Mucuripe destacam-se como os maiores portos exportadores de frutas do Brasil. O Aeroporto Internacional de Fortaleza, por sua vez, possui infraestrutura moderna,



câmaras refrigeradas para pescado, flores e frutas, o que facilita a exportação de produtos diretamente para Europa e Estados Unidos.

Na produção agrícola e pecuária, o estado do Ceará destaca-se nos seguintes setores: fruticultura nos perímetros irrigados (caju, melancia, abacaxi, banana, melão, mamão, limão, goiaba, acerola, etc.); agricultura familiar; produção de grãos; bovinocultura leiteira nas regiões de Quixeramobim, Médio Jaguaribe, Fortaleza, Alto Salgado, Sobral, Crateús e Cariri; produção de caprinos e ovinos na região do Inhamuns, com destaque no município de Tauá; exportação de mel de abelha; aquicultura, com destaque para a produção de peixe em tanques redes e a carcinicultura; agroindústrias e mais recentemente a produção de flores.

Esse crescimento acentuado dos setores agrícola e pecuário cearense vem demandando profissionais com formação técnica de qualidade que conheça e possa atuar em todos os segmentos da cadeia produtiva.

Outro aspecto que norteou a decisão institucional foi o aumento do contingente escolar no ensino fundamental. As estatísticas revelam uma tendência de forte aceleração da demanda reprimida e candidatos à matrícula em cursos de técnicos em toda a região de abrangência.

Outro aspecto que norteou a decisão institucional foi o aumento do contingente escolar no ensino fundamental. As estatísticas revelam uma tendência de forte aceleração da demanda reprimida e candidatos à matrícula em cursos de técnicos em toda a região de abrangência.

Na realidade específica do município de Tauá e microrregião atendida pelo IFCE-*Campus* Tauá, há diversas escolas municipais que ofertam ensino fundamental, com expressivo número de alunos matriculados, possíveis candidatos ao curso Técnico Integrado em Agropecuária, conforme especificado abaixo:

Quadro 1. Municípios limítrofes da Cidade de Tauá e suas respectivas quantidades de escolas de ensino fundamental.

<u>Cidade</u>	<u>Número de Escolas Municipais de Ensino Fundamental</u>
Arneiroz	7
Aiuaba	7
Quiterianópolis	14



Parambu	30
Tauá	30
TOTAL	88

Fonte: censobasico.inep.gov.br



No Ceará, destaca-se a produção de feijão, milho, arroz, algodão herbáceo, algodão arbóreo, castanha de caju, cana-de-açúcar, mandioca, mamona, tomate, banana, laranja, coco e, mais recentemente, a uva. Tem crescido, ainda, um polo de agricultura irrigada, dirigida principalmente à exportação, em áreas próximas à Chapada do Apodi, dedicando-se especialmente ao cultivo de frutas como melão e abacaxi. Além desses, o cultivo de flores tem ganhado importância especial na Serra da Ibiapaba. Na pecuária, destacam-se os bovinos, suínos, caprinos, equinos, aves, asininos, carcinicultura e ovinos. O Ceará conta, também, com dois portos por onde escoam sua exportação e importação: o porto do Pecém e o porto do Mucuripe.

A pecuária do município de Tauá – CE é composta por número diversificado de produções distintas, destacando-se a criação de ovinos, caprinos, aves e abelhas. De acordo com dados do IBGE (2016), no ano de 2016 o efetivo ovino era de 133.534 cabeças, o efetivo caprino era de 68.377 cabeças, o número de aves (galinhas, galos, frangos, frangos e pintinhos) era de mais de 162.968 cabeças e a produção de mel de abelha foi de 7 toneladas; segundo a Associação dos Apicultores do Município de Tauá, em junho de 2016 houve a exportação de 5 toneladas de mel para os Estados Unidos, o que comprova a qualidade do mel produzido na região. Tauá também é conhecida por sua vocação produtiva de culturas agrícolas, como milho, feijão, fava, mamona e banana, entre outras. Sendo assim, a produção agropecuária demonstra potencial socioeconômico muito expressivo para Tauá e região.

A moderna organização do setor produtivo está a demandar do trabalhador competências que lhe garantam maior mobilidade dentro de uma área profissional, não se restringindo apenas a uma formação vinculada a um posto de trabalho. Dessa forma, o profissional tem que adquirir competências transferíveis ancoradas em bases científicas e tecnológicas e com perspectiva evolutiva de sua formação, seja pela ampliação, seja pelo enriquecimento e transformação de seu trabalho.

Diante desse desafio, O IFCE Campus de Tauá-CE, busca a formação do técnico numa perspectiva de totalidade, o que significa recuperar a importância de trabalhar com os alunos os fundamentos científicos e tecnológicos presentes nas disciplinas da Base Nacional Comum (Ensino Médio) de forma integrada às disciplinas da Formação Específica. A intenção desta proposta é concretizar uma formação técnica que incorpore trabalho, cultura, ciência e



tecnologia como princípios que devem transversalizar todo o desenvolvimento curricular.

Desta forma, visando responder às demandas por profissionais que atendam à necessidade do mundo do trabalho emergente no estado e contribuindo, substancialmente, para a qualidade dos serviços oferecidos nesta área em nossa região, o IFCE- *Campus* Tauá, propõe-



se a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à população.

Este projeto está fundamentado nas bases legais e nos princípios norteadores explicitados na LDB nº. 9394/96 e no conjunto de leis, decretos, pareceres e referencias curriculares que normatizam a Educação Profissional e o Ensino Médio no sistema educacional brasileiro, bem como nos documentos que versam sobre a integralização destes dois níveis que têm como pressupostos a formação integral do profissional-cidadão.

1 Objetivos

0 Objetivo Geral

Formar sujeitos críticos e reflexivos, articulando os conhecimentos científicos de base comum com os conhecimentos técnico profissional para atuar na sociedade e com habilidades profissionais para desempenhar atividades técnicas na área de Agropecuária, atendendo à demanda produtiva local e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

1 Objetivos Específicos

2

- ☞ Promover o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas e trabalhar em equipe;
- ☞ Promover o desenvolvimento integral em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual, político e social;
- ☞ Criar condições dos estudantes ingressarem no mercado de trabalho e no ensino superior;
- ☞ Incentivar o protagonismo juvenil para a participação e intervenção social;
- ☞ Oportunizar condições para a construção de competências necessárias para o desenvolvimento eficiente e eficaz das habilidades inerentes ao Técnico em Agropecuária;
- ☞ Oferecer subsídios para manuseio adequado dos equipamentos requeridos pela sua área de trabalho;
- ☞ Promover o desenvolvimento de atitudes positivas para a mudança, tendo em vista os permanentes desafios que impõem o mundo produtivo, as flutuantes condições dos mercados



e as inovações tecnológicas.

Dessa forma, os objetivos estão alinhados com as habilidades inerentes ao perfil profissional previsto no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, segundo o qual este:



Planeja, executa, acompanha e fiscaliza todas as fases dos projetos agropecuários. Administra propriedades rurais. Elabora, aplica e monitora programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscaliza produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais. Atua em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

2 Requisitos e Formas de Acesso

O acesso ao Curso Técnico Integrado em Agropecuária dar-se-á por meio de processo seletivo, aberto ao público (exame de seleção e/ou análise do histórico escolar), para candidatos que tenham concluído o Ensino Fundamental.

As inscrições para o processo seletivo serão estabelecidas em Edital, no qual constarão os respectivos números de vagas a ofertar, os prazos de inscrição, a documentação exigida para inscrição, os instrumentos, os critérios de seleção e demais informações úteis.

O preenchimento das vagas será efetuado por meio dos resultados obtidos pelos candidatos no processo seletivo.

O IFCE – *Campus* Tauá ofertará anualmente de 25 a 35 vagas para ingresso no Curso Técnico Integrado em Agropecuária, destinadas aos candidatos com melhor desempenho no exame de seleção.

3 Fundamentação Legal e Perfil Profissional de Conclusão do Curso

Para a construção da proposta curricular para o Curso Técnico Integrado em Agropecuária, foram observados os seguintes preceitos legais:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria o Instituto Federal do Ceará e dá outras providências.



- Lei nº 11.741/2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.



- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
- Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância – 2007.
- Decreto nº 5.622, publicado no DOU de 20/12/05. Regulamenta o artigo 80 da LDB atual, que dispõe sobre a organização da educação a distância.
- Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- Portaria MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2011. Institui o e-MEC – sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação –, o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), entre outras disposições.
Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007. Trata dos procedimentos de regulação e avaliação de educação superior na modalidade a distância.
- Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Autoriza as instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Regulamento da Organização Didática do IFCE (ROD).
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE (PDI).



- Projeto Pedagógico Institucional (PPI).
- Resolução Consup que estabelece os procedimentos para criação, suspensão e extinção de cursos no IFCE.
- Tabela de Perfil Docente.



- Resolução Consup nº 028, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Manual de Estágio do IFCE.
- Resolução vigente que regulamenta a carga horária docente.
- Documento Norteador para Construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (IFCE, 2014).
- Resolução vigente que determina a organização do Núcleo Docente Estruturante no IFCE.
- Resolução vigente que determina a organização e o funcionamento do Colegiado de curso e dá outras providências.

Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

- Parecer nº 11 de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Resolução nº 1, de 5 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Parecer nº 024/2003. Responde a consulta sobre recuperação de conteúdos, sob a forma de Progressão Parcial ou Dependência, sem que se exija obrigatoriedade de frequência.
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.
- Resolução CNE/CEB nº 6, de 12 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Alterando a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trata da Educação Física, integrada à proposta



pedagógica da instituição de ensino, prevendo os casos em que sua prática seja facultativa ao estudante.



- Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

- Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

- Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, a nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006 e a nº 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Dispõe sobre o tratamento transversal e integral que deve ser dado à temática de educação alimentar e nutricional, permeando todo o currículo.

- Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Trata do processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

- Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O profissional estará apto para manejar de forma sustentável a fertilidade do solo e os recursos naturais; planejar e executar projetos ligados a sistemas de irrigação e uso da água; selecionar, produzir e aplicar insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, pastagens, concentrados, sal mineral, medicamentos e vacinas); desenvolver estratégias para reserva de alimentação animal e água; realizar atividades de produção de sementes e mudas, transplante e plantio; realizar colheita e pós-colheita; realizar trabalhos na área agroindustrial; operar



máquinas e equipamentos; manejar animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade); comercializar animais; desenvolver atividade de gestão rural; observar a legislação para produção e comercialização de produtos agropecuários, a legislação ambiental e os procedimentos de segurança no trabalho; projetar instalações rurais; realizar manejo



integrado de pragas, doenças e plantas espontâneas; realizar medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais; planejar e efetuar atividades de tratamentos culturais.

O profissional estará apto para manejar de forma sustentável a fertilidade do solo e os recursos naturais; planejar e executar projetos ligados a sistemas de irrigação e uso da água; selecionar, produzir e aplicar insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, pastagens, concentrados, sal mineral, medicamentos e vacinas); desenvolver estratégias para reserva de alimentação animal e água; realizar atividades de produção de sementes e mudas, transplante e plantio; realizar colheita e pós-colheita; realizar trabalhos na área agroindustrial; operar máquinas e equipamentos; manejar animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade); comercializar animais; desenvolver atividade de gestão rural; observar a legislação para produção e comercialização de produtos agropecuários, a legislação ambiental e os procedimentos de segurança no trabalho; projetar instalações rurais; realizar manejo integrado de pragas, doenças e plantas espontâneas; realizar medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais; planejar e efetuar atividades de tratamentos culturais.

4 Organização Curricular

O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária do IFCE-*Campus* Tauá, assumirá a modalidade presencial, com carga horária e componentes curriculares distribuídos em 03(três) anos, em regime de tempo integral.

A organização curricular do curso observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Os cursos técnicos de nível médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº. 01/2014, pautando-se numa concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o



conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.



O saber técnico deve, também, relacionar-se com o social e o momento histórico, ou seja, com o significado do conhecimento e da ação dele decorrente. Deve manter suas características em termos de operações cognitivas correspondentes à observação, à resolução de problemas, à comprovação de hipóteses, mas deverá ir além, explicitando o contexto social e institucional em que esse saber é produzido, permitindo dessa forma superar suas limitações conceituais e metodológicas e oferecer aos alunos as bases para um saber contextualmente situado e potencialmente capaz de ser transformado.

De acordo com a proposta curricular do ensino técnico integrado, o papel do ensino é formar profissionais competentes, não só para ocuparem seus espaços no mundo do trabalho, mas como pessoas detentoras de potencial intelectual, para, a partir da realidade, desenvolverem novas práticas que levem a sua transformação. Um técnico que se coloque na situação de cidadão de uma sociedade em desenvolvimento, e nesse quadro, reconhecer que tem um amplo conjunto de competências que poderão ser dinamizadas se ele agir de forma inventiva, usando a criatividade.

Portanto, a organização curricular aqui apresentada atenderá ao objetivo delineado anteriormente, em especial ao perfil esperado do egresso, proporcionando um sólido conhecimento teórico em consonância com a prática profissional na área, por meio de metodologias e atividades laboratoriais, incentivo à pesquisa bibliográfica e atividades complementares.

A educação é considerada como o mais dinâmico fator de desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos, tanto pelo estímulo socioeconômico que representa, como pelo papel criador e multiplicador de tais conhecimentos.

Nesse sentido, o processo de formação, envolve a concepção e execução de novos processos e produtos os quais exigem conhecimento científico e tecnológico integrados, de modo que os profissionais criadores e/ou executores gerem tecnologias e sejam capazes de interpretá-las e executá-las, eficazmente.

Assim, o ensino técnico integrado deverá proporcionar conhecimentos teóricos associados ao envolvimento do aluno com atividades de pesquisa, de modo a familiarizá-lo com trabalho de inovação, sem prejuízo do contado com a experiência prática.

Dessa forma, a organização curricular do curso Técnico Integrado em Agropecuária



observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional e no Decreto 5.154/2004.



A matriz curricular do curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFCE - *Campus* Tauá foi elaborada a partir de estudos sobre a organização e dinâmica do setor produtivo, do agrupamento de atividades afins da economia, dos indicadores e das tendências futuras dessas atividades e é estruturada em três grupos, a saber:

- ☞ **Base Nacional Comum:** integra disciplinas das quatro áreas de conhecimento do Ensino Médio (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas);
- ☞ **Base Diversificada:** integra as disciplinas da parte diversificada (Introdução à Agropecuária, Informática básica, Responsabilidade Social e Meio Ambiente, Empreendedorismo e Língua Espanhola);
- ☞ **Base Técnica:** formação profissional que integra as disciplinas específicas da área da formação profissional.

O perfil profissional associado a essa matriz, foi definido considerando as demandas da sociedade em geral e do mundo do trabalho, bem como os procedimentos metodológicos que dão sustentação à construção de referido perfil.

A carga horária dos componentes curriculares garante uma formação sólida e consistente dos conhecimentos exigidos para a formação do técnico em Agropecuária e está organizada de acordo com os conhecimentos científico-tecnológico e humanístico, totalizando 4.440 horas, sendo 2.800 horas destinadas ao núcleo comum, 200 horas referentes à parte diversificada, 1.440 horas destinadas à formação profissional específica em Agropecuária, incluindo as 200 horas destinadas à prática profissional.

A integração do currículo do ensino médio com a formação profissional representa uma proposta que exige novas formas de abordagem dos conteúdos elencados em cada um dos componentes curriculares. Nesse sentido, observa-se que a metodologia a ser adotada reúne estratégias de ensino diversificadas, mobilizando menos a memória e mais o raciocínio, desenvolvendo outras competências cognitivas superiores, bem como potencializando a interação entre discente-docente e discente-discente para a construção de conhecimentos coletivos. Sobre o ensino da **História do Brasil**, a LDB faz as seguintes determinações:



e indígena.” (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura, que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas



contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (“Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).”

A LDB também passou a exigir que as instituições de ensino, a partir da Lei Nº 13.006, de 2014, integrassem em seus projetos pedagógicos a exibição de filmes de produção nacional, enquanto componente curricular complementar, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 02 (duas) horas mensais.

Diante das necessidades específicas de cada aluno e de acordo com a **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, os currículos devem prever conteúdos que tratam da pessoa com deficiência, bem como assegurar aos educandos com necessidades específicas: “Art. 59, inciso I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades”, conforme se estabelece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96.

Com tratamento transversal e de forma integral, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares: **educação alimentar e nutricional - Lei nº 11.947/2009**, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica; **processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso**, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Ver Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso); **Educação Ambiental - Lei nº 9.795/99**, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental; **Educação para o Trânsito - Lei nº 9.503/97**, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; **Educação em Direitos Humanos** (Decreto nº 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, os **conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente**, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).

Diante da determinação legal, recomenda-se que os conteúdos transversais sejam



incluídos nos PPCs, de modo que possam ser trabalhados nos eventos socioculturais, desportivos e científicos promovidos pela instituição/cursos. Os Programas de Unidades Didáticas (PUDs), das disciplinas afins aos conteúdos especificados acima devem incluir esses conteúdos entre os demais, como forma de garantir que sejam trabalhados durante o curso.



Recomenda-se ainda que o devido registro das aulas que tratam sobre esses assuntos seja feito no Sistema Acadêmico.

0 Matriz Curricular

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Técnico, foi proposta uma matriz curricular com o objetivo de desenvolver as competências, habilidades e atitudes previstas neste Projeto Pedagógico de Curso como sendo necessárias para o perfil de conclusão do curso Técnico Integrado em agropecuária.

A matriz curricular foi elaborada a partir de estudos sobre a organização e dinâmica do setor produtivo e de serviços, do agrupamento de atividades afins da economia, dos indicadores e das tendências futuras dessas atividades, resultado da reflexão sobre a missão, concepção, visão, objetivos e perfil desejado para os egressos do curso, além de está em consonância com a recomendação do alinhamento das matrizes curriculares dos cursos Técnicos em Agropecuária do IFCE.

Os componentes curriculares, distribuídos em regime anual, terão carga horária definida, de forma que possam garantir uma formação sólida e consistente dos conhecimentos exigidos para a formação do profissional em Agropecuária. A distribuição anual das disciplinas, bem como a sua sequência ideal é apresentada no quadro a seguir.

Base Nacional Comum	Disciplina	Código	1º ANO		2º ANO		3º ANO		CH h/a 60min
			CH	aula/semana	CH	aula/semana	CH	aula/semana	
	Artes	ART	80	2	80	2	80	2	240
	Educação Física	Ed. FIS	80	2	80	2	80	2	240
	Língua Portuguesa	LP	120	3	120	3	120	3	360
	Redação	RE					40	2	40
	Língua Inglesa	LI	40	1	40	1	40	1	120
	Matemática	MAT	120	3	120	3	120	3	360
	Física	FIS	80	2	80	2	80	2	240



	Biologia	BIO	80	2	80	2	80	2	240
	Química	QUI	80	2	80	2	80	2	240
	Filosofia	FIL	40	1	40	1	40	1	120
	História	HIS	80	2	80	2	80	2	240
	Geografia	GEO	80	2	80	2	80	2	240
	Sociologia	SOC	40	1	40	1	40	1	120
	CH BÁSICO Total		920	23	920	23	960	25	2800
Base Diversificada	Introdução à Agropecuária	IA	40	1					40
	Empreendedorismo	EE	40	1					40
	Informática básica	IB	40	1					40
	Responsabilidade Social e Meio Ambiente	RSMA			40	1			40
	Língua Espanhola	LE					40	1	40
	CH DIVERSIFICADA Total		120	3	40	1	40	1	200
Base Técnica	Olericultura	OL	80	2					80
	Fragicultura, alimentos e alimentação animal	FAA	80	2					80
	Ciências do Solo	CS	80	2					80
	Apicultura e Meliponicultura	AM	80	2					80
	Administração rural	AD	80	2					80
	Controle de qualidade	CQ	40	1					40
	Mecanização agrícola	MA			80	2			80
	Manejo integrado de pragas e doenças	MIP			40	1			40
	Produção de ruminantes	PR			120	3			120
	Agroindústria	AI			80	2			80
	Culturas anuais	CA			80	2			80
	Extensão rural	ER			40	1			40
	Topografia	TO					80	2	80
Irrigação e drenagem	ID					80	2	80	



	Produção de Monogástricos	PM					80	2	80
	Fruticultura	FC					80	2	80
	Agroecologia	AG					40	1	40
	CH TÉCNICA Total		440	11	440	11	360	9	1240
	Prática Profissional	PP	60		60		80		200
	CH Técnica + PP		500	11	500	11	440	9	1440
	CH TOTAL		1540	37	1460	35	1440	35	4440

Quadro explicativo da matriz curricular	
Duração da hora/aula:	60 minutos
Turno:	Diurno (manhã e tarde)
Dias letivos por bimestre:	50 dias
Semanas letivas por semestre:	20 semanas
Total anual de dias letivos:	200 dias
Total anual de semanas letivas:	40 semanas
Carga Horária do curso sem Práticas profissionais:	4.240
Carga Horária do curso com Práticas profissionais - Carga Horária Total:	4.440

1 Para os alunos que ingressaram no Curso Técnico Integrado em Agropecuária no ano de 2018 e que forem aprovados para cursar o 2º ano em 2019 foi montada uma matriz curricular de migração para que recebam os mesmos conteúdos da nova estrutura curricular. Caso algum aluno seja reprovado e tenha que cursar novamente o 1º ano em 2019 já entrará automaticamente na nova estrutura.

A matriz de migração encontra-se no anexo I deste documento.

0 Detalhamento dos Componentes Curriculares

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime anual, integrando prática e teoria, distribuídas em três núcleos: Base Nacional Comum, composta por quatro áreas: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias,



Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias; Núcleo Diversificado, composto por Introdução à atividade profissional (Introdução à Agropecuária), Informática básica, Empreendedorismo, Responsabilidade Social e Meio Ambiente e Língua Espanhola; e o Núcleo de Formação Profissional, conforme detalhamento a seguir:

0 Base Nacional Comum

● **ÁREA: LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS** – Nesta área destacam-se as bases do conhecimento pelas quais a construção de competências e o desenvolvimento de habilidades serão efetivados. A constituição de significados por meio das linguagens, símbolos e tecnologias será fundamental para a aquisição do conteúdo, para a construção da identidade dos sujeitos e para a convivência e a comunicação entre as pessoas, as culturas e entre outros grupos sociais.



Tabela 01 - Competências, Habilidades e Conteúdos de Linguagens.

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CONTEÚDOS
--------------	-------------	-----------



<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e usar sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade; - Analisar e interpretar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção; - Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas. - Compreender a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade; - Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associando-as aos conhecimentos, às linguagens que lhe dão suporte e aos problemas que se propõem a solucionar; - Entender o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social; - Conhecer língua estrangeira como instrumento de acesso à informação, e outras culturas e grupos sociais; - Refletir sobre as informações específicas da cultura corporal, sendo capaz de discerni-las e 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar as linguagens para expressar-se, informar-se e comunicar-se em situações diversas; - Aplicar os recursos expressivos das linguagens de acordo com as condições de produção-recepção (época, local, intenção, tecnologias disponíveis, interlocutores...); - Articular as redes de diferenças e semelhanças entre as linguagens e seus códigos; - Usar a linguagem e suas manifestações como fontes de legitimação de acordos e condutas sociais, e sua representação simbólica como forma de expressão de sentidos, emoções e experiências do ser humano na vida social; - Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida; - Usar o idioma estrangeiro em situações reais de comunicação seja pela escrita, leitura ou fala; - Usar registro adequado à situação na qual se processa a comunicação e o vocábulo que melhor reflita a ideia que pretende comunicar; - Discutir e reunir elementos de várias manifestações de movimentos, estabelecendo uma melhor utilização dos conhecimentos adquiridos sobre a cultura corporal; 	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem oral e escrita; - Produção textual; - Aspectos gramaticais da língua; - Introdução à produção de textos técnicos; - Teorias literárias; - Aspectos literários; - Vocabulário da língua estrangeira; - Leitura e interpretação de textos em língua estrangeira (literários e técnicos); - Aspectos gramaticais da língua estrangeira; - Estudo sobre tipos de exercícios e modalidades esportivas; - Exercício e saúde física e mental; - Exercício e qualidade de vida; - Conceito de arte; - Periodização das artes; - Manifestações culturais; - Arte como mecanismo de apropriação de saberes culturais e estéticos; - Noções de informática; - A tecnologia na sociedade do conhecimento tecnologia e trabalho;
---	---	--



<p>reinterpretá-las em bases científicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender as diferentes manifestações da cultura corporal reconhecendo e valorizando as diferenças de desempenho, linguagem e expressão; - Analisar, refletir e compreender os diferentes processos da arte, em seus diferentes instrumentos de ordem material e ideal; - Analisar, refletir e respeitar e preservar as diversas manifestações de arte utilizadas por diferentes grupos sociais e étnicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar uma postura ativa na prática de atividades e procedimentos para manutenção ou aquisição da saúde; - Assumir uma postura autônoma na seleção de atividades físicas, consciente da importância delas para a vida do cidadão; - Apreciar produtos de arte, em suas várias linguagens, desenvolvendo tanto a fruição, quanto a análise estética; - Realizar a análise de manifestações artísticas para melhor compreendê-las em suas diversidades histórico-culturais. 	
--	--	--

● **ÁREA: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS** – As competências adquiridas permitirão estabelecer relações e interpretar fenômenos e informações, com seus processos de construção e validação de conceitos e argumentações e os procedimentos de generalizar, relacionar e concluir que lhe são característicos.

Tabela 02 - Competências, Habilidades e Conteúdos de Matemática

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CONTEÚDOS
--------------	-------------	-----------



<p>- Reconhecer o sentido histórico da ciência e da tecnologia, seu papel na vida humana, em diferentes épocas, e na capacidade de transformar o meio;</p> <p>- Identificar e analisar conhecimentos sobre valores de variáveis, representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas;</p> <p>- Identificar o conhecimento geométrico para o aperfeiçoamento</p>	<p>- Aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para a sua vida;</p> <p>- Utilizar elementos e conhecimentos científicos e tecnológicos para diagnosticar a equacionar questões sociais e ambientais;</p> <p>- Associar conhecimentos e métodos científicos com a tecnologia do sistema produtivo e dos serviços;</p>	<p>- Funções: quadrática, modular, exponencial, logaritma;</p> <p>- Arcos e ângulos;</p> <p>- Funções circulares;</p> <p>- Trigonometria;</p> <p>- Funções trigonométricas inversas;</p> <p>- Números complexos;</p> <p>- Sequência e progressão;</p> <p>- Limites de função simples</p> <p>- Derivadas, integrais;</p> <p>- Matrizes;</p> <p>- Determinantes;</p> <p>- Sistemas lineares;</p>
---	---	--



<p>de leitura da compreensão sobre a realidade;</p> <p>- Analisar qualitativamente dados quantitativos relacionados a contextos socioeconômicos, científicos e cotidianos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar conhecimentos sobre valores variáveis, na realização de previsão, de tendências, extrapolações e interpolação e interpretação; - Identificar variáveis relevantes e relacionar os procedimentos necessários para produção, análise e interpretação de resultados de processos, experimentos científicos e tecnológicos; - Utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculo de probabilidades. - Utilizar diferentes formas de representação (gráficos, tabelas etc.); - Utilizar corretamente instrumentos de medição e de desenho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise combinatória; - Binômios de Newton; - Probabilidade; - Geometria plana e espacial; - Geometria analítica; - Estatística descritiva. <p>-A influência da cultura africana no desenvolvimento da Matemática.</p>
--	---	---

● **ÁREA: CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS**– O agrupamento das ciências nesta área visa contribuir para a compreensão do significado da ciência e da tecnologia na vida humana, social e profissional. As competências adquiridas proporcionarão ao sujeito o entendimento e significado do mundo, a compreensão dos mistérios da natureza e de seus fenômenos, ao mesmo tempo, que instrumentará para a aplicação dos conhecimentos à resolução de problemas do trabalho e de outros contextos relevantes em sua vida.

Tabela 03 - Competências, Habilidades e Conteúdos de Ciências da Natureza

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CONTEÚDOS
--------------	-------------	-----------



- Compreender a ciência como elemento de interpretação e intervenção de fenômenos físicos e naturais e a tecnologia como	Fazer uso dos conhecimentos da física, da química e da biologia para explicar o mundo natural e para	- Conceito de Ciência; - Ciência e tecnologia - Tecnologia e trabalho; - Introdução à Física;
--	--	--



<p>conhecimento sistemático de sentido prático;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o sentido histórico da ciência e da tecnologia, seu papel na vida humana, em diferentes épocas, e na capacidade de transformar o meio; - Compreender o caráter aleatório e não determinista dos fenômenos físicos e naturais; - Identificar e analisar conhecimentos sobre valores de variáveis, representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas; - Identificar o conhecimento geométrico para o aperfeiçoamento de leitura da compreensão sobre a realidade; - Analisar qualitativamente dados quantitativos relacionados a contextos socioeconômicos, científicos e cotidianos. 	<p>planejar e executar e avaliar intervenções práticas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para a sua vida; - Utilizar elementos e conhecimentos científicos e tecnológicos para diagnosticar a equacionar questões sociais e ambientais; - Associar conhecimentos e métodos científicos com a tecnologia do sistema produtivo e dos serviços; - Aplicar conhecimentos sobre valores variáveis, na realização de previsão, de tendências, extrapolações e interpolação e interpretação; - Identificar variáveis relevantes e relacionar os procedimentos necessários para produção, análise e interpretação de resultados de processos, experimentos científicos e tecnológicos; - Utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculo de probabilidades. - Utilizar diferentes formas de representação (gráficos, tabelas e etc.); - Utilizar corretamente instrumentos de medição e de desenho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vetores; - Cinemática vetorial e escalar; - Movimentos retilíneos; - Movimento vertical no vácuo; - Movimentos curvilíneos; - Lançamento oblíquo; - Leis de Newton; - Forças resistentes; - Mecânica; - Movimentos de campo gravitacional e uniforme; - Trabalho e potência; - Energia; - Introdução à Química; - Estrutura atômica; - Tabela periódica; - Ligações químicas; - Funções inorgânicas; - Reações inorgânicas; - Cálculos químicos; - Estudo de gases; - Estudo sobre corrosão; - Biologia e origem da vida; - Citologia; - Reprodução e embriologia; - Histologia; - Sistema animal; - Reinos animal e vegetal; - Genética; - Evolução das espécies; - Ecologia; - Embriologia.
--	---	---



- **ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS** – Nesta área as bases de conhecimento deverão desenvolver a compreensão e construção do significado da identidade,



da sociedade e da cultura. Todos os saberes envolvidos na área contribuirão, também, para o desenvolvimento de um protagonismo social solidário, responsável e pautado na igualdade político-social.

Tabela 04 - Competências, Habilidades e Conteúdos de Ciências Humanas

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CONTEÚDOS
--------------	-------------	-----------



<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros; - Compreender a sociedade, sua gênese transformação e os métodos que nela intervêm; a si mesmo como agente social e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos; - Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos políticos, sociais culturais, econômicos e humanos; - Compreender a produção e o papel histórico e decisórios das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-os aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos. - Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências humanas sobre a sua vida pessoal, os processos de produção o desenvolvimento do conhecimento e a vida social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aceitar as diferenças e construir uma relação de respeito e convivência, rejeitando toda forma de preconceito, discriminação e exclusão; - Ver-se como sujeito que realiza e se inscreve nos processos sócio históricos de forma autônoma e também como sujeito envolvido por uma trama social formada por outras subjetividades; - Assumir responsabilidades sociais coletivas que assegurem a existência comum e a sobrevivência comum e da sobrevivência futura das comunidades humanas; - Agir, proativamente, para que as análises econômicas, políticas e jurídicas não percam de vista a dimensão humana e solidária necessária à convivência pacífica, justa, equânime em sociedade; - Acionar os conhecimentos construídos, redirecionando-os para a resolução de problemas, reinvenção de processos e de atitudes e para a superação das resistências à ação criativa; - Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, 	<ul style="list-style-type: none"> - Formas de conhecimento humano; - História da Sociologia; - Correntes filosóficas; - Os produtos da ciência e das técnicas e suas implicações na sociedade, no mundo do trabalho e na educação; - Desigualdades sociais: raça, gênero, religião; - Disparidades socioeconômicas; - Trabalho e sociedade - Instituições sociais e sociedade; - Ideologia, cultura e sociedade; - Globalização e imperialismo; - O homem; condição humana; - Conhecimento: senso comum, pensamento crítico e conhecimento filosófico; - Moral, valores, ética; - Afetividade; - A história e desenvolvimento tecnológico; - A tecnologia e o homem; - Idade primitiva; - Idade clássica; - Idade média; - Idade moderna e contemporânea; - A natureza e a organização do espaço geográfico; - Os sistemas naturais e sua interferência na organização das sociedades.
--	--	---



	<p>problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural;</p> <p>- Aplicar as tecnologias das ciências humanas na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida de forma a contribuir para o desenvolvimento humano e social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e meio ambiente; - A ciência geográfica; - Meio ambiente e paisagem natural o espaço universal e terrestre; - Geografia política do mundo atual; - Indústria e fontes de energia; - Aspectos da população mundial.
--	--	---

1 Formação Profissional

A base profissional irá garantir a formação profissional dos sujeitos, com competência técnica e tecnológica, de forma a desenvolverem atividades na área de serviço e participarem da vida produtiva como cidadãos de direitos e deveres, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 04 - Competências, Habilidades e Conteúdos da Formação Profissional

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CONTEÚDOS
--------------	-------------	-----------



<p>- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas.</p> <p>- Planejar, organizar e monitorar a exploração e o manejo do solo de acordo com suas características.</p> <p>- As alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais.</p> <p>- Identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratamentos culturais.</p> <p>- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.</p> <p>-</p>	<p>- Planejar, projetar, implantar e conduzir cultivos de espécies vegetais de verão e de inverno utilizadas na alimentação, desde a escolha da área adequada, até a colheita, passando por todos os tratamentos culturais cabíveis, bem como seus respectivos processos de beneficiamento, armazenagem e conservação (grãos e sementes).</p> <p>Agir empresarialmente nas atividades rurais em todos os elos da cadeia produtiva, desde a aquisição de insumos até a comercialização e a transformação dos produtos, tanto de forma individual como associativa ou cooperativada.</p> <p>- Implantar e gerenciar sistemas de controle da qualidade na produção agropecuária.</p> <p>- Identificar pragas, doenças e insetos causadores de danos às culturas agrícolas de verão, de inverno e perenes, estabelecendo os níveis de dano por elas causados e, em função destes níveis, definir métodos de controle de menor impacto ambiental, econômico e social possível.</p> <p>- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos.</p> <p>- Classificar e explorar os solos, identificando seus processos de formação e suas características.</p>	<p>- Informática básica</p> <p>- Introdução à Agropecuária</p> <p>- Olericultura</p> <p>- Forragicultura, Alimentos e alimentação animal</p> <p>- Ciências do solo</p> <p>- Apicultura e Meliponicultura</p> <p>- Administração Rural</p> <p>- Controle de qualidade</p> <p>- Mecanização Agrícola</p> <p>- Manejo integrado de pragas e doenças</p> <p>- Produção de ruminantes</p> <p>- Agroindústria</p> <p>- Culturas anuais</p> <p>- Extensão rural</p> <p>- Topografia</p> <p>- Irrigação e drenagem</p> <p>- Produção de monogástricos</p> <p>- Fruticultura</p> <p>- Agroecologia</p>
---	--	---





Prática Profissional

A Atividade Profissional está prevista como sendo obrigatória para a integralização do curso, perfazendo um total de 200 horas, que deverão ser cumpridas e, devidamente, certificadas, preferencialmente, concomitantemente aos períodos do curso, realizadas dentro ou fora do Instituto Federal do Ceará.

Estas atividades têm por finalidade enriquecer a aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional dos discentes; articular teoria e prática, além de colaborar para a elevação da qualidade profissional dos discentes.

A Prática Profissional pode ser cumprida em atividades promovidas pelo Instituto Federal do Ceará, por outras Instituições ou empresas, sejam estas públicas ou privadas. Estas atividades serão avaliadas e aprovadas pela coordenação de curso, com base em documentos comprobatórios tais como: diplomas, certificados e/ou outros documentos nos quais constem, obrigatoriamente, carga horária e atividades desenvolvidas. Estes documentos deverão ser validados pela Coordenação do Curso.

Devido à diversidade de atividades possíveis, a coordenação de curso orientará os alunos no sentido de que a escolha das atividades possa fortalecer, ainda mais, a sua formação. Exemplos de práticas profissionais válidas:

- a) Atividades práticas de laboratório;
- b) Monitorias;
- c) Grupos de estudos supervisionados por um docente;
- d) Elaboração de material didático com orientação de um docente;
- e) Curso regular de língua estrangeira;
- f) Estágio extracurricular;
- g) Participação em projetos de pesquisa;
- h) Apresentação de trabalhos em eventos científicos;
- i) Trabalhos publicados em periódicos científicos;
- j) Participação em evento científico;
- k) Participação em eventos de extensão;
- l) Participação em oficinas;
- m) Participação em minicursos;
- n) Apresentação de trabalhos em eventos de extensão;
- o) Organização de eventos acadêmicos, científicos, políticos, artísticos, e culturais, vinculados à instituição;
- p) Participação como voluntário em atividades de caráter humanitário e social, programadas e organizadas pela instituição.

Caso exista alguma atividade complementar que não esteja contemplada acima, a mesma será objeto de análise por parte do Colegiado de Curso para validação. Em anexo, encontra-se a Minuta de Regulamento da Prática Profissional (Anexo II).

0 Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores



É assegurado ao discente do IFCE o direito de aproveitamento de componentes curriculares, mediante análise da compatibilidade de conteúdo e da carga horária, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total estipulado para o componente curricular.

O aproveitamento de cada componente curricular só poderá ser solicitado uma única vez e somente poderão ser aproveitados aqueles cursados no mesmo nível de ensino ou em nível superior ao pretendido.

Não será permitido ao discente, o aproveitamento de componentes curriculares nos quais tenha sido reprovado no IFCE, nem o aproveitamento de componentes curriculares do Ensino Médio (propedêutico) para o Ensino Técnico.

O discente poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares, mediante apresentação de requerimento próprio acompanhado de histórico escolar e os Programas de Unidades Didáticas e/ou ementas, devidamente autenticados pela instituição de origem.

O prazo para a solicitação do aproveitamento de componentes curriculares será:

- I. **Alunos novatos:** nos 10 primeiros dias logo após a matrícula;
- II. **Alunos veteranos:** primeiros 50 (cinquenta) dias letivos do semestre em curso.

Os aproveitamentos serão feitos para as disciplinas em curso e posteriores (alunos novatos) e para os semestres posteriores (alunos veteranos).

Ao discente também será permitida a validação de conhecimentos adquiridos em estudos regulares e/ou em experiência profissional, mediante avaliação teórica e/ou prática, feita por uma banca instituída pelo coordenador do curso, composta, no mínimo, de dois professores. Para validar conhecimentos adquiridos em estudos regulares e/ou experiência profissional, o discente deverá:

- I. Estar regularmente matriculado no IFCE;
- II. Fazer a solicitação por meio de requerimento, anexando comprovação da atividade laboral fornecida pela empresa empregadora;
- III. Apresentar declaração ou certificação do curso de formação inicial.
- IV. Submeter-se a uma avaliação feita por uma banca composta por três professores, com a finalidade de verificar que indicadores demonstram a aquisição de competências, mediante critério de avaliação previamente estabelecido e usando técnicas e instrumentos que melhor se adéquem ao contexto da área.



1 Metodologia de Ensino

As metodologias de ensino adotadas pelo curso devem priorizar as práticas pedagógicas que valorizem:

- As capacidades e os conhecimentos prévios dos discentes, podendo estes ser observados pelos professores durante os primeiros dias de aula em avaliação diagnóstica da aprendizagem;
- As capacidades e a progressiva autonomia dos discentes com necessidades específicas;
- Os valores e a concepção de mundo dos discentes;
- Os diferentes ritmos de aprendizagem dos discentes, para que possam ser traçadas estratégias de forma mais consciente visando à superação e ou minimização de possíveis dificuldades de aprendizagem;
- A relação teoria-prática como forma de contribuir na facilitação da aprendizagem dos estudantes, bem como propiciar-lhes a aquisição de conhecimentos sólidos;
- A cultura específica dos discentes, referente a seu pertencimento social, étnico-racial, de gênero, etário, religioso e de origem (urbano ou rural). Tais aspectos podem ser trabalhados no dia a dia de sala de aula independentemente das disciplinas, como por exemplo, no desenvolvimento da relação professor-aluno e na postura docente diante dos diversos comportamentos apresentados em sala de aula. A questão cultural citada neste tópico poderá ser trabalhada também por meio da interdisciplinaridade e/ou transversalidade;
- O trabalho coletivo entre docentes e equipe pedagógica, por meio da realização das atividades a saber: a realização de eventos socioculturais e científicos; a realização de acompanhamento individual do desempenho da aprendizagem dos alunos; a realização de conselhos de classe (ver fundamentação sobre conselhos de classe nos anexos); a realização de trabalho de acompanhamento do aluno via família, entre outros que a equipe julgar necessário;
- O diálogo entre instituição e comunidade, na tentativa de estreitar a relação entre família, alunos e escola, valorizando a credibilidade da instituição e fortalecendo a parceria entre a família e o IFCE;
- O uso das TICs, inclusive, podendo destinar-se até 20% (vinte por cento) da carga horária do curso para atividades não presenciais, desde que haja suportes



tecnológicos, didáticos, profissionais e materiais, garantindo o atendimento aos alunos por docentes capacitados pela instituição para atuar na modalidade, a fim de que os alunos possam se familiarizar com o ensino à distância promovido pelo IFCE. Para tanto, o *campus* Tauá poderá incluir na Parte Diversificada da matriz curricular dos cursos



a disciplina de Introdução à Educação a Distância utilizando como ferramenta para tal oferta a Plataforma Moodle e sendo ofertada no primeiro ano do curso .

- O uso de diferentes estratégias didático-metodológicas: seminários, debates, atividades em grupo, experiências, pesquisas, atividades individuais, projetos de trabalho, estudos dirigidos, atividades práticas, visitas técnicas, mídias, entre outras.

2 Avaliação da Aprendizagem e Recuperação

0 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação será processual e contínua, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB 9.394/96. O processo de avaliação será orientado pelos objetivos definidos nos Programas de Unidade Didática – PUDs do curso, na perspectiva de contribuir incessantemente para a efetiva aprendizagem do aluno.

A avaliação do desempenho acadêmico é feita por componente curricular, utilizando-se de estratégias formuladas de tal modo que o discente seja estimulado à prática da pesquisa, da reflexão, da criatividade e do autodesenvolvimento. No início do Curso deverão ser implementadas estratégias de Avaliação diagnóstica como testes, provas escritas, entrevistas, aulas práticas e outros recursos didáticos que identifiquem em que estágio de aprendizagem do conteúdo o aluno se encontra.

Considerando que o desenvolvimento de competências envolve conhecimentos, práticas e atitudes, o processo avaliativo exige diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação, que deverão estar diretamente ligadas ao contexto da área objeto da educação profissional e utilizadas de acordo com a natureza do que está sendo avaliado.

Pensando numa conjugação de instrumentos que permitam captar melhor as diversas dimensões dos domínios da competência (habilidades, conhecimentos gerais, atitudes e conhecimentos técnicos específicos), referendam-se alguns instrumentos e técnicas:

- **Trabalho de pesquisa/projetos** – com a finalidade de verificar as capacidades de



representar objetivos a alcançar; caracterizar o que vai ser trabalhado; antecipar resultados escolher estratégias mais adequadas à resolução do problema; executar ações; avaliar essas ações e as condições de execução, seguir critérios preestabelecidos.



- **Observação da resolução de problemas relacionados ao trabalho em situações similares ou reais** - objetivando verificar indicadores que demonstrem a aquisição de competências mediante os critérios de avaliação previamente estabelecidos.
- **Análise de casos** – visando desencadear um processo de pensar, fomentar dúvidas, levantar e comprovar hipóteses.
- **Prova escrita ou oral e prática** – visando a verificar a capacidade adquirida pelos alunos com relação aos conteúdos aprendidos, por exemplo: analisar, classificar, comparar, criticar, generalizar e levantar hipóteses, estabelecer relações com base em fatos, fenômenos, ideias e conceitos.

Com a mudança do paradigma do “ter de saber” para “saber-fazer” e “saber-ser”, pilares da educação e com a adoção de metodologias que estimulem a iniciativa, a participação e a interação dos alunos, o professor deverá levar também em consideração no processo de avaliação, os seguintes critérios:

- Capacidade de síntese, de interpretação e de análise crítica;
- Habilidade na leitura de códigos e linguagem;
- Agilidade na tomada de decisões;
- Postura cooperativa e ética;
- Raciocínio lógico-matemático;
- Raciocínio multirrelacional e interativo;
- Habilidade no uso de técnicas e instrumentos de trabalho;
- Capacidade de relacionar os conhecimentos adquiridos às práticas desenvolvidas;
- Capacidade de utilizar as competências desenvolvidas na resolução de situações novas, de forma crítica eficiente e com eficácia.

A avaliação da aprendizagem precisa considerar os alunos com necessidades específicas, devendo ser elaborada de acordo com as suas potencialidades e os conhecimentos adquiridos, considerando o desenvolvimento discente e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas. Quando o docente julgar necessário o acompanhamento da aprendizagem do aluno com deficiência poderá ser feito coletivamente com a equipe multidisciplinar do campus, contribuindo na adaptação de material pedagógico.



Em consonância com o que preconiza o Regulamento da Organização Didática – ROD do IFCE, a sistemática de avaliação se desenvolverá em quatro etapas (N1, N2, N3 e N4). Em cada etapa, serão atribuídas aos discentes médias obtidas nas avaliações dos conhecimentos construídos, sendo



que independentemente do número de aulas semanais, o docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações por etapa. A nota semestral será a média ponderada das avaliações parciais, estando a aprovação do discente condicionada ao alcance da média mínima 6,0 (seis vírgula zero). A média final de cada etapa e de cada período letivo terá apenas uma casa decimal; as notas das avaliações parciais poderão ter até duas casas decimais.

Conforme o ROD, caso o aluno não atinja a média mínima para a aprovação, mas tenha obtido, no semestre, a nota mínima 3,0 (três vírgula zero), ser-lhe-á assegurado o direito de fazer a prova final. A prova final deverá ser aplicada no mínimo três dias após a divulgação do resultado da média semestral e poderá contemplar todo o conteúdo trabalhado durante o semestre letivo. A média final será obtida pela soma da média semestral, com a nota da prova final, dividida por 2 (dois); a aprovação do discente estará condicionada à obtenção da média mínima 5,0 (cinco vírgula zero).

Será considerado aprovado o discente que obtiver a média mínima, desde que tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas de cada componente curricular. As faltas justificadas não serão abonadas, embora seja assegurado ao aluno o direito à realização de trabalhos e avaliações ocorridas no período da ausência.

Ao final do processo de aprendizagem o docente deverá relacionar que competências e habilidades, selecionadas para a disciplina, foram plenamente desenvolvidas pelo discente e fazer uma equivalência, levando em consideração os critérios acima citados, com o sistema de registro (notas, frequência e conteúdos ministrados) adotado pelo IFCE.

Na continuidade desse processo, os estudantes que ficarem retidos no final do período letivo em até duas disciplinas terão direito a serem promovidos parcialmente. Embora a Lei 9.394/96 não utilize a palavra “dependência”, ela disciplinou a possibilidade da progressão **parcial de estudos** para a série seguinte, conforme orienta seu Art. 24, inciso III:

Nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que **preservada a sequência do currículo**, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

Em consonância com a LDB vigente e em caráter complementar, o



Parecer CNE Nº 024/2003 esclarece que “Nas instituições que adotam regime seriado, considera-se regular a possibilidade de Programa de Estudo Individual com vistas à recuperação de conteúdos, sob a forma de Progressão Parcial ou Dependência, sem que se exija obrigatoriedade de frequência”. Nesse parecer, o Conselho Nacional de Educação não criou nova modalidade, mas



equiparou a progressão parcial à antiga dependência, em que o aluno poderá continuar seu percurso escolar, recuperando conteúdos, por meio de um programa de estudo individual.

A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, aborda em seu artigo 50 o tema da Progressão Parcial, sob os seguintes termos:

A progressão pode ser regular ou parcial, sendo que esta **deve preservar a sequência do currículo** e observar as normas do respectivo sistema de ensino, requerendo o **redesenho da organização das ações pedagógicas**, com **previsão de horário de trabalho e espaço de atuação para professor e estudante**, com conjunto próprio de recursos didático-pedagógicos.

Esse tipo de progressão poderá ocorrer nas duas formas seguintes: a) **programa de estudo individual** e b) **oferta de componente curricular em regime regular**, desde que esta não acarrete prejuízos ao discente, como por exemplo, duas ou mais disciplinas ofertadas para o mesmo dia e hora, visando à preservação da sequência do currículo.

A progressão parcial na forma de programa de estudo individual deverá ser planejada considerando os pareceres referentes ao desempenho dos estudantes emitidos pelo conselho de classe final. Sendo assim, os alunos que o conselho de classe julgar que devem ser retidos terão o direito de se submeter a essa oportunidade no período letivo seguinte. Portanto, na última reunião de conselho de classe deverão sair as orientações para a elaboração do Programa de Estudo Individual, com o devido prazo para apresentação à Coordenação do Curso, Coordenadoria Técnico Pedagógica, ao aluno e ao professor responsável.

O referido Programa deverá ser planejado contemplando, o seu tempo de duração, os conteúdos a serem revistos pelo estudante (aqueles em que o estudante tem dificuldade), assim como a metodologia, os critérios e instrumentos de avaliação, além da forma de acompanhamento a ser feita pela equipe (Coordenação Técnico Pedagógica, Coordenação de Curso e professor da disciplina).

A progressão parcial de estudos na forma de **oferta de componente curricular em regime regular** deverá acontecer em outra turma do mesmo curso ou de outro curso de mesma forma de oferta, nível e modalidade podendo ser viabilizada preferencialmente na modalidade presencial **usando o horário da disciplina de atividades complementares**,



porém, para otimização dessa progressão visando ao atendimento a todos os alunos que necessitam cursar disciplinas nesse regime, recomenda-se que seja avaliada a possibilidade da oferta também por meio do ensino a distância, com previsão de encontros presenciais.



No entanto, é necessário enfatizar que, para efeito de organização, seja elaborado, com **um semestre de antecedência**, o conteúdo online desse componente curricular, em **modelo próprio para a modalidade EAD**, para que seja inserido no ambiente virtual do ensino a distância promovido pelo IFCE (Plataforma Moodle), com acompanhamento efetivo do professor da disciplina e de tutor.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a modalidade Educação a Distância foi tratada nos artigos 39 e 40, como se lê abaixo:

Art. 39. A modalidade Educação a Distância caracteriza-se pela mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem que ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Art. 40. O credenciamento para a oferta de cursos e programas de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial e de Educação Profissional Técnica de nível médio e tecnológica, na modalidade a distância, compete aos sistemas estaduais de ensino, atendidas a regulamentação federal e as normas complementares desses sistemas.

A Resolução nº 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, possibilita atividades não presenciais, “desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores”.

Entre os aspectos que fazem parte do processo de avaliação da aprendizagem e que **se bem conduzido**, contribuirá de forma significativa na superação da retenção e evasão acadêmica, destaca-se o **Conselho de Classe**, cuja finalidade é permitir o acompanhamento sistemático do desempenho dos alunos, visando a um conhecimento mais profundo da turma e da atuação docente com base nos resultados alcançados e nas discussões acerca das intervenções de superação das dificuldades dos estudantes, como também, formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as relações mútuas entre os professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação das dificuldades de aprendizagem e superação das mesmas.

O conselho pode acontecer no período, de preferência, ao final de cada etapa ou de cada bimestre. Faz-se necessário que seja implantado a sistemática de realização de Conselho de Classe (bimestral) em cada turma dos cursos na sua rotina de avaliação da aprendizagem.



1 Da Reprovação

Será considerado reprovado o discente que obtiver a média inferior a mínima estabelecida na avaliação final ou que tenha frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas de cada componente curricular. O aluno que ficar reprovado em até 03 (três) ou mais disciplinas técnicas, deverá ser submetido ao conselho de classe, no intuito, de definir sua situação acadêmica no curso.

1 Avaliação dos professores e do Curso

O processo de avaliação do curso acontece a partir da legislação vigente, das avaliações feitas pelos discentes, pelas discussões empreendidas nas reuniões de coordenação, nas reuniões gerais e de conselho de classe, sob a supervisão da Direção de Ensino, ao longo do percurso formativo. Sendo a avaliação um processo dinâmico, os resultados obtidos em tais procedimentos devem servir de subsídios para a implementação de ações interventivas como forma de minimizar os impactos negativos que porventura venham a ser detectados ao longo da execução do projeto.

Assim farão parte desse processo os seguintes elementos: plano de ensino, projetos orientados pelos docentes, produtos desenvolvidos sob a orientação dos docentes, autoavaliação docente, sugestões e críticas dos discentes e sugestões e críticas dos docentes, equipe pedagógica, demais servidores técnicos administrativos e comunidade representada pelos pais. Nesse sentido, o *Campus Tauá* adota os seguintes instrumentais de avaliação:

- **Avaliação docente** - feita por meio de um questionário no qual os alunos respondem questões referentes à conduta docente, atribuindo notas de 1 (um) a 5 (cinco), relacionadas à pontualidade, assiduidade, domínio de conteúdo, incentivo à participação do aluno, metodologia de ensino, relação professor-aluno e metodologia de avaliação.

No mesmo questionário os alunos avaliam o desempenho dos docentes quanto a pontos positivos e negativos e apresentam sugestões para a melhoria do Curso e da Instituição. Os resultados são apresentados aos professores com o objetivo de contribuir para a melhoria das ações didático-pedagógicas e da aprendizagem discente.

- **Avaliação Institucional** - a Comissão Própria de Avaliação (CPA) realiza diagnóstico das



condições das instalações físicas, equipamentos, acervos e qualidade dos espaços de trabalho do Instituto e encaminha aos órgãos competentes relatório constando as potencialidades e fragilidades da instituição, para conhecimento e possíveis soluções.

A Direção Geral, Diretoria de Ensino e a Coordenação do Curso subsidiarão as instâncias envolvidas no processo de avaliação do projeto de curso.

2 Estratégias de Apoio ao Discente

O IFCE *campus* Tauá conta com vários espaços de apoio ao discente, podendo destacar: um refeitório, uma biblioteca, laboratórios de apoio pedagógico e salas de aula amplas e arejadas. Além desses espaços, os estudantes também contarão com três refeições diárias: lanche da manhã, almoço e lanche da tarde, com um cardápio balanceado e acompanhado por Nutricionista.

Com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos estudantes, o IFCE dispõe de uma Política de Assistência Estudantil, constituída por princípios, diretrizes e objetivos, sendo a base sobre a qual se edificam programas, projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento integral e integrado do estudante.

A operacionalização da referida política é de responsabilidade dos profissionais da equipe multidisciplinar que compõe a Assistência Estudantil (Assistente Social, Psicólogo, Enfermeiro, Médico, Odontólogo, Nutricionista e Educador Físico) e a Coordenação Técnico-Pedagógica (Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Assistente de Alunos,).

As ações da Assistência Estudantil são materializadas através de serviços e programas. Os primeiros compreendem: Serviço Social, Serviço Pedagógico, Serviço de Psicologia, Serviço de Saúde e Serviço de Alimentação e Nutrição. Já os programas constituem-se de 05 áreas temáticas: I – Trabalho, Educação e Cidadania, II – Assistência Integral à Saúde, III – Cultura, Arte, Desporto e Lazer, IV – Alimentação e Nutrição e V – Auxílios em forma de pecúnia.

Vale ressaltar que a cada dois meses acontecerão reuniões de pais com o acompanhamento da Coordenação Técnico-Pedagógica e Assistência Estudantil para discutir com a família assuntos relacionados a um melhor acompanhamento do desempenho didático-pedagógico do discente, como também a abordagem de temáticas de formação pessoal para as



famílias como: Violência Doméstica, Aprendizagem, Sexualidade, Direitos Humanos, dentre outros de interesse da comunidade escolar.

3 Biblioteca, Instalações e Equipamentos

A biblioteca do IFCE – *campus* Tauá funciona ininterruptamente das 07h30 às 21h30, de segunda a sexta-feira. Aos usuários vinculados ao *campus* Tauá e cadastrados na biblioteca é concedido o empréstimo automatizado de livros. As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio da biblioteca.

A biblioteca possui um ambiente climatizado, boa iluminação, dispõe de serviço de referência, de armários para os discentes guardarem seus pertences, cabines para estudos coletivos, computadores com acesso à Internet disponíveis para os discentes que desejem realizar estudos na instituição.

A biblioteca conta com Sistema de Automação de Bibliotecas Sophia com títulos físicos, exemplares e periódicos. É interesse da instituição a atualização do acervo de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas pelo corpo docente.

Biblioteca Virtual Universitária (BVU)

Cada Campus do IFCE disponibiliza o acesso à BVU, para todos os discentes e servidores, basta acessar o endereço eletrônico: <http://bvu.ifce.edu.br/login.php> e realizar o *login* com o número de matrícula ou SIAPE.

A BVU é composta por milhares de livros em mais de 50 áreas do conhecimento, incluindo as temáticas locais, como: Ciências Biológicas, Ciências Ambientais, Física, Química, Engenharia e Português, Informática e Administração, dentre outros. O acervo virtual é constantemente atualizado, de acordo com os contratos realizados com editoras parceiras.

O acesso à BVU é simples e rápido. E cada usuário pode montar sua própria estante virtual, fazer anotações, marcar páginas e até mesmo imprimir trechos dos livros. Este repositório está disponível para *web* e dispositivos móveis.

A biblioteca física do Campus dispõe de computadores para acessar a BVU e também realiza treinamentos para que os usuários se familiarizem com a plataforma.

Portal de Periódicos CAPES

Instituições de Ensino qualificadas possuem acesso ao Portal de Periódicos da



CAPES, o que inclui o IFCE e todos os *campi*. O portal está disponível para professores, pesquisadores, discentes e servidores que estejam consultando o portal através da rede local dos *campi*. Para acesso remoto é necessário vínculo institucional.

O portal é composto por mais de 38mil periódicos com texto completo, 134 bases de referência e 11 bases específica para patentes, além de livros, enciclopédias, normas técnicas e conteúdo audiovisual. Evidentemente, os materiais estão disponíveis em vários idiomas, incluindo o português, que possui uma quantidade relevante de materiais, em diversas áreas do conhecimento.

O acesso ao Portal é livre nas dependências da instituição. Entretanto, caso o usuário necessite utilizar a plataforma em outros locais, é necessária uma autenticação institucional. O portal oferece um espaço para disseminação seletiva da informação, para usuários cadastrados, onde cada usuário pode escolher áreas de interesse e receber notificações de novas publicações, como uma assinatura de periódicos.

A Biblioteca física do *campus* dispõe de computadores para acessar ao Portal de Periódicos e também realiza treinamentos para que os usuários se familiarizem com a plataforma.

Tabela 05 – Instalações

Dependências	Quantidade
Almoxarifado	01
Auditório	01
Biblioteca	01
Cantinas	01
Praça de alimentação	01
Quadra esportiva coberta	01
Sala de direção administrativa	01
Sala de direção de ensino	01
Sala de direção geral	01
Sala de professores	02
Sala de registro acadêmico	01
Sala de suporte de TI	01
Sala de videoconferência	01
Sala de centro acadêmico*****	
Salas de aulas para o curso	09
Salas de coordenação	01
Sanitários	10
Sanitários adaptados para portadores de necessidades especiais	04



Tabela 06 – Recursos

Itens	Quantidade
Computador para uso dos alunos	50
Televisor	02
Vídeo Cassete	
Aparelho de DVD	01
Retroprojetores	01
Data Show	06
Quadro Branco	20
Flip-Shart	01
Receptor para antena parabólica	01
Monitor para videoconferência	01
Câmera Fotográfica	01
Filmadora Digital	01
Lousa Digital	

Tabela 07 - Laboratórios Básicos

Laboratório	Quantidade
Informática	02
Física	01
Química	01
Biologia	01
Matemática	
Centro de línguas e literaturas	

4 Laboratórios, Instalações e Equipamentos

O curso Técnico Integrado em Agropecuária visa à formação de um profissional com atuação direcionada ao eixo de Recursos Naturais aplicados no setor produtivo e de serviços. Para tanto é indispensável a existência de laboratórios que venham favorecer o processo ensino- aprendizagem. Nessa perspectiva, faz-se necessário que tais ambientes estejam em sintonia com a produção agropecuária e, sobretudo, voltados para a segurança tanto dos docentes quanto dos discentes.



1 Laboratório de Informática (em construção)

5 Perfil do Pessoal Docente e Técnico

Tabela 08 – Docentes

Nome	Situação	Formação	Titulação	Reg. de Trabalho
Adonias Caetano de Oliveira	Ativo Permanente	Ciência da Computação	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Ana Rachel Brito de Paula	Ativo Permanente	Matemática	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Auricélio Ferreira Souza	Ativo Permanente	Letras	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Cassia Alves da Silva	Ativo Permanente	Letras	Doutorado	Dedicação Exclusiva
David Hermann Lucena Matos	Ativo Permanente	Física	Mestrando	Dedicação Exclusiva
Denise Silva do Amaral Miranda	Ativo Permanente	Tecnóloga em Alimentos	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Felipe Alves de Brito Oliveira	Ativo Permanente	Biologia	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Felipe Antônio Dantas Monteiro	Ativo Permanente	Geografia	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Fernando Michael Pereira Nobre	Ativo Permanente	Educação Física	Especialização	Dedicação Exclusiva
Francisco Luciano Castro Martins Junior	Ativo Permanente	Redes de Computadores	Graduação	Dedicação Exclusiva
Jardas de Sousa Silva	Ativo Permanente	Letras Português/Inglês	Mestrado	Dedicação Exclusiva
José Aureliano Arruda Ximenes de Lima	Ativo Permanente	Administração	Especialização	Dedicação Exclusiva
José Alves Neto	Ativo Permanente	Matemática	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Karine Leitão do Nascimento	Ativo Permanente	Letras Português/Espanhol	Graduação	Dedicação Exclusiva
Kélvia Jácome de Castro	Ativo Permanente	Zootecnia	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Mirelle Araújo da Silva	Ativo Permanente	Pedagogia	Mestrado	Dedicação Exclusiva



Renato Mendes Rosa	Ativo Permanente	Música	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Roberto Luis Alexandrino Feitosa	Ativo Permanente	Engenharia Química	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Rodrigo Cavalcante de Almeida	Ativo Permanente	História	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Roney Reis de Castro e Silva	Ativo Permanente	Ciências da Computação	Mestrando	Dedicação Exclusiva
Rubens Maciel Miranda Pinheiro	Ativo Permanente	Física	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Samuel Alves Soares	Ativo Permanente	Ciências da Computação	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Tatiane Vieira Barros	Ativo Permanente	Ciências Sociais	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Thiago Vieira da Costa	Ativo Permanente	Agronomia	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Weberte Alan Sombra	Ativo Permanente	Agronomia	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Willame de Araújo Cavalcante	Ativo Permanente	Ciências Ambientais	Mestrado	Dedicação Exclusiva

Tabela 08 – Corpo Técnico-administrativo

Nome	Cargo	Formação	Titulação	Reg. de Trabalho
Alexciano de Sousa Martins	Téc. em assuntos educacionais	Física	Mestrado	30h
Aline Santos de Lima	Auxiliar em Administração	Direito	Especialização	40h
Analice Fraga de Oliveira	Bibliotecária	Biblioteconomia	Graduação	40h
André Luis de Araújo Barros	Auxiliar em biblioteca	Ensino médio	Ensino médio	30h
Claudenira Cavalcante Melo	Assistente Social	Serviço Social	Especialização/Mestrando	40h
Denis Rafael Pires Ferreira	Auxiliar em Administração	Contabilista	Especialização	40h
Francisco Wilebaldo Fidelix	Assistente em Administração	Pedagogia	Graduação	40h



George Luiz de Freitas Souza	Assistente em Administração	Direito	Especialização	40h
Gessianne Carvalho Castro	Assistente em Administração	Enfermagem	Especialização	40h
Ítala Keane Rodrigues Dias	Enfermeira-área	Enfermagem	Especialização	40h
José Chagas de Oliveira	Assistente de Alunos	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação	40h
Jardel Leite de Oliveira	Téc. em Lab. em Física	Mecatrônica	Especialização	40h
José Wendell Araújo Pedrosa	Auxiliar em biblioteca	Ensino médio	.	30h
Jobson Vital Costa	Psicólogo	Psicologia	Mestrando	40h
Juliana Cândida Albano	Técnico em Audiovisual	Comunicação Social com habilitação em rádiotv	Graduação	40h
Karla Gonçalves de Oliveira	Pedagoga-área	Pedagogia	Especialização	40h
Larissa Lima de Albuquerque	Jornalista	Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo	Especializada	40h
Lorene Maciel Barreto	Técnico em Secretariado	Serviço Social	Especialização	40h
Louralber Barroso de Lima	Técnico em Laboratório de Eletrônica	Ensino Médio	.	40h
Marconi Montezuma Sales Filho	Administrador	Administração	Especialização	40h



Maria Erivalda Costa de Oliveira	Téc. Em Secretariado	Pedagogia	Especialização	40h
Meyrefrance Cavalcante Vital	Assistente em Administração	Administração Pública	Cursando especialização	40h
Prucina de Carvalho Bezerra	Pedagoga-área	Pedagogia, Letras Português e Direito	Especialização	30h
Rayanny Francisarc Alves da Silva	Auxiliar em Administração	Ensino Médio	Cursando graduação de Serviço Social	40h
Rafael Eferon Pinheiro Nogueira	Técnico em Eletrotécnica	Ensino Médio	Cursando Graduação em Mecatrônica	40h
Robson Gomes	Assistente em Administração	Ensino Médio	Cursando Direito	40h
Rogério Barbosa de Araújo dos Santos	Assistente em Administração	Administração	Graduado	40h
Rogério Severiano Dutra	Contador	Ciências contábeis e Matemática	Especialização	40h
Samir Coutinho Costa	Técnico de Tecnologia da Informação	Analista de Sistemas	Graduação	40h
Sâmia Shara Pinheiro Sobral Ferreira	Assistente de Administração	Pedagogia	Gradação	40h
Tassia Karolliny Nunes Lobo	Assistente em Administração	Direito	Cursando Especialização	40h

6 Diploma

Será conferido o Certificado de Técnico em Agropecuária aos que concluírem todos os componentes curriculares estabelecidos na matriz curricular do curso, bem como apresentarem, junto à Coordenadoria de Controle Acadêmico – CCA, a certificação de



conclusão de Ensino Médio.

7 Mecanismos de Acompanhamento do Curso e Atualização do PPC

O acompanhamento do curso acontecerá através de reuniões periódicas entre colegiado, professores e coordenador a fim de discutir assuntos relacionados ao bom andamento das atividades, como: indicadores de aprendizagem, políticas de melhoria que garantam maior eficácia no processo ensino aprendizagem e melhoria na infraestrutura do curso como um todo, além de um efetivo acompanhamento ao aluno egresso.

O PPC deverá ser analisado pelo menos uma vez a cada ano tendo em vista a oferta e demanda, demonstradas pela clientela com possíveis mudanças estruturais e pedagógicas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2014.

BRASIL, **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL, **Lei 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.

BRASIL, **Parecer CNE/CEB N° 16/99**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB N° 1/2004**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da Educação Profissional e do ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2004.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB N° 4/2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB n° 06/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM.

BRASIL, **Educação Profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico** / Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em:

http://pronatec.mec.gov.br/cnct/et_informacao_comunicacao/t_rede_computadores.php Data de acesso, 17/02/2016.



Guia de livros didáticos: PNLD 2015: matemática: ensino médio. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). **Regulamento da Organização Didática (ROD)**. Fortaleza: IFCE, 2015.

Instituto Federal do Ceará (IFCE) – *Campus Cedro*. **Curso de Licenciatura em Matemática: Projeto Pedagógico**. IFCE, 2012.

Instituto Federal do Ceará (IFCE) – *Campus Cedro*. **Projeto do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação**. IFCE, 2012.

Instituto Federal do Ceará (IFCE) – **Manual do Estagiário**. Pró Reitoria de Extensão – PROEXT, 2014.

Instituto Federal do Ceará (IFCE) – **Documento Norteador para a construção dos Projetos dos Cursos Técnicos do IFCE Integrados ao Ensino Médio**. Pró Reitoria de Ensino – PROEN, 2014.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky. Aprendizado e Desenvolvimento. Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993

SOUSA, Antonia de Abreu. **Novos Paradigmas da Educação Brasileira**. Mimeo. Fortaleza, 2000.



ANEXOS



Matriz Curricular para migração ao novo PPC dos alunos que ingressaram em 2018:

Disciplina	Código	1º ANO		2º ANO		3º ANO		CH h/a 60min
		CH	aula/semana	CH	aula/semana	CH	aula/semana	
Artes	ART	80	2	80	2	80	2	240
Educação Física	Ed. FIS	80	2	80	2	80	2	240
Língua Portuguesa	LP	120	3	120	3	120	3	360
Redação	RE					40	1	40
Língua Inglesa	LI	40	1	40	1	40	1	120
Matemática	MAT	120	3	120	3	120	3	360
Física	FIS	80	2	80	2	80	2	240
Biologia	BIO	80	2	80	2	80	2	240
Química	QUI	80	2	80	2	80	2	240
Filosofia	FILO	40	1	40	1	40	1	120
História	HIS	80	2	80	2	80	2	240
Geografia	GEO	80	2	80	2	80	2	240
Sociologia	SOC	40	1	40	1	40	1	120
CH BÁSICO Total		920	23	920	23	960	24	2800
Introdução à Agropecuária	IA	40						40
Projeto de acompanhamento de aluno	PAA	40						40
Empreendedorismo	EE	40						40
Informática básica	IB	40						40
Responsabilidade Social e Meio Ambiente	RSMA	40						40
Língua Espanhola	LE	40						40
CH DIVERSIFICADA Total		240	6	0	0	0	0	240



Controle de qualidade	CQ	40						40
Extensão rural	ER	40						40
Entomologia agrícola	EA	40						40
Solos 1	SI	40						40
Alimentos e alimentação animal	AAA	60						60
Olericultura	OL			80	2			80
Forragicultura	FAA			40	1			40
Solos 2	CS			40	1			40
Mecanização agrícola	MA			80	2			80
Manejo integrado de pragas e doenças	MIP			40	1			40
Produção de ruminantes	PR			120	3			120
Agroindústria	AI			80	2			80
Culturas anuais	CA			80	2			80
Apicultura e Meliponicultura	AM					80	2	80
Administração rural	AD					80	2	80
Topografia	TO					80	2	80
Irrigação e drenagem	ID					80	2	80
Produção de Monogástricos	PM					80	2	80
Fruticultura	FC					80	2	80
Agroecologia	AG					40	1	40
CH TÉCNICA Total		220	6	560	14	520	13	1300
PRÁTICA PROFISSIONAL	PP	60		60		80		200
CH Técnica + PP		280		620		600		1500
CH TOTAL		1440	35	1540	37	1560	37	4540



PUDs - Disciplinas do Núcleo Comum

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: ARTES I	
Código: ART	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80 horas	
Carga horária de aulas práticas: 40 horas	
Número de créditos: 2	
Código pré-requisito:	
Ano: 1º ano	Nível: Médio Integrado
EMENTA	
Conceitos, significados e funções das artes. As linguagens artísticas (música, dança, artes visuais e artes cênicas). Criação e criatividade. Arte, Cultura e Sociedade.Arte e os aspectos da realidade social e do cotidiano.	
OBJETIVO(S)	



Desenvolver a criticidade em relação a arte dentro de um contexto histórico-filosófico, considerando-a em seus aspectos conceituais.

Conhecer e analisar as manifestações artísticas e suas linguagens enquanto processos e produtos culturalmente construídos.

Desenvolver a ideia processual da criatividade como elemento da produção artística.

Apreciar produtos de arte, desenvolvendo tanto a fruição quanto a percepção estética.

Relacionar as manifestações artísticas dentro da realidade social e cotidiana.

Realizar produções artísticas, individuais e/ou coletivas.

PROGRAMA



Unidade I: Conceitos, significados e funções.

1. O que é Arte?
 - 1.1 Elementos constituintes da arte;
 - 1.2 Teorias essencialistas das artes;
 - 1.3 Manifestações artísticas e cotidiano;
2. As linguagens artísticas:
 - 2.1 Música;
 - 2.2 Artes visuais;
 - 2.3 Teatro;
 - 2.4 Dança.
3. Elementos constitutivos das linguagens artísticas:
 - 3.1 Forma e conteúdo;
 - 3.2 Construção do objeto artístico.

Unidade II: Criação e criatividade.

1. Como ocorre a criação artística?
 - 1.1 Talento, dom, genialidade, trabalho, experiência;
 - 1.2 Criação enquanto processo;
 - 1.3 Conceitos e teorias sobre criatividade.
2. Criatividade no cotidiano;
 - 2.1 Produção e vivência criativa;
 - 2.2 Ações de desenvolvimento da criatividade.

Unidade III: Arte, Cultura e Sociedade.

1. O que é cultura?
 - 1.1 Cultura como identidade;
 - 1.2 Manifestações culturais e artísticas;
 - 1.3 Arte e diversidade cultural;
 - 1.4 Cultura de massa.
2. Arte e cultura no Brasil:
 - 2.1 Aspectos histórico-sociais da arte no Brasil;
 - 2.2 Arte e cultura nordestina;
 - 2.3 Cultura regional.

Unidade IV: Artes e os aspectos da realidade social e do cotidiano.

1. Produção e criação artística sobre temas contemporâneos:
 - 1.1 Ética;
 - 1.2 Saúde;
 - 1.3 Meio Ambiente;
 - 1.4 Orientação sexual;
 - 1.5 Política;
 - 1.6 Tecnologia;
 - 1.7 Mundo do trabalho e consumo;
 - 1.8 Pluralidade cultural;
 - 1.9 Respeito à diversidade.

METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades serão desenvolvidas por meio de estudos teóricos e práticos. Serão destinadas 40 horas para aulas teóricas e 40 horas para as aulas práticas. As aulas serão organizadas com base nas seguintes metodologias de ensino: (i) aulas expositivas; (ii) metodologias ativas de aprendizagem, como: debates, estudos dirigidos, jogos, criação de mapas mentais, entre outros; (iii) atividades de orientação de pesquisa, produção textual e apresentação oral; (iv) dinâmicas de criação e produção artística, (v) desenvolvimento de projetos integradores e interdisciplinares.



AVALIAÇÃO

De acordo com o Regulamento da Organização Didática do IFCE – ROD (2015), “as avaliações devem ter caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual”. Desse modo, a avaliação da aprendizagem na disciplina Artes do Curso Integrado em Agropecuária será, parcialmente, realizada no decurso das aulas observando individualmente o gradual desenvolvimento dos alunos. A avaliação dar-se-á considerando a participação e produção dos alunos nas atividades propostas individualmente e em grupos durante todo o ano letivo.

O exercício da pesquisa será incentivado como ferramenta de construção do conhecimento. Assim, a produção da pesquisa, a produção textual e a apresentação oral em forma de seminário serão ferramentas de avaliação do trabalho desenvolvido. Serão considerados critérios avaliativos: (i) o envolvimento e a organização no processo de produção da pesquisa, (ii) a correção textual e o desenvolvimento argumentativo dos textos produzidos; (iii) desenvolvimento e organização da apresentação oral dos conteúdos pesquisados.

As atividades práticas da disciplina constituem, sobretudo, dinâmicas de criação artística. Assim, a realização, criação e produção artística constituirão objetos avaliativos. O caráter processual da criação será considerado como principal aspecto a ser avaliado, sobrepondo-se, desse modo, à avaliação dos produtos artísticos em si.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMPERTZ, Will. **Isso é arte?** 150 anos de arte moderna: do impressionismo até hoje. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

PORTO, Humberta Gomes Machado. **Estética e História da Arte**. Pearson. 2017.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense. 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDOUNUR, Oscar J. **Matemática e Música**. Coleção Contextos da Ciência Livraria da Física. 2016.

AMARAL, Aracy; TORAL, André. **Arte e sociedade no Brasil: de 1930 a 1956**. Volume I. Callis. 2003.

AMARAL, Aracy; TORAL, André. **Arte e sociedade no Brasil: de 1957 a 1975**. Volume II. Callis. 2003.

AMARAL, Aracy; TORAL, André. **Arte e sociedade no Brasil: de 1976 a 2003**. Volume III. Callis. 2003.

CHILVERS, Ian **História ilustrada da arte**. Publifolha. 2014.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da Arte**. Círculo do Livro. 1959.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Editora Vozes. 24 ed. 2002.

Professor do Componente Curricular

Coordenadoria Técnico-Pedagógica

Coordenador do Curso

Diretoria de Ensino



Componente Curricular: Artes I					
(X) Disciplina da Base Nacional Comum					
Carga horária total:80 horas					
Carga horária aulas práticas:40 horas					
Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Pincéis	1	10	Aparelho de som	1	Sala de aula
Cartolinas	1	70	Instrumentos percussivos	15	Sala de aula
Lápis de cores	1	10	Flautas	10	Sala de aula
Fita gomada	1	3	Violão	4	Sala de aula
			Escaleta	4	Sala de aula
			Materiais recicláveis para confecção instrumentos	Indefinido	Sala de aula

COMPONENTE CURRICULAR: ARTES II	
Código: ART	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80 horas	
Carga horária de aulas práticas: 40 horas	
Número de créditos: 2	
Código pré-requisito:	
Ano: 2º ano	Nível: Médio Integrado
EMENTA	
A arte enquanto linguagem. Parâmetros e elementos da organização da linguagem artística. Processos de percepção e apreciação da arte. Produção e criação em arte. Arte e Tecnologia.Arte e os aspectos da realidade social e do cotidiano.	
OBJETIVO(S)	
Desenvolver a criticidade em relação ao conceito de arte enquanto linguagem.	
Compreender os elementos constituintes da linguagem artística e sua estruturação.	
Refletir sobre as relações que envolvem os processos de percepção e apreciação da arte.	
Desenvolver habilidades de execução e produção artística.	
Realizar criações artísticas, individuais e/ou coletivas.	
Relacionar a produção artística ao desenvolvimento dos recursos tecnológicos.	



Apreciar produtos artísticos desenvolvendo tanto a fruição quanto a percepção estética.

Relacionar as manifestações artísticas dentro da realidade social e cotidiana.

PROGRAMA

Unidade I: Introdução à música

1. Parâmetros sons:
 - 1.1 O som enquanto matéria da música;
 - 1.2 Aspectos físicos do som: altura, intensidade, duração e timbre;
 - 1.3 Música e matemática.
2. Elementos musicais:
 - 2.1 Aspectos melódicos da música;
 - 2.2 Aspectos rítmicos da música;
 - 2.3 Aspectos harmônicos da música.
3. Processos de escuta e apreciação musical:
 - 3.1 Paisagem sonora;
 - 3.2 Gêneros musicais e suas organizações sonoras.

Unidade II: Prática musical

1. A música e o corpo:
 - 1.1 Produção vocal;
 - 1.2 Anatomia e fisiologia da voz;
 - 1.3 Afinação vocal;
 - 1.4 Coordenação rítmico-motora;
 - 1.5 Percussão corporal;
 - 1.6 Canto coletivo.
2. Música enquanto linguagem:
 - 2.1 Sistemas de notação musical
 - 2.2 Formas e estruturação da música

Unidade III: Aspectos criativos e tecnológicos em música:

1. Criação e criatividade em Música:
 - 1.1 Princípios elementares da composição musical;
 - 1.2 Construção de instrumentos musicais com materiais recicláveis;
 - 1.3 Produção e criação musical de música regional.
2. Música e tecnologia
 - 2.1 Ferramentas computacionais para criação musical:
 - 2.1.1 Digital Audio Workstation (DAW);
 - 2.1.2 Microfones;
 - 2.1.3 Gravação de áudio;
 - 2.1.4 Edição e mixagem.
 - 2.2 Processos criativos em música e tecnologia:

Unidade IV:Música e os aspectos da realidade social e do cotidiano:

1. Produção e criação musical sobre temas contemporâneos:
 - 1.1 Ética;
 - 1.2 Saúde;
 - 1.3 Meio Ambiente;
 - 1.4 Orientação sexual;
 - 1.5 Política;
 - 1.6 Tecnologia;
 - 1.7 Mundo do trabalho e consumo;
 - 1.8 Pluralidade cultural;
 - 1.9 Respeito à diversidade.

METODOLOGIA



As atividades serão desenvolvidas por meio de estudos teóricos e práticos. Serão destinadas 40 horas para aulas teóricas e 40 horas para as aulas práticas. As aulas serão organizadas com base nas seguintes metodologias de ensino: (i) aulas expositivas; (ii) metodologias ativas de aprendizagem, como: debates, estudos dirigidos, jogos, criação de mapas mentais, entre outros; (iii) atividades de prática musical por meio de instrumentos musicais, corpo e voz; (iv) atividades de apreciação musical; (v) atividades de orientação de pesquisa, produção textual e apresentação oral; (vi) dinâmicas de criação e produção artística; (vii) desenvolvimento de projetos integradores e interdisciplinares.

AValiação

De acordo com o Regulamento da Organização Didática do IFCE – ROD (2015), “as avaliações devem ter caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual”. Desse modo, a avaliação da aprendizagem na disciplina Artes do Curso Integrado em Agropecuária será, parcialmente, realizada no decurso das aulas observando individualmente o gradual desenvolvimento dos alunos. A avaliação dar-se-á considerando a participação e produção dos alunos nas atividades propostas individualmente e em grupos durante todo o ano letivo.

O exercício da pesquisa será incentivado como ferramenta de construção do conhecimento. Assim, a produção da pesquisa, a produção textual e a apresentação oral em forma de seminário serão ferramentas de avaliação do trabalho desenvolvido. Serão considerados critérios avaliativos: (i) o envolvimento e a organização no processo de produção da pesquisa, (ii) a correção textual e o desenvolvimento argumentativo dos textos produzidos; (iii) desenvolvimento e organização da apresentação oral dos conteúdos pesquisados.

As atividades práticas da disciplina constituem, sobretudo, dinâmicas de criação artística. Assim, a realização, criação e produção artística constituirão objetos avaliativos. O caráter processual da criação será considerado como principal aspecto a ser avaliado, sobrepondo-se, desse modo, à avaliação dos produtos artísticos em si.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BENNETT, Roy. **Elementos Básicos Da Música**. Coleção Cadernos Música. Jorge Zahar, 1998
- BEYER, Esther; KEBACH, Patrícia. **Pedagogia da música: experiência de apreciação musical**. Vol. 11. Mediação Editora. 2016.
- GALINDO, João Maurício. **Música: Pare para Ouvir**. Melhoramentos. 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRITO, Teca Alencar de. **Quantas Músicas Tem A Música? Ou Algo Estranho no Museu!** Peirópolis. 2009
- VITORINO, Larissa; ALVES, Yara. **Música Faz - Ensino Médio**. Vol. 1. Editora HTC . 2013
- VITORINO, Larissa; ALVES, Yara. **Música Faz - Ensino Médio**. Vol. 2. Editora HTC . 2013
- VITORINO, Larissa; ALVES, Yara. **Música Faz - Ensino Médio**. Vol. 3. Editora HTC . 2013
- ZUBEN, Paulo. **Música e tecnologia: o som e seus novos instrumentos**. Irmãos Vitale, 2004.

Professor do Componente Curricular

Coordenadoria Técnico-Pedagógica



Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino
-----------------------------	----------------------------

Componente Curricular: Artes II					
(X) Disciplina da Base Nacional Comum					
Carga horária total: 80 horas					
Carga horária aulas práticas: 40 horas					
Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Pincéis	1	10	Aparelho de som	1	Sala de aula
Cartolinas	1	70	Instrumentos percussivos	15	Sala de aula
Lápis de cores	1	10	Flautas	10	Sala de aula
Fita gomada	1	3	Violão	4	Sala de aula
			Escaleta	4	Sala de aula
			Materiais recicláveis para confecção instrumentos	Indefinido	Sala de aula

COMPONENTE CURRICULAR: ARTES III	
Código: ART	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80 horas	
Carga horária de aulas práticas: 40 horas	
Número de créditos: 2	
Código pré-requisito:	
Ano: 3º ano	Nível: Médio Integrado
EMENTA	
A arte enquanto processo e produto histórico-cultural. A diversidade das correntes estéticas da arte. Arte europeia e a construção da tradição da música ocidental. Arte em diferentes culturas. Arte brasileira e sua diversidade. Arte e os aspectos da realidade social e do cotidiano.	
OBJETIVO(S)	
Desenvolver o senso crítico em relação ao conceito de arte enquanto processo e produto histórico-cultural. Refletir sobre as relações que envolvem o processo de construção e fruição artística. Conhecer e analisar as manifestações artísticas enquanto processos e produtos culturalmente construídos. Conhecer as manifestações artísticas produzidas ao longo da história, considerando-as em sua diversidade	



estética e cultural.

Refletir sobre a produção artística brasileira e sua diversidade ao longo da história.

Relacionar as manifestações artísticas dentro da realidade social e cotidiana.

PROGRAMA

Unidade I: Música europeia e a construção da tradição da música ocidental.

1. Períodos históricos da música e suas estéticas;
2. Música na Idade média;
3. Música barroca;
4. Classicismo;
5. Romantismo;
6. Música no século XX e XXI;
7. Tradições e vanguardas na música europeia.

Unidade II: Aspectos decoloniais da produção musical.

1. A música em diferentes culturas;
2. Música e diversidade cultural;
3. Etnografias em música;
4. A música não ocidental
5. A música de matriz africana,
6. A música oriental;
7. Música na América Latina;
8. A música popular.

Unidade III: A Música Brasileira e sua diversidade;

1. Música erudita no Brasil;
2. Música popular no Brasil;
3. Música midiática e cultura de massa.

Unidade IV: Movimentos e gêneros musicais da música popular no Brasil.

1. Música popular brasileira a partir do final do século XIX;
2. O surgimento do samba e do choro;
3. Bossa Nova;
4. Jovem Guarda;
5. Clube da Esquina;
6. Tropicalismo;
7. Os festivais de música;
8. Música e resistência (a canção de protesto);
9. Gêneros musicais nordestinos.

METODOLOGIA

As atividades serão desenvolvidas por meio de estudos teóricos e práticos. Serão destinadas 40 horas para aulas teóricas e 40 horas para as aulas práticas. As aulas serão organizadas com base nas seguintes metodologias de ensino: (i) aulas expositivas; (ii) metodologias ativas de aprendizagem, como: debates, estudos dirigidos, jogos, criação de mapas mentais, entre outros; (iii) atividades de prática musical por meio de instrumentos musicais, corpo e voz; (iv) atividades de apreciação musical; (v) atividades de orientação de pesquisa, produção textual e apresentação oral; (vi) dinâmicas de criação e produção artística; (vii) desenvolvimento de projetos integradores e interdisciplinares.

AVALIAÇÃO

De acordo com o Regulamento da Organização Didática do IFCE – ROD (2015), “as avaliações devem ter caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual”. Desse modo, a avaliação da aprendizagem na disciplina Artes do Curso Integrado em Agropecuária será, parcialmente, realizada no decurso das aulas



observando individualmente o gradual desenvolvimento dos alunos. A avaliação dar-se-á considerando a participação e produção dos alunos nas atividades propostas individualmente e em grupos durante todo o ano letivo.

O exercício da pesquisa será incentivado como ferramenta de construção do conhecimento. Assim, a produção da pesquisa, a produção textual e a apresentação oral em forma de seminário serão ferramentas de avaliação do trabalho desenvolvido. Serão considerados critérios avaliativos: (i) o envolvimento e a organização no processo de produção da pesquisa, (ii) a correção textual e o desenvolvimento argumentativo dos textos produzidos; (iii) desenvolvimento e organização da apresentação oral dos conteúdos pesquisados.

As atividades práticas da disciplina constituem, sobretudo, dinâmicas de criação artística. Assim, a realização, criação e produção artística constituirão objetos avaliativos. O caráter processual da criação será considerado como principal aspecto a ser avaliado, sobrepondo-se, desse modo, à avaliação dos produtos artísticos em si.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENNETT, Roy. **Uma Breve História Da Música**. Coleção Cadernos Música. Zahar. 1986.

CALDAS, Waldenyr. **Iniciação à música popular brasileira**. Amarylis, 2010.

MEDAGLIA, Júlio. **Música, Maestro!** Do canto gregoriano ao sintetizador. Globo Livros. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRIFFITHS, Paul. **A música moderna: uma história concisa e ilustrada de Debussy a Boulez**. Zahar, 1987.

SEVERIANO, Jairo. **Uma História da Música Popular Brasileira: das origens à modernidade**. Editora 34. 2008.

TABORDA, Marcia **Violão e identidade nacional**. Civilização Brasileira. 2011

VICENTE, Eduardo. **Da vitrola ao iPod: uma história da indústria fonográfica no Brasil**. Alameda Casa Editorial, 2014.

WITT, Stephen. **Como a música ficou grátis: o fim de uma indústria, a virada do século e o paciente zero da pirataria**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular: Artes III

(X) Disciplina da Base Nacional Comum

Carga horária total: 80 horas

Carga horária aulas práticas: 40 horas

Insumos necessários para execução das aulas

Equipamentos necessários para execução das aulas



Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Pincéis	1	10	Aparelho de som	1	Sala de aula
Cartolinas	1	70	Instrumentos percussivos	15	Sala de aula
Lápis de cores	1	10	Flautas	10	Sala de aula
Fita gomada	1	3	Violão	4	Sala de aula
			Escaleta	4	Sala de aula
			Materiais recicláveis para confecção instrumentos	Indefinido	Sala de aula

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA I	
Código: EDF I	Curso: Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 60	
Número de créditos: 2	
Código pré-requisito:	
Ano: 1º Ano	Nível: Médio Técnico
EMENTA	
<p>A educação física no ensino técnico-integrado que se caracteriza como o ciclo de aprofundamento e sistematização do conhecimento tem como proposta despertar no aluno a compreensão de sujeito crítico capaz de intervir e modificar a realidade na qual se insere bem como a valorização do seu corpo e da atividade física, através da ginástica e do esporte para que com os conhecimentos obtidos na disciplina os alunos possam ocupar seu tempo livre com atividades físicas que proporcionem bem-estar consigo e com os outros. A partir dos conhecimentos históricos, conceituais e práticos da ginástica e do esporte.</p>	
OBJETIVO(S)	
<p>Apreender os conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais relativos à educação física; Valorizar as atividades físicas, como meio de divertir-se, de sentir-se bem consigo e com os outros; Refletir sobre o processo de construção histórica das manifestações corporais e as questões atuais que envolvem tais práticas; Vivenciar diferentes possibilidades de movimentação corporal; Reconstruir o jogo e as práticas esportivas a partir das necessidades coletivas; Reconhecer o jogo e o esporte como manifestação corporal e cultural; Conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações da cultura corporal; Perceber a necessidade de participar das práticas esportivas, independentemente do nível de destreza alcançado, respeitando e refletindo sobre as normas e o fato de ganhar e perder, cooperando quando for necessário, entendendo a oposição como uma dificuldade a superar evitando comportamentos agressivos e posturas de rivalidade.</p>	
PROGRAMA	



Unidade I <ul style="list-style-type: none">● Ginástica enquanto cultura corporal.● Bases e Fundamentos da Ginastica Acrobatica.● Educação Física e Saúde: frequência cardíaca, gasto energético e consumo de oxigênio.	
Unidade II <ul style="list-style-type: none">● Esporte: Basquetebol.	
Unidade III <ul style="list-style-type: none">● Jogos coletivos.● Jogos Cooperativos.● Danças Folclóricas.● Danças Populares.	
Unidade IV <ul style="list-style-type: none">● Esporte: Voleibol.● Primeiros Socorros no Esporte.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
A metodologia deverá possibilitar uma ampla variedade de ações: Aula expositiva; Leituras dinâmicas; exibição de filmes, palestras, organização de eventos esportivos e vivencias práticas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será diagnostica e continua através de realização e apresentação de trabalhos, prova pratica e prova escrita, pesquisas e registro, participação e organização de eventos desportivos sociais bem como compromisso e participação nas aulas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Secretaria de Ensino Médio. Brasília: MEC/SEM, 2000.	
DARIDO, Suraya Cristina. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas, SP: Papyrus, 2007.	
KUNZ, E. Transformações didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1996.	
MATTOS, Mauro Gomes; NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física na Adolescência: construindo o conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
OLIVEIRA, Sávio Assis de. A reinvenção do Esporte: Possibilidade da prática pedagógica. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.	
DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Esportes de invasão: basquetebol, futebol, futsal, handebol, ultimate frisbee. Maringá: Eduem, 2014. v. 1 (326 p.) : il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).	
DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Esportes de marca e com rede divisória ou muro/parede de rebote: badminton, peteca, tênis de campo, tênis de mesa, voleibol, atletismo. Maringá : Eduem, 2014. v. 2 (352 p.) il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).	
DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Ginástica, dança e atividades circenses. Maringá : Eduem, 2014. v. 3 (160 p.) : il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).	
DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura. Maringá : Eduem, 2014. v. 4 (138 p.) : il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica



Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino
-----------------------------	----------------------------

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA II	
Código: EDF II	() Curso: Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 60	
Número de créditos: 2	
Código pré-requisito: EDF I	
Ano: 2º Ano	Nível: Médio Técnico
EMENTA	
<p>A educação física no ensino técnico-integrado que se caracteriza como o ciclo de aprofundamento e sistematização do conhecimento tem como proposta despertar no aluno a compreensão de sujeito crítico capaz de intervir e modificar a realidade na qual se insere bem como a valorização do seu corpo e da atividade física, através da ginástica e do esporte para que com os conhecimentos obtidos na disciplina os alunos possam ocupar seu tempo livre com atividades físicas que proporcionem bem-estar consigo e com os outros. A partir dos conhecimentos históricos, conceituais e práticos da ginástica e do esporte.</p>	
OBJETIVO(S)	
<p>Apreender os conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais relativos à educação física; Valorizar as práticas esportivas, como meio de diversão, interação e manutenção de uma vida ativa; Refletir sobre o processo de construção histórica e social das manifestações corporais e as questões atuais que envolvem tais práticas; Conhecer as especificidades dos esportes ao que se referem a sua origem, regras e habilidades corporais; Vivenciar atividades corporais esportivas de forma lúdica e reflexiva; Refletir sobre a constituição de valores e violência no esporte; Perceber a necessidade de participar das práticas esportivas, independentemente do nível de destreza alcançado, respeitando e refletindo sobre as normas e o fato de ganhar e perder, cooperando quando for necessário, entendendo a oposição como uma dificuldade a superar evitando comportamentos agressivos e posturas de rivalidade; Gerir os espaços de aprendizagem e práticas esportivas; Realizar leitura crítica e criativa quanto as diferentes formas de jogar as diversas práticas esportivas.</p>	
PROGRAMA	
Unidade I	
<ul style="list-style-type: none">● Ginástica Artística.● Ginástica Rítmica.● Educação Física e Capacidades Físicas.	
Unidade II	
<ul style="list-style-type: none">● Esporte Atletismo	
Unidade III	
<ul style="list-style-type: none">● Jogos de Salão● Jogos Populares● Introdução as Lutas.● Capoeira, Judô e Jiu-Jitsu.	
Unidade IV	
<ul style="list-style-type: none">● Esporte: Futsal● Educação Física e Ética	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>A metodologia deverá possibilitar uma ampla variedade de ações: Aula expositiva; Leituras dinâmicas; exibição de filmes, palestras, organização de eventos esportivos e vivências práticas.</p>	



AVALIAÇÃO	
A avaliação será diagnóstica e contínua através de realização e apresentação de trabalhos, prova prática e prova escrita, pesquisas e registro, participação e organização de eventos desportivos sociais bem como compromisso e participação nas aulas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Secretaria de Ensino Médio. Brasília: MEC/SEM, 2000.	
DARIDO, Suraya Cristina. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas, SP: Papirus, 2007.	
KUNZ, E. Transformações didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1996.	
MATTOS, Mauro Gomes; NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física na Adolescência: construindo o conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
OLIVEIRA, Sávio Assis de. A reinvenção do Esporte: Possibilidade da prática pedagógica. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.	
DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Esportes de invasão: basquetebol, futebol, futsal, handebol, ultimate frisbee. Maringá: Eduem, 2014. v. 1 (326 p.) : il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).	
DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Esportes de marca e com rede divisória ou muro/parede de rebote: badminton, peteca, tênis de campo, tênis de mesa, voleibol, atletismo. Maringá : Eduem, 2014. v. 2 (352 p.) il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).	
DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Ginástica, dança e atividades circenses. Maringá : Eduem, 2014. v. 3 (160 p.) : il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).	
DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura. Maringá : Eduem, 2014. v. 4 (138 p.) : il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA III	
Código: EDF III	() Curso: Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 60	
Número de créditos: 2	
Código pré-requisito: EDF II	
Ano: 3º Ano	Nível: Médio Técnico
EMENTA	
A educação física no ensino técnico-integrado que se caracteriza como o ciclo de aprofundamento e sistematização do conhecimento tem como proposta despertar no aluno a compreensão de sujeito crítico capaz de intervir e modificar a realidade na qual se insere bem como a valorização do seu corpo e da	



atividade física, através da ginástica e do esporte para que com os conhecimentos obtidos na disciplina os alunos possam ocupar seu tempo livre com atividades físicas que proporcionem bem-estar consigo e com os outros. A partir dos conhecimentos históricos, conceituais e práticos da ginástica e do esporte.

OBJETIVO(S)

Apreender os conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais relativos à educação física;
Valorizar as práticas esportivas e rítmicas, como meio de diversão, interação e manutenção de uma vida ativa;
Refletir sobre o processo de construção histórica e social das manifestações corporais e as questões atuais que envolvem tais práticas;
Conhecer as especificidades dos esportes ao que se referem a sua origem, regras e habilidades corporais;
Vivenciar as diferentes manifestações corporais de forma lúdica e reflexiva;
Perceber a necessidade de participar das práticas esportivas, independentemente do nível de destreza alcançado, respeitando e refletindo sobre as normas e o fato de ganhar e perder, cooperando quando for necessário, entendendo a oposição como uma dificuldade a superar evitando comportamentos agressivos e posturas de rivalidade;
Gerir os espaços de aprendizagem e manifestações corporais.

PROGRAMA

Unidade I

- Ginástica Geral.
- Ginástica de Academia.
- Educação Física e Qualidade de Vida.

Unidade II

- Esporte: Handebol
- Educação Física e Mídia

Unidade III

- Jogos de Recreação
- Jogos Dramáticos

Unidade IV

- Lutas: Karatê e outros tipos de lutas
- Esportes da Natureza e Esportes Radicais

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia deverá possibilitar uma ampla variedade de ações: Aula expositiva; Leituras dinâmicas; exibição de filmes, palestras, organização de eventos esportivos e vivências práticas.

AVALIAÇÃO

A avaliação será diagnóstica e continua através de realização e apresentação de trabalhos, prova prática e prova escrita, pesquisas e registro, participação e organização de eventos desportivos sociais bem como compromisso e participação nas aulas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Secretaria de Ensino Médio. Brasília: MEC/SEM, 2000.

DARIDO, Suraya Cristina. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas, SP: Papirus, 2007.

KUNZ, E. Transformações didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1996.

MATTOS, Mauro Gomes; NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física na Adolescência: construindo o conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Sávio Assis de. A reinvenção do Esporte: Possibilidade da prática pedagógica. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Esportes de invasão: basquetebol, futebol, futsal, handebol, ultimate frisbee. Maringá: Eduem, 2014. v. 1 (326 p.) : il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).



DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Esportes de marca e com rede divisória ou muro/parede de rebote: badminton, peteca, tênis de campo, tênis de mesa, voleibol, atletismo. Maringá : Eduem, 2014. v. 2 (352 p.) il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).

DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Ginástica, dança e atividades circenses. Maringá : Eduem, 2014. v. 3 (160 p.) : il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).

DARIDO, Suraya Cristina; GONZALEZ, Fernando Jaime; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura. Maringá : Eduem, 2014. v. 4 (138 p.) : il. (algumas color); 25,0x17,6 cm. (Práticas corporais e a organização do conhecimento).

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA PORTUGUESA	
Código: LP	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 120	
Carga horária de aulas práticas: 36	
Número de Créditos: 03	
Código pré-requisitos:	
Ano: 1º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
Concepções teóricas e práticas da Língua Portuguesa. A oralidade, a leitura, a interpretação e a escrita como princípios básicos para o aprendizado da Língua Portuguesa. Concepções teóricas e práticas da Literatura Africana (escrita em Língua Portuguesa), Brasileira e Portuguesa. Os diversos gêneros literários e suas situações de uso.	
OBJETIVO (S)	
<ul style="list-style-type: none"> ● Formar o aluno para exercer a cidadania e a participação em sociedade nas mais diversas situações de convívio. ● Desenvolver o uso da língua materna como geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade. ● Compreender os significados que extrapolam os textos lidos. ● Ler e analisar obras literárias de língua portuguesa. ● Utilizar a língua em contextos reais de uso, reconhecendo o contexto de produção que envolve a atividade da linguagem. ● Garantir que o aluno tenha contato com diferentes gêneros textuais, sabendo usá-los nos mais diferentes contextos. 	
PROGRAMA	



1. Linguística

- Leitura e interpretação de textos.
- Gêneros textuais.
- Funções da linguagem.
- Variação linguística.
- Ortografia.
- Acentuação.
- Pontuação.
- Crase.
- Estrutura das palavras.
- Radicais, prefixos e sufixos.

2. Literatura

- O que é literatura?
- Os gêneros literários.
- Trovadorismo.
- Humanismo.
- Classicismo.
- Literatura de informação.
- Barroco.
- Arcadismo.
- Noções gerais sobre literaturas africanas em língua portuguesa.

3. Produção de textos

- Gêneros e tipos textuais diversos.

4. Prática de oralidade

- Seminário.
- Performance de textos literários.

METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades serão desenvolvidas por meio de exposições orais, leituras diversas, atividades em grupo e individuais; exposição através de *slides* e filmes; Envolvimento dos alunos em pesquisas e produções textuais;

AVALIAÇÃO

Atividades individuais, em dupla e em grupo.

Seminários.

Frequência e participação.

Avaliação escrita.

Performances.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



ABAURRE, M. L. M., ABAURRE, M. B. & PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2013. Volume 1.

CEREJA, William Roberto et al. **Português contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2017. Volume 1.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português. Linguagens**. São Paulo: Atual, 2013. Volume único.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABAURRE, M. L. M., ABAURRE, M. B. & PONTARA, Marcela. **Literatura. Tempos, Leitores e Leituras**. São Paulo: Moderna, 2011. Volume único.

ABAURRE, Maria Luiza. **Produção de Texto - Interlocução e Gêneros**. São Paulo: Moderna, 2014. Volume único.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coerência textual**. 18º Ed.- São Paulo: contexto, 2010.

SARMENTO, Leila Lauar e TUFANO, Douglas. **Português: literatura, gramática, produção de texto**. São Paulo: Moderna, 2004. Volume único.

SARMENTO, Leila Lauar. **Gramática em texto**. São Paulo: Moderna, 2012.

SILVA, Maurício. **O Novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda**. 2º Ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA PORTUGUESA	
Código: LP	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 120	
Carga horária de aulas práticas: 36	
Número de Créditos: 03	
Código pré-requisitos:	
Ano: 2º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	



Concepções teóricas e práticas da Língua Portuguesa. A oralidade, a leitura, a interpretação e a escrita como princípios básicos para o aprendizado da Língua Portuguesa. Concepções teóricas e práticas da Literatura Africana (escrita em Língua Portuguesa), Brasileira e Portuguesa. Os diversos gêneros literários e suas situações de uso.

OBJETIVO (S)

- Formar o aluno para exercer a cidadania e a participação em sociedade nas mais diversas situações de convívio.
- Desenvolver o uso da língua materna como geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.
- Compreender os significados que extrapolam os textos lidos.
- Ler e analisar obras literárias de língua portuguesa.
- Utilizar a língua em contextos reais de uso, reconhecendo o contexto de produção que envolve a atividade da linguagem.
- Garantir que o aluno tenha contato com diferentes gêneros textuais, sabendo usá-los nos mais diferentes contextos.

PROGRAMA

1. Linguística

- Leitura e interpretação de textos.
- Gêneros textuais.
- Substantivo.
- Adjetivo.
- Pronome.
- Artigo.
- Numeral.
- Verbos.
- Preposição.
- Conjunção.
- Advérbio.

2. Literatura

- Os gêneros literários.
- Romantismo.
- Realismo.



- Naturalismo.
- Parnasianismo.
- Simbolismo.
- Literaturas africanas em língua portuguesa.

3. Produção de textos

- Gêneros e tipos textuais diversos.
- Coerência e coesão na produção textual.

4. Prática de oralidade

- Seminário.
- Debate.
- Performance de textos literários.

METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades serão desenvolvidas por meio de exposições orais, leituras diversas, atividades em grupo e individuais; exposição através de *slides* e filmes; Envolvimento dos alunos em pesquisas e produções textuais;

AVALIAÇÃO

Atividades individuais, em dupla e em grupo.

Seminários.

Frequência e participação.

Avaliação escrita.

Performances.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABAURRE, M. L. M., ABAURRE, M. B. & PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2013. Volume 2.

CEREJA, William Roberto et al. **Português contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2017. Volume 2.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português. Linguagens**. São Paulo: Atual, 2013. Volume único.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



ABAURRE, M. L. M., ABAURRE, M. B. & PONTARA, Marcela. **Literatura. Tempos, Leitores e Leituras.** São Paulo: Moderna, 2011. Volume único.

ABAURRE, Maria Luiza. **Produção de Texto - Interlocução e Gêneros.** São Paulo: Moderna, 2014. Volume único.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coerência textual.** 18º Ed.- São Paulo: contexto, 2010.

SARMENTO, Leila Lauar e TUFANO, Douglas. **Português: literatura, gramática, produção de texto.** São Paulo: Moderna, 2004. Volume único.

SARMENTO, Leila Lauar. **Gramática em texto.** São Paulo: Moderna, 2012.

SILVA, Maurício. **O Novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda.** 2º Ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA PORTUGUESA	
Código: LP	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 120	
Carga horária de aulas práticas: 36	
Número de Créditos: 03	
Código pré-requisitos:	
Ano: 3º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	



Concepções teóricas e práticas da Língua Portuguesa. A oralidade, a leitura, a interpretação e a escrita como princípios básicos para o aprendizado da Língua Portuguesa. Concepções teóricas e práticas da Literatura Africana (escrita em Língua Portuguesa), Brasileira e Portuguesa. Os diversos gêneros literários e suas situações de uso.

OBJETIVO (S)

- Formar o aluno para exercer a cidadania e a participação em sociedade nas mais diversas situações de convívio.
- Desenvolver o uso da língua materna como geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.
- Compreender os significados que extrapolam os textos lidos.
- Ler e analisar obras literárias de língua portuguesa.
- Utilizar a língua em contextos reais de uso, reconhecendo o contexto de produção que envolve a atividade da linguagem.
- Garantir que o aluno tenha contato com diferentes gêneros textuais, sabendo usá-los nos mais diferentes contextos.

PROGRAMA

1. Linguística
 - Leitura e interpretação de textos.
 - Gêneros textuais.
 - Análise sintática.
 - Sujeito e predicado.
 - Concordância verbal e nominal.
 - Regência verbal e nominal.
 - Período simples e composto.
 - Coordenação e subordinação.
 - Coesão e coerência.
 - Simulados Pré-Enem e Pré-Vestibular.
2. Literatura
 - Os gêneros literários.
 - Pré-Modernismo.
 - Vanguarda europeia.
 - Semana de Arte Moderna.
 - Modernismo.
 - Literatura Contemporânea.
 - Literaturas africanas em língua portuguesa.



3. Produção de textos

- Gêneros e tipos textuais diversos.
- Coerência e coesão na produção textual.

4. Prática de oralidade

- Seminário.
- Debate.
- Performance de textos literários.

METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades serão desenvolvidas por meio de exposições orais, leituras diversas, atividades em grupo e individuais; exposição através de *slides* e filmes; Envolvimento dos alunos em pesquisas e produções textuais;

AVALIAÇÃO

Atividades individuais, em dupla e em grupo.

Seminários.

Frequência e participação.

Avaliação escrita.

Performances.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABAURRE, M. L. M., ABAURRE, M. B. & PONTARA, Marcela. **Português**: contexto, interlocução e sentido. São Paulo: Moderna, 2013. Volume 3.

CEREJA, William Roberto et al. **Português contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2017. Volume 3.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português. Linguagens**. São Paulo: Atual, 2013. Volume único.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



ABAURRE, M. L. M., ABAURRE, M. B. & PONTARA, Marcela. **Literatura. Tempos, Leitores e Leituras.** São Paulo: Moderna, 2011. Volume único.

ABAURRE, Maria Luiza. **Produção de Texto - Interlocução e Gêneros.** São Paulo: Moderna, 2014. Volume único.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coerência textual.** 18º Ed.- São Paulo: contexto, 2010.

SARMENTO, Leila Lauar e TUFANO, Douglas. **Português: literatura, gramática, produção de texto.** São Paulo: Moderna, 2004. Volume único.

SARMENTO, Leila Lauar. **Gramática em texto.** São Paulo: Moderna, 2012.

SILVA, Maurício. **O Novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda.** 2º Ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: REDAÇÃO	
Código: RED	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 40	
Carga horária de aulas práticas: 20	
Número de Créditos: 02	
Código pré-requisitos:	
Ano: 1º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
Aspectos gerais da redação para o Enem. Estrutura do texto dissertativo-argumentativo. A coesão e a coerência. A estrutura sintática e a linguagem padrão.	
OBJETIVO (S)	



- Mostrar a importância da argumentação em defesa de um ponto de vista.
- Apresentar a estrutura do texto dissertativo-argumentativo.
- Aprimorar a escrita do texto dissertativo-argumentativo.
- Conceder ferramentas para o aluno ser capaz de produzir o texto dissertativo-argumentativo no nível máximo de avaliação segundo as competências redatoras avaliadas pela banca corretora do ENEM.

PROGRAMA

A dissertação e a argumentação.
A estrutura do texto dissertativo-argumentativo.
A introdução em um texto dissertativo-argumentativo.
A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo.
A conclusão em um texto dissertativo-argumentativo.
O que leva ao ZERO.
Análises de redações nota 1000.
O tema no texto dissertativo-argumentativo.
Assunto, tema, tese e argumento.
As cinco competências dissertativas no ENEM.
Articulação sintático-semântica do texto dissertativo-argumentativo.
Coesão e coerência.
Estética textual.
Parágrafo padrão.
Os possíveis temas.

METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades serão desenvolvidas por meio de exposições orais, leituras diversas, atividades em grupo e individuais; exposição através de *slides* e filmes; Envolvimento dos alunos em pesquisas e produções textuais;

AValiação

Elaboração de textos.
Seminários.
Debates.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SALVADOR, Arlete. **Como escrever para o Enem**: roteiro para uma redação nota 1.000. São Paulo: Contexto, 2013.

SARMENTO, Leila Lauar. **Oficina de redação**. São Paulo: Moderna, 2013.

VIANA, Antônio Carlos. **Guia de redação**: escreva melhor. São Paulo: Atlas, 2013.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABAURRE, Maria Luiza. **Produção de Texto - Interlocução e Gêneros**. São Paulo: Moderna, 2014. Volume único.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coerência textual**. 18º Ed.- São Paulo: contexto, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 18º Ed.- São Paulo: contexto, 2010.

SILVA, Maurício. **O Novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda**. 2º Ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Inglesa

Código: PR

Curso: Técnico Integrado em Agropecuária

Carga horária total: 40

Carga horária de aulas práticas: 10

Número de Créditos: 01

Código pré-requisitos:

Ano: 1º

Nível: MÉDIO INTEGRADO

EMENTA

Estudo da língua inglesa sendo abordado com foco no desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas (fala, audição, escrita e leitura) possibilitando ao aprendiz um contato mais intenso e eficaz com os aspectos linguístico-gramaticais e a cultura dos países falantes desse idioma.

OBJETIVO (S)

Conhecer algumas estruturas sintáticas elementares da língua inglesa; desenvolver as quatro habilidades comunicativas em contextos de interação que se assemelhem à realidade, engajando os aprendizes em práticas sociais discursivas diversas. Aproximar-se das diversas culturas em que o inglês seja língua oficial.

PROGRAMA



1. Presente simples e advérbios de frequência;
2. Pronomes de sujeito e pronomes de objeto;
3. Adjetivos possessivos e pronomes possessivos;
4. Gerúndio e infinitivos;
5. There to be;
6. Modo imperativo;
7. Diferenças e similaridades :
 - a. Comparativos
 - b. Superlativos
 - c. As...as
 - d. So...that/such (a)...that
8. Pronomes relativos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas; apresentação de situações de interação real na língua inglesa que exijam do aprendiz uma comunicação eficiente através da fala, audição, escrita e leitura em diversos contextos, e que lhes possibilitem uma maior aproximação com a cultura de países anglófonos..

AVALIAÇÃO

Avaliação qualitativa focada na assiduidade, participação em discussões de sala, comprometimento com prazos de entrega de atividades e/ou trabalhos diversos, disciplina e apresentação de seminários. Atividade formal de avaliação quantitativa que explore a competência comunicativa do aprendiz com foco nas quatro habilidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MCCARTHY, M; MCCARTEN, J; SANDIFORD, H. **Touchstone 1**. Cambridge University Press, 2010.
OXENDEN, C; LATHAM-KOENIG, C. **New English File: Elementary Student's Book**. Oxford University Press, 2013.
REINILDES, D.; JUCÁ, L.; FARIA, R. **High up 1: ensino médio**. Cotia, SP: Macmillan, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOWEN, Tim. **Attitude 1**. Macmillan Publishers Limited, 2006.
Ferro, J. **Around the world: Introdução à leitura em lingual inglesa**. 3ed. rev e atual. Jefferson Ferro – Curitiba: Ibpx, 2010.
MARQUES, Amadeus. **On stage** – volume 1. São Paulo: Ática, 1ªed, 2010. .
MURPHY, R. **Essential grammar in use**. São Paulo. Martins Fontes, 2003.
TORRES, N. **Gramática prática da língua inglesa**. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2002.



Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Inglesa	
Código: PR	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 40	
Carga horária de aulas práticas: 10	
Número de Créditos: 02	
Código pré-requisitos:	
Ano: 2º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
Estudo da língua inglesa sendo abordado com foco no desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas (fala, audição, escrita e leitura) possibilitando ao aprendiz um contato mais intenso e eficaz com os aspectos linguístico-gramaticais e a cultura dos países falantes desse idioma.	
OBJETIVO (S)	
Conhecer algumas estruturas sintáticas elementares da língua inglesa; desenvolver as quatro habilidades comunicativas em contextos de interação que se assemelhem à realidade, engajando os aprendizes em práticas sociais discursivas diversas. Aproximar-se das diversas culturas em que o inglês seja língua oficial.	
PROGRAMA	
1. Past simple of be: was/were; 2. Past simple: regular verbs; 3. Past simple: irregular verbs; 4. There was/were; 5. Countable and uncountable nouns; 6. Future: Be going to; 7. Future: will; 8. Future: present continuous.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas; apresentação de situações de interação real na língua inglesa que exijam do aprendiz uma comunicação eficiente através da fala, audição, escrita e leitura em diversos contextos, e que lhes possibilitem uma maior aproximação com a cultura de países anglófonos..	



AVALIAÇÃO	
Avaliação qualitativa focada na assiduidade, participação em discussões de sala, comprometimento com prazos de entrega de atividades e/ou trabalhos diversos, disciplina e apresentação de seminários. Atividade formal de avaliação quantitativa que explore a competência comunicativa do aprendiz com foco nas quatro habilidades.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
MCCARTHY, M; MCCARTEN, J; SANDIFORD, H. Touchstone 1 . Cambridge University Press, 2010. OXENDEN, C; LATHAM-KOENIG, C. New English File: Elementary Student's Book . Oxford University Press, 2013. REINILDES, D.; JUCÁ, L.; FARIA, R. High up 1: ensino médio . Cotia, SP: Macmillan, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BOWEN, Tim. Attitude 1 . Macmillan Publishers Limited, 2006. Ferro, J. Around the world: Introdução à leitura em lingual inglesa . 3ed. rev e atual. Jefferson Ferro – Curitiba: Ibpx, 2010. MARQUES, Amadeus. On stage – volume 1. São Paulo: Ática, 1ªed, 2010. . MURPHY, R. Essential grammar in use . São Paulo. Martins Fontes, 2003. TORRES, N. Gramática prática da língua inglesa . 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2002.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática I	
Código:	() Curso: Técnico Integrado de Agropecuária
Carga horária total: 120h	Carga horária de aulas práticas:
Número de créditos: 03	Código pré-requisito:
Ano: 1º ano	Nível: Integrado
EMENTA	
Teoria dos conjuntos. Conceitos de relações e funções. Plano cartesiano. Análise gráfica. Estudo das funções: constante, afim, quadrática, exponencial e logarítmica. Geometria plana: representações de figuras, semelhança e congruência. Estatística: descrição de dados. Representações gráficas: análise de dados. Matemática financeira: juros simples e juros compostos.	
OBJETIVO(S)	



De acordo com as Competências e Habilidades para Matemática e suas Tecnologias orientadas pela Base Nacional Comum Curricular, destacamos:

1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, ou ainda questões econômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a consolidar uma formação científica geral;
2. Articular conhecimentos matemáticos ao propor e/ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas de urgência social, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, recorrendo a conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática;
3. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos, em seus campos – Aritmética, Álgebra, Grandezas e Medidas, Geometria, Probabilidade e Estatística –, para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente;
4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e fluidez, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas, de modo a favorecer a construção e o desenvolvimento do raciocínio matemático;
5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando recursos e estratégias como observação de padrões, experimentações e tecnologias digitais, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas;

PROGRAMA

Relações e Funções

Relações

Produto Cartesiano;

Definição de relação.

Funções

Definição de função;

Gráfico de uma função;

Tipos de funções: constantes, lineares, quadráticas, polinomiais e racionais;

Funções Exponenciais e Logarítmicas;

Propriedades das funções exponenciais e logarítmicas;

Equações exponenciais e logarítmicas.

Geometria Plana

Noções e proposições primitivas;

Segmento de reta;

Ângulos;

Triângulos;

Paralelismo e perpendicularidade;

Quadriláteros notáveis;

Polígonos;

Circunferência e círculo;

Teorema de Tales

Estatística

Objeto da estatística

População e amostra

Recenseamento

Estatística descritiva e estatística indutiva

Amostragem

Dimensionamento da amostra



Dados, tabelas e gráficos

Medidas de tendência Central: Moda, mediana e média.

Medidas de dispersão: Desvio padrão e variância.

Matemática Financeira

Conceito de juro, capital e taxa de juros

Capitalização simples

Capitalização composta: montante e valor atual para pagamento único

Equivalências de taxas

Desconto

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas, expositivas, seminários e trabalhos em grupos e/ou individuais. As aulas teóricas terão como enfoque a contextualização e interdisciplinaridade, buscando relacionar os conteúdos matemáticos com situações do cotidiano dos alunos e com outras áreas do conhecimento. A participação dos alunos será fator essencial no decorrer das aulas, sempre instigando a curiosidade e a pesquisa. Será utilizada como ferramenta de ensino a História da Matemática, mostrando como determinado conteúdo se desenvolveu ao longo da história e quais matemáticos contribuíram nesse processo. Além disso, serão realizadas aulas de exercícios para que também se dê a devida importância às operações algébricas. Serão utilizados e/ou confeccionados materiais concretos para o estudo da geometria, estabelecendo relações entre os objetos do cotidiano e as figuras planas. No estudo da estatística será dado um enfoque mais aplicado à vida real através de pesquisas quantitativas, com descrição e análises dos dados. Também serão realizadas interpretações de pesquisas e gráficos através das mídias como jornais, internet e televisão, sempre buscando compreender o conteúdo matemático e aplicá-lo às situações reais, desenvolvendo o senso crítico dos alunos enquanto cidadãos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será dada de maneira contínua, quantitativa e qualitativa. Os alunos serão avaliados através de provas escritas individuais, trabalhos em grupos, seminários, pesquisa, participação e resolução de exercícios. Serão aplicadas uma avaliação escrita bimestral e uma avaliação mensal que pode ser trabalho e/ou seminários em equipes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTE; Luiz Roberto. Matemática. Volume Único, 1ª edição, São Paulo, Editora Ática, 2009.

PAIVA, Manoel. Matemática. vol. único. São Paulo: Moderna, 2004.

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNIO, José Roberto; GIOVANNI, José Ruy Jr. Matemática Completa. vol. único. São Paulo: FTD, 2002.

SOUZA, Joamir. Novo olhar: Matemática. Vol. 2. Editora FTD: 2ª edição de 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar. vol. 1. São Paulo: Atual Editora, 2006.

IEZZI, G. et all. Fundamentos da Matemática Elementar. Logaritmos, volume 2, Atual Editora, 2004.

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar. Geometria Plana. 7ª ed. São Paulo: Atual, 1993.

FONSECA, Jairo Simon da. Curso de Estatística. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas ,2006.

**Professor do Componente
Curricular**

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**



Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino
-----------------------------	----------------------------

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática II	
Código:	() Curso: Técnico Integrado de Agropecuária
Carga horária total: 120h Carga horária de aulas práticas:	
Número de créditos: 03	
Código pré-requisito:	
Ano: 2º ano	Nível: Integrado
EMENTA	
Trigonometria do triângulo retângulo. Funções seno, cosseno e tangente. Trigonometria do triângulo qualquer e da primeira volta. Sequências numéricas. Matrizes e determinantes. Análise Combinatória. Espaço amostral. Espaço de probabilidades. Probabilidade condicional. Distribuição Binomial.	
OBJETIVO(S)	
De acordo com as Competências e Habilidades para Matemática e suas Tecnologias orientadas pela Base Nacional Comum Curricular, destacamos:	
<ol style="list-style-type: none">1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, ou ainda questões econômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a consolidar uma formação científica geral;2. Articular conhecimentos matemáticos ao propor e/ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas de urgência social, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, recorrendo a conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática;3. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos, em seus campos – Aritmética, Álgebra, Grandezas e Medidas, Geometria, Probabilidade e Estatística –, para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente;4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e fluidez, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas, de modo a favorecer a construção e o desenvolvimento do raciocínio matemático;5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando recursos e estratégias como observação de padrões, experimentações e tecnologias digitais, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas;	
PROGRAMA	
Razões Trigonométricas no Triângulo Retângulo Triângulo retângulo: conceitos, elementos e Pitágoras Razões trigonométricas: seno, cosseno, tangente e cotangente	



Razões trigonométricas especiais
Trigonometria na Circunferência
Arcos e ângulos
Razões trigonométricas na circunferência
Relações fundamentais
Arcos notáveis
Redução ao 1º quadrante
Funções Trigonométricas
Funções circulares
Transformações
Identidades
Equações e inequações
Funções circulares inversas
Sequências Numéricas
Definição
Sequência de Fibonacci
Progressão Aritmética
Progressão Geométrica
Matrizes
Conceito e representação de matrizes
Tipos de matrizes: quadrada, triangular, diagonal, identidade, nula, linha e coluna
Operações com matrizes: soma, subtração e multiplicação.
Matriz inversa
Determinantes
Análise Combinatória
Princípio fundamental da contagem
Fatorial
Permutações
Arranjos
Combinações
Binômio de Newton
Teorema Binomial
Triângulo aritmético de Pascal
Expansão multinomial
Probabilidade
Experimentos aleatórios
Espaço amostral
Evento
Definição de probabilidade
Probabilidade condicional
Teorema da multiplicação
Teorema da probabilidade total
Independência de dois ou mais eventos
Lei binomial da probabilidade

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas, expositivas, seminários e trabalhos em grupos e/ou individuais. As aulas teóricas terão como enfoque a contextualização e interdisciplinaridade, buscando relacionar os conteúdos matemáticos com situações do cotidiano dos alunos e com outras áreas do conhecimento. A participação dos alunos será fator essencial no decorrer das aulas, sempre instigando a curiosidade e a pesquisa.



AVALIAÇÃO	
<p>A avaliação será dada de maneira contínua, quantitativa e qualitativa. Os alunos serão avaliados através de provas escritas individuais, trabalhos em grupos, seminários, pesquisa, participação e resolução de exercícios. Serão aplicadas uma avaliação escrita bimestral e uma avaliação mensal que pode ser trabalho e/ou seminários em equipes.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>DANTE; Luiz Roberto. Matemática. Volume Único, 1º edição, São Paulo, Editora Ática, 2009. GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI, José Ruy Jr. Matemática Completa. vol. único. São Paulo: FTD, 2002. PAIVA, Manoel. Matemática. vol. único. São Paulo: Moderna, 2004 SOUZA, Joamir. Novo olhar: Matemática. Vol. 2. Editora FTD: 2ª edição de 2013.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 5. 6ª ed. São Paulo: Atual, 1993. IEZZI, Gelson. Fundamentos da Matemática Elementar: Trigonometria, vol. 3. Atual Editora, 2004. IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar. vol. 4. São Paulo: Atual Editora, 2001.</p>	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática III	
Código:	() Curso: Técnico Integrado de Agropecuária
Carga horária total:	120h
Carga horária de aulas práticas:	
Número de créditos:	03
Código pré-requisito:	
Ano:	3º ano
Nível:	Integrado
EMENTA	
<p>Geometria espacial: poliedros; sólidos redondos; propriedades relativas à posição; inscrição e circunscrição de sólidos. Métrica: áreas e volumes; estimativas. Geometria analítica: representações no plano cartesiano e equações; intersecção e posições relativas de figuras. Números complexos. Polinômios.</p>	
OBJETIVO(S)	
<p>De acordo com as Competências e Habilidades para Matemática e suas Tecnologias orientadas pela Base</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e fluidez, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas, de modo a favorecer a construção e o desenvolvimento do raciocínio matemático; 5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando recursos e estratégias como observação de padrões, experimentações e tecnologias 	



digitais, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas;

PROGRAMA

Geometria Espacial de Posição

Ponto, reta e planos no espaço.

Posições relativas.

Poliedros

Definição, poliedros convexos e não convexos.

Poliedros de Platão e poliedros regulares.

Relação de Euler, soma dos ângulos das faces.

Prismas

Definição, classificação, elementos.

Paralelepípedos e cubos.

Áreas e volume.

Princípio de Cavalieri.

Pirâmides

Definição, classificação, elementos.

Áreas e volume.

Tetraedro regular.

Problemas de aplicação.

Cilindros

Definição, classificação, elementos.

Áreas e volume.

Problemas de aplicação.

Cones

Definição, classificação, elementos.

Áreas e volume.

Problemas de aplicação.

Esferas

Definição, classificação, elementos.

Áreas e volume.

Problemas de aplicação.

O Plano

Sistemas de coordenadas

Distância entre dois pontos

Equações da reta: paramétricas, simétricas, cartesiana, geral, reduzida e segmentária.

Ângulo entre retas

Posições relativas entre duas retas

Distância de um ponto a uma reta

Interseções entre duas retas

Equações paramétricas, reduzida e cartesiana da circunferência.

As Cônicas

Elipse

Hipérbole

Parábola

Rotação e translação de eixos

Equação geral do 2º grau

Definição unificada das cônicas

Números complexos:



Forma algébrica
Igualdade
Conjugado
Operações
Potenciação
Radiciação
Representação geométrica
Módulo, argumento
Forma trigonométrica
Polinômios:
Definição
Operações
Teorema do resto
Teorema de D'alembert
Equações polinomiais
Teorema fundamental da álgebra

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas, expositivas, seminários e trabalhos em grupos e/ou individuais. As aulas teóricas terão como enfoque a contextualização e interdisciplinaridade, buscando relacionar os conteúdos matemáticos com situações do cotidiano dos alunos e com outras áreas do conhecimento. A participação dos alunos será fator essencial no decorrer das aulas, sempre instigando a curiosidade e a pesquisa. Os alunos confeccionarão sólidos redondos, poliedros, prismas e pirâmides com diferentes tipos de materiais tais como cartolina, palitos, plásticos em geral entre outros. Dessa forma, buscará dá um enfoque a visualização dos sólidos, observando as particularidades de cada um.

AVALIAÇÃO

A avaliação será dada de maneira contínua, quantitativa e qualitativa. Os alunos serão avaliados através de provas escritas individuais, trabalhos em grupos, seminários, pesquisa, participação e resolução de exercícios. Serão aplicadas uma avaliação escrita bimestral e uma avaliação mensal que pode ser trabalho e/ou seminários em equipes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTE; Luiz Roberto. Matemática. Volume Único, 1º edição, São Paulo, Editora Ática, 2009.
GIOVANNI, José Ruy; BONJORNIO, José Roberto; GIOVANNI, José Ruy Jr. Matemática Completa. vol. único. São Paulo: FTD, 2002.
PAIVA, Manoel. Matemática. vol. único. São Paulo: Moderna, 2004
SOUZA, Joamir. Novo olhar: Matemática. Vol. 2. Editora FTD: 2ª edição de 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar. Vol. 5. 6ª ed. São Paulo: Atual, 1993.
IEZZI, Gelson. Fundamentos da Matemática Elementar, vol. 6. Atual Editora, 2004.
IEZZI, Gelson;. Fundamentos de Matemática Elementar. vol. 3. São Paulo: Atual Editora, 2001.

**Professor do Componente
Curricular**

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**



Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino
-----------------------------	----------------------------

COMPONENTE CURRICULAR: Física I	
Código: FIS I	Curso: Técnico em Agropecuária
Carga horária total: 80 horas	
Carga horária de aulas práticas:	
Número de créditos: 02	
Código pré-requisito:	
Ano: 1º ano	Nível: Médio
EMENTA	
Notação científica; Unidades de medida e conversões; Cinemática; Dinâmica; Princípio da conservação da energia; Hidrostática.	
OBJETIVO(S)	
<p>Possibilitar uma formação básica na ciência Física, a partir de uma visão geral e clara dos fundamentos da mecânica e da termodinâmica para que ao final do curso ele seja capaz de equacionar e resolver matematicamente problemas que envolvam os conceitos e os princípios fundamentais da mecânica e da termodinâmica básica.</p> <p>Compreender as leis básicas da mecânica e da termodinâmica dentro da formulação conceitual e matemática atuais com o objetivo de interpretar fenômenos, prever situações e encontrar soluções adequadas para problemas aplicados aos sistemas mecânicos.</p> <p>Relacionar os fenômenos físicos estudados com o cotidiano, além de identificar as diferentes formas de energia expressas na natureza.</p> <p>Desenvolver as competências básicas de se comunicar cientificamente e interagir com o mundo físico, utilizando conceitos de mecânica e hidrostática.</p>	
PROGRAMA	
UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FÍSICA	
<ol style="list-style-type: none">1. Notação científica;2. Ordem de grandeza;3. Algarismos significativos;4. Sistema Internacional de Unidades	
UNIDADE II – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO	



1. Referencial
2. Posição, deslocamento, velocidade e aceleração, com notação escalar e vetorial e descrição gráfica.

UNIDADE III - DINÂMICA CLÁSSICA

1. Força e massa;
2. Impulso;
3. Leis de Newton e suas aplicações;
4. Momento linear e sua conservação;
5. Forças no movimento circular uniforme;

UNIDADE IV – TRABALHO, ENERGIA E SUA CONSERVAÇÃO E POTÊNCIA.

1. Trabalho de uma força constante e de uma força variável;
2. Teorema trabalho-energia cinética;
3. Energia mecânica (Potencial gravitacional, potencial elástica e Cinética) e sua conservação;
4. Potência e eficiência.

UNIDADE V – GRAVITAÇÃO CLÁSSICA

1. Introdução a Astronomia;
2. Leis de Kepler;
3. Lei de Newton da Gravitação.

UNIDADE VI – ESTÁTICA

1. Centro de massa;
2. Momento de uma força;
3. Equilíbrio do ponto material;
4. Equilíbrio do corpo extenso.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas a partir da problematização, teorização e aplicação dos conteúdos de mecânica e hidrostática, utilizando recursos tecnológicos interativos como animações e simulações e atividades experimentais investigativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação é realizada de forma processual e cumulativa. A saber: avaliações escritas (trabalhos e provas), trabalhos de leitura e escritas, seminários, práticas em laboratório, montagens e apresentação de experimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Newton, Helou e Glauter. **Temas de Física**: Volume 1: Mecânica; Saraiva, São Paulo, 2012.
SAMPAIO, José Luiz; CALÇADA, Caio Sérgio. Universo da física I, 2 ed. São Paulo: Atual 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



Ramalho, Nicolau e Toledo. Os Fundamentos da Física 1 – Mecânica, Moderna, São Paulo, 2009.
Máximo, A.; Alvarenga, B. Física - Contexto e Aplicações. Vol. 1. São Paulo: Scipione, 2011.
Clinton, M. R.; Bonjorno, J.R. Física. Volume único. São Paulo: FTD, 2011.
Doca, R. H.; Bisculoa, G. J. e Bôas, N. V. Tópicos de Física – Mecânica, vol. 1, 21a. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: Física II
Código: FIS II Curso: Técnico em Agropecuária
Carga horária total: 80 horas/aula
Carga horária de aulas práticas:
Número de créditos: 02
Código pré-requisito:
Ano: 2º ano Nível: Médio
EMENTA
Termologia, Óptica e Ondulatória.
OBJETIVO(S)
Reconhecer, usar e articular símbolos, códigos e nomenclaturas referentes à termologia, óptica, ondulatória e hidrostática. Analisar e interpretar textos referentes à termologia, óptica, ondulatória e hidrostática. Elaborar comunicações, discutir e argumentar sobre termologia, óptica, ondulatória e hidrostática. Enfrentar situações-problema em contextos de termologia, óptica, ondulatória e hidrostática. Identificar invariantes e transformações de fenômenos físicos da termologia, óptica, ondulatória e hidrostática. Lidar com grandezas da física inerentes na termologia, óptica, ondulatória e hidrostática. Possibilitar formação básica na ciência Física, a partir de uma visão geral e clara dos fundamentos relacionados aos fenômenos térmicos, ópticos e ondulatórios, sendo que ao final do curso, este seja capaz de equacionar e resolver matematicamente, problemas que envolvam os conceitos e os seus princípios fundamentais.
PROGRAMA
UNIDADE I – FÍSICA TÉRMICA 1. Temperatura e Calor; 2. Escalas termométricas; 3. Dilatação Térmica; 4. Calorimetria.



UNIDADE II – TERMODINÂMICA

1. Teoria Cinética dos Gases;
2. Transformações Gasosas;
3. Leis da Termodinâmica;
4. Máquinas Térmicas;
5. Entropia.

UNIDADE III – ÓPTICA

1. Introdução a ótica geométrica;
2. Reflexão, Refração e Difusão da Luz;
3. Espelhos Planos e Esféricos;
4. Lentes e Equações das Lentes;
5. Instrumentos Óticos;
6. Difração da luz.

UNIDADE IV – ONDAS

1. Movimento Harmônico Simples;
2. Introdução à Ondulatória;
3. Interferência;
4. Acústica.

UNIDADE V – Hidrostática

1. Densidade;
2. Pressão;
3. Princípio de Stevin;
4. Princípio de Pascal;
5. Princípio de Arquimedes;
6. Introdução a Hidrodinâmica

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas a partir de problematização, teorização e aplicação dos conteúdos de mecânica e termodinâmica, incluindo a utilização de recursos tecnológicos interativos como animações e simulações, atividades experimentais investigativas.

AVALIAÇÃO

A avaliação é realizada de forma processual e cumulativa. A saber: avaliações escritas (trabalhos e provas), trabalhos de leitura e escritas, seminários, práticas em laboratório, montagens e apresentação de experimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Newton, Helou e Glauter. **Topicos de Física**: Volume 2: Termologia, Ondulatória e Ótica, Saraiva, São Paulo, 2012.

SAMPAIO, José Luiz; CALÇADA, Caio Sérgio. Universo da física II, 2 ed. São Paulo: Atual 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ramalho, Nicolau e Toledo. Os Fundamentos da Física 2 – Mecânica, Moderna, São Paulo, 2009.



Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: Física III
Código: FIS III Curso: Técnico em Agropecuária
Carga horária total: 80 horas/aula
Carga horária de aulas práticas:
Número de créditos: 02
Código pré-requisito:
Ano: 3º ano Nível: Médio
EMENTA
Eletrodinâmica, Magnetismo, Eletromagnetismo, Física Quântica. Introdução à Teoria da Relatividade Espacial.
OBJETIVO(S)
Compreender, com rigor científico, os fenômenos referentes a eletrostática, eletrodinâmica, magnetismo e fenômenos eletromagnéticos, relacionando estes conhecimentos com aparelhos tecnológicos existentes, e aplicando ainda estes saberes em situações cotidianas.
PROGRAMA
UNIDADE I – ELETROSTÁTICA
1. Cargas elétricas;
2. Força Elétrica;
3. Campo elétrico;
4. Potencial elétrico;
5. Trabalho da força elétrica.
UNIDADE II – ELETRODINÂMICA
1. Eletrodinâmica Corrente elétrica; Resistores; Diferença de potencial;
2. Associação de resistores;
3. Geradores Elétricos;
4. Receptores elétricos;
5. Capacitores;
6. Leis de Kirchooff.
UNIDADE III - MAGNETISMO
1. Magnetismo Experiência de Oersted;
2. Campo magnético;
3. força magnética.



UNIDADE IV - ELETROMAGNETISMO	
1. Eletromagnetismo: Introdução ao magnetismo; ímãs naturais e artificiais; Força de Lorentz e a definição de campo magnético;	
2. Lei de Faraday e indução eletromagnética;	
3. Espectro eletromagnético;	
4. Ondas eletromagnéticas e suas aplicações em diferentes tecnologias;	
5. Campo Magnético Terrestre Movimento de cargas em campos magnéticos.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Aulas expositivas/demonstrativas;	
- Atividades práticas em grupo e individual;	
- Atividades de leitura e escrita, com análises de interpretação daquilo que está sendo estudado.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação é realizada de forma processual e cumulativa. A saber: avaliações escritas (trabalhos e provas), trabalhos de leitura e escritas, seminários, práticas em laboratório, montagens e apresentação de experimentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Newton, Helou e Glauter. Tópicos de Física, Volume 3: Eletricidade, Física Moderna e Análise Dimensional. Moderna, São Paulo, 2012. isbn:9788502178144.	
Blaidi Sant'Anna...[et al.]. Conexões com a Física 3. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2013.	
RAMALHO JR, Francisco...[et al.]. Os Fundamentos de física III. 7 ed. São Paulo: Moderna 2002.	
SAMPAIO, José Luiz; CALÇADA, Caio Sérgio. Universo da física III 2 ed. São Paulo: Atual 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
RAMALHO JR, Francisco; FERRARO, Nicolau Gilberto; SOARES, Paulo Antônio de Toledo. Os Fundamentos de física I 7 ed. São Paulo: Moderna 2002.	
SAMPAIO, José Luiz; CALÇADA, Caio Sérgio. Universo da Física I, 2 ed. São Paulo: Atual 2005.	
GUIMARAES, O; PIQUEIRA, J. R.; CARRON, W. Física 1. 1ª Ed. São Paulo. Ática, 2013.	
LEITE, Álvaro Emílio Leite. Introdução à Física: aspectos históricos, unidades de medidas e vetores. 1º ed. – Curitiba: intersaberes, 2015.	
SGUAZZARDI, Monica Midori Marcon Uchida. Física Geral. 1º ed. – São Paulo: Person, 2014.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: BIOLOGIA 1	
Código: BIO I	Curso: TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA
Carga horária total: 80h	
Carga horária de aulas práticas: 10h	
Número de créditos: 02	



Código pré-requisito: -

Ano: 1º

Nível: Médio Integrado

EMENTA

Bases moleculares da vida, apresentando substâncias inorgânicas e orgânicas, seus tipos, suas características e as suas funções nos seres vivos. Compreensão das estruturas celulares que vai desde a membrana, passando pelas organelas, núcleo e ácidos nucleicos. E a organização dos diferentes tipos de tecidos animais e suas principais características e funções.

OBJETIVO(S)

Compreender a importância histórica e relevância atual do estudo da natureza em seus diversos níveis de conhecimento.

Conhecer as principais características estruturais e funcionais das substâncias inorgânicas e orgânicas e das estruturas que compõem e configuram uma célula. Diferenciar os principais tipos de tecidos animais (epitelial, conjuntivo, muscular e nervoso) e enumerar e caracterizar suas respectivas funções.

Assimilar as diferentes formas de reprodução e ciclos de vida que existem na natureza, entender anatomicamente e fisiologicamente a reprodução humana e o desenvolvimento embrionário animal.

PROGRAMA



A NATUREZA DA VIDA

A origem da Biologia, características dos seres vivos, níveis de organização em Biologia, a Biologia como ciência (Filosofia da Ciência)

ORIGEM DA VIDA NA TERRA

A formação da terra, biogênese versus abiogênese, teorias modernas sobre a origem da vida, evolução e diversificação da vida.

A BASE MOLECULAR DA VIDA

A química e a vida, constituintes da matéria viva, água e os seres vivos, glicídios, lipídios, proteínas, vitaminas, ácidos nucléicos e sais minerais

A DESCOBERTA DA CÉLULA

O mundo microscópico, a célula observada ao microscópio óptico, a célula observada ao microscópio eletrônico, outros métodos de estudo da célula.

FRONTEIRAS DA CÉLULA

Membrana plasmática, permeabilidade celular, endocitose e exocitose, envoltórios externos à membrana plasmática

O CITOPLASMA

Organização geral do citoplasma, o citoplasma das células procarióticas, o citoplasma das células eucarióticas

NUCLEO E CROMOSSOMOS

Aspectos gerais do núcleo celular, componentes do núcleo celular, cromossomos da célula eucariótica e cromossomos humanos

DIVISÃO CELULAR

Importância da divisão celular, ciclo celular, mitose, regulação do ciclo celular e meiose

METABOLISMO CELULAR

Anabolismo e catabolismo, estrutura química do ATP, respiração celular, fermentação, aspectos gerais da fotossíntese, etapas da fotossíntese, transformação de energia luminosa em energia química, Fotofosforilação e ciclo das pentoses, quimiossíntese, natureza química do gene, genes e RNA, mecanismo de síntese

TECIDOS EPITELIAIS

A estratégia multicelular, vantagens da multicelularidade, tecidos corporais, tecidos epiteliais, epitélios de revestimento, epitélios glandulares

TECIDOS CONJUNTIVOS

Características gerais e tipos de tecido conjuntivo, tecidos conjuntivos propriamente ditos, tecidos conjuntivos especiais

TECIDO SANGUÍNEO

Características do sangue e origem das células sanguíneas, componentes do sangue humano, plasma sanguíneo, hemácias, leucócitos, plaquetas

TECIDOS MUSCULARES

Características gerais dos tecidos musculares, tecido muscular estriado esquelético, tecido muscular estriado cardíaco, tecido muscular não-estriado

TECIDO NERVOSO

Características gerais do tecido nervoso, células do tecido nervoso, a natureza do impulso nervoso

REPRODUÇÃO E CICLOS DE VIDA

Tipos de reprodução, Tipos de ciclo de vida, Reprodução humana

DESENVOLVIMENTO EMBRIONÁRIO DOS ANIMAIS

Aspectos gerais, segmentação e formação da blástula, gastrulação, formação dos tecidos e dos órgãos

DESENVOLVIMENTO EMBRIONÁRIO HUMANO

Aspectos gerais, embriologia, parto

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas: com recursos didáticos disponíveis como Datashow, quadro etc

Uso de seminário para os alunos e aulas práticas.

Projeto integrador com outras áreas de conhecimento

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada considerando: o desempenho dos alunos nas provas individuais, nas atividades individuais e em grupos e avaliações por pares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



AMABIS, José Mariano. Biologia: biologia das células. 4. ed. São Paulo: Moderna. 2012
 REECE, Jane B., et al. Biologia de Campbell. Artmed Editora, 2015.
 LOPES, Sônia; ROSSO, Sergio. Bio, volume único. 3ª edição. São Paulo, SP, Editora Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTS, Bruce et al. Fundamentos da biologia celular. Artmed Editora, 2002.
 DE ROBERTIS, E. M.; HIB, José. Bases da biologia celular e molecular. In: Bases da biologia celular e molecular. 2006.
 EL-HANI, CharbelNiño; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. O que é vida? Para entender a biologia do século XXI. 2000.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular:

() Disciplina da Base Nacional Comum

Carga horária total:

Carga horária aulas práticas:

Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
violeta-de-metila	Litro	1	Microscópio binocular com lentes (4x, 10x 40x e 100x)	10	Laboratório
álcool etílico (99,5° Gay-Lussac)	litro	5	Kits com lâminas histológicas botânica e animal (mínimo 50 peças)	2	Laboratório
álcool metílico (99,5° Gay-Lussac)	litro	5	béquer de 500 ml	2	
oxalato de amônia	kg	1	béquer de 1 litro	2	
iodeto de potássio PA	kg	1	proveta de 200 ml		
iodometálico	g	300	proveta de 500 ml		
safranina	g	200			
água destilada	Litro	10			



COMPONENTE CURRICULAR: BIOLOGIA 2	
Código: BIO II	Curso: TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA
Carga horária total: 80h	
Carga horária de aulas práticas: 10h	
Número de créditos: 02	
Código pré-requisito: BIO I	
Ano: 2º	Nível: Médio integrado
EMENTA	
A diversidade da vida apresenta a classificação biológica e sua importância. Fisiologia e anatomia compreende como operam os seres vivos e analisa o funcionamento dos seus diferentes órgãos e sistemas em especial o homem.	
OBJETIVO(S)	
Compreender a classificação biológica para a organização dos seres vivos, bem como os métodos mais usados (anatomia comparada, embriologia e filogenia) Capacitar o aluno a compreender os mecanismos fisiológicos de seu corpo bem como possibilitar o mesmo a entender a interação entre os sistemas. Possibilitar ao aluno um conhecimento amplo no que se refere ao conhecimento básico da evolução. Compreender os processos envolvidos na relação que envolve os seres vivos e o meio ambiente.	
PROGRAMA	
SISTEMÁTICA, CLASSIFICAÇÃO E BIODIVERSIDADE O que é sistemática, O desenvolvimento da classificação, A sistemática moderna, Os reinos de seres vivos.	
VÍRUS Características gerais dos vírus, A estrutura dos vírus, Diversidade do ciclo reprodutivo viral, Vírus e doenças humanas, Partículas subvirais: viróides e príons.	
OS SERES PROCARIÓTICOS: BACTÉRIAS E ARQUEAS Características gerais de bactérias e arqueas, Características estruturais das bactérias, Características nutricionais das bactérias, Reprodução das bactérias, Classificação das bactérias, Importância das bactérias para a humanidade, Arqueas.	
PROTOCTISTAS O reino protocista, As algas, Os protozoários.	
FUNGOS Características gerais e estrutura dos fungos, Principais grupos de fungos, Reprodução nos fungos, Importância ecológica e econômica dos fungos.	
DIVERSIDADE E REPRODUÇÃO DAS PLANTAS O reino Plantae, Plantas avasculares: briófitas, Plantas vasculares sem sementes: pteridófitas, Plantas vasculares sem sementes nuas: gimnoespermas, Plantas vasculares com flores e frutos: angiospermas.	
DESENVOLVIMENTO E MORFOLOGIA DAS PLANTAS ANGIOSPERMAS Formação de tecidos e órgãos em angiospermas, Raiz, Caule, Folha.	
FISIOLOGIA DAS PLANTAS ANGIOSPERMAS Nutrição mineral das plantas, Condução da seiva bruta, Nutrição orgânica das plantas: fotossíntese, Condução da seiva elaborada, Hormônios vegetais, Controle dos movimentos nas plantas, Fitocromos e desenvolvimento.	
CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ANIMAIS O que é um animal?, Tendências evolutivas na estrutura corporal dos animais, Tendências evolutivas na fisiologia animal, O parentesco evolutivo dos animais.	
PORÍFEROS E CNIDÁRIOS Filo Porifera, Filo Cnidaria.	
PLATELMINTOS E NEMATELMINTOS Filo Platyhelminthes, Filo nematelmintes.	
MOLUSCOS E ANELÍDEOS Filo Mollusca, Filo Annelida.	



<p>ARTRÓPODES Características gerais dos artrópodes, Classificação e relações de parentesco nos artrópodes, Anatomia e fisiologia dos artrópodes, Reprodução dos artrópodes.</p> <p>EQUINODERMOS E PROTOCORDADOS Filo Echinodermata, Protocordados.</p> <p>VERTEBRADOS Características gerais dos vertebrados, Classificação e parentesco evolutivo dos vertebrados, Agnatos, Classe Chondrichthyes, Classe Actinopterygi, Classe Amphibia, Classe Reptilia, Classe Aves, Classe Mammalia.</p> <p>ANATOMIA E FISIOLOGIA DA ESPÉCIE HUMANA Alimentos e nutrientes, Organização do sistema digestório, O processo da digestão, Destino dos produtos da digestão, Controle da digestão, Circulação sanguínea, Sistema cardiovascular, Fisiologia da circulação sanguínea humana, Circulação e defesas corporais.</p> <p>RESPIRAÇÃO E EXCREÇÃO Sistema respiratório humano, Sistema urinário humano.</p> <p>MOVIMENTO E SUPORTE DO CORPO HUMANO Os músculos do corpo humano, Sistema esquelético.</p> <p>INTEGRAÇÃO E CONTROLE CORPORAL: SISTEMAS NERVOSO E ENDÓCRINO Sistema nervoso, Os sentidos, Sistema endócrino.</p>					
METODOLOGIA DE ENSINO					
Aulas expositivas: com recursos didáticos disponíveis como Datashow, quadro etc Uso de seminário para os alunos e aulas práticas. Projeto integrador com outras áreas de conhecimento					
AVALIAÇÃO					
A avaliação será realizada considerando: o desempenho dos alunos nas provas individuais, nasatividades individuais e em grupos e avaliações por pares.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
AMABIS, José Mariano. Biologia: biologia das células. 4. ed. São Paulo: Moderna. 2012 REECE, Jane B., et al. Biologia de Campbell. Artmed Editora, 2015. LOPES, Sônia; ROSSO, Sergio. Bio, volume único. 3ª edição. São Paulo, SP, Editora Saraiva, 2013.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
TORTORA, Gerard J.; CASE, Christine L.; FUNKE, Berdell R. Microbiologia. 12ª Edição. Artmed Editora, 2016. HICKMAN, Cleveland P.; ROBERTS, Larry S.; KEEN, Susan L. Princípios integrados de zoologia . 16 ed. Grupo Gen-Guanabara Koogan, 2016. GONÇALVES, Eduardo. Se não fugir, é planta 1 ed. Editora Europa 2015.					
Professor do Componente Curricular			Coordenadoria Técnico-Pedagógica		
Coordenador do Curso			Diretoria de Ensino		

Componente Curricular:					
<input type="checkbox"/> Disciplina da Base Nacional Comum					
Carga horária total:					
Carga horária aulas práticas:					
Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso



			Modelo anatômico corpo humano (fisiologia)	5	Laboratório
--	--	--	---	---	-------------

**COMPONENTE CURRICULAR: BIOLOGIA 3****Código: BIO III****Curso: TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA****Carga horária total: 80h****Carga horária de aulas práticas: 10h****Número de créditos: 02****Código pré-requisito: BIO II****Ano: 3º****Nível: Médio Integrado****EMENTA**

Apresentação dos principais conceitos experimentos e hipóteses que englobam a 1ª e 2ª Lei de Mendel. Apresentação de situações cotidianas que demonstram a relevância do estudo da genética. A ecologia compreende a relação dos seres vivos entre eles e deles com o ambiente. A evolução é a teoria que torna todos os conhecimentos de Biologia interligados além de dialogar com outras áreas de conhecimento

OBJETIVO(S)

Possibilitar ao aluno um conhecimento amplo no que se refere ao conhecimento básico da genética. Compreender os processos envolvidos na relação que envolve os seres vivos e o meio ambiente. Elucidar conceitos básicos sobre a evolução biológica, bem como esclarecer a relevância da evolução biológica na sociedade e as implicações tecnológicas inerentes à área.

PROGRAMA**EVOLUÇÃO BIOLÓGICA**

O conceito de evolução biológica, O pensamento evolucionista, Evidências da evolução biológica.

TEORIA MODERNA DA EVOLUÇÃO

Teoria moderna da evolução, Os fatores evolutivos, Bases genéticas da evolução.

ORIGEM DAS ESPÉCIES E DOS GRANDES GRUPOS DE SERES VIVOS

Processo evolutivo e diversificação da vida, A origem de novas espécies, Origem dos grandes grupos de seres vivos.

EVOLUÇÃO HUMANA

Parentesco com os animais, A classificação da espécie humana, A ancestralidade humana, A espécie humana moderna.

FUNDAMENTOS DA ECOLOGIA

Conceitos básicos em ecologia, Cadeias e teias alimentares.

ENERGIA E MATÉRIA NOS ECOSISTEMAS

Fluxo de energia e níveis tróficos, Ciclos biogeoquímicos.

DINÂMICA DAS POPULAÇÕES BIOLÓGICAS

Características das populações, Fatores que regulam o tamanho de populações biológicas, Oscilações em populações naturais.

RELAÇÕES ECOLÓGICAS ENTRE SERES VIVOS

Tipos de relação ecológica, Relações intraespecíficas, Relações interespecíficas.

SUCESSÃO ECOLÓGICA E BIOMAS

Sucessão ecológica, Fatores que afetam a evolução dos ecossistemas, Grandes biomas do mundo, Principais biomas brasileiros, Ecossistemas aquáticos.

AS ORIGENS DA GENÉTICA

Primeiras ideias sobre herança biológica, As bases da hereditariedade, Descoberta dos cromossomos e das divisões celulares.

LEI DA SEGREGAÇÃO GENÉTICA

A descoberta da lei da segregação, Bases celulares da segregação dos fatores genéticos, A universalidade da primeira lei de Mendel.

RELAÇÃO ENTRE GENÓTIPO E FENÓTIPO

Os conceitos de genótipo e fenótipo, Interação entre alelos de um mesmo gene, Variação na expressão dos genes, Herança de grupos sanguíneos na espécie humana.

LEI DA SEGREGAÇÃO INDEPENDENTE DOS GENES

O conceito de segregação independente, Interações de genes não-alelos.



<p>O MAPEAMENTO DOS GENES NOS CROMOSSOMOS Teoria cromossômica da herança, Ligação gênica, Mapeamento de cromossomos.</p> <p>HERANÇA E SEXO Determinação cromossômica do sexo, Herança de genes localizados em cromossomos sexuais, Outros tipos de herança relacionada ao sexo.</p> <p>DO GENÓTIPO AO FENÓTIPO: COMO SE EXPRESSAM OS GENES A natureza química dos genes, A descoberta do modo de ação dos genes, Relação entre gene, RNA e proteína, Organização dos genes procariótico e eucariótico.</p> <p>APLICAÇÕES DO CONHECIMENTO GENÉTICO Melhoramento genético, Aconselhamento genético e prevenção de doenças hereditárias, A genética molecular e suas aplicações, O genoma humano.</p>	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Aulas expositivas: com recursos didáticos disponíveis como Datashow, quadro etc</p> <p>Uso de seminário para os alunos e aulas práticas.</p> <p>Projeto integrador com outras áreas de conhecimento</p>	
AVALIAÇÃO	
<p>A avaliação será realizada considerando: o desempenho dos alunos nas provas individuais, nasatividades individuais e em grupos e avaliações por pares.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>AMABIS, José Mariano. Biologia: biologia das células. 4. ed. São Paulo: Moderna. 2012</p> <p>REECE, Jane B., et al. Biologia de Campbell. Artmed Editora, 2015.</p> <p>LOPES, Sônia; ROSSO, Sergio. Bio, volume único. 3ª edição. São Paulo, SP, Editora Saraiva, 2013.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BOFF, Leonardo. Ecologia: grito da terra grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante. 2004.</p> <p>DARWIN, C. A origem das espécies-coleção a obra prima de cada autor. Martin Claret, 2004.</p> <p>GOULD, S.J.; A Falsa Medida do Homem; SP; Martins Fontes; edição:1a; 1991.</p> <p>LEWONTIN, Richard C. Biologia como ideologia: a doutrina do dna. Ribeirão Preto: Funpec-Rp, 2000.</p>	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular:					
() Disciplina da Base Nacional Comum					
Carga horária total:					
Carga horária aulas práticas:					
Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Sementes de alpiste	kg	1			
Coposplásticos	unidade	100			
Substrato para plantio	kg	20			



COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA I	
Código:	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total:	80
Número de Créditos:	02
Código pré-requisitos:	
Ano: 1º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
O ensino de química no ensino médio propicia o aluno reconhecer os materiais, as substâncias presentes nas diversas atividades do seu dia a dia, a compreensão das transformações químicas nos processos naturais, industriais, agrícolas e tecnológicos.	
OBJETIVO (S)	
<ol style="list-style-type: none">1. Descrever as transformações químicas em linguagens discursivas.2. Compreender os códigos e símbolos próprios da química atual.3. Identificar fontes de informação e formas de obter informações relevantes para o conhecimento da Química (livro, computador, jornais, manuais, etc.).4. Compreender e utilizar conceitos químicos dentro de uma visão macroscópica.5. Compreender as transformações químicas dentro de uma visão macroscópica.6. Compreender dados quantitativos, estimativos e medidas.7. Compreender relações proporcionais presentes na química.8. Reconhecer e relacionar dados experimentais ou de outros dados teóricos.9. Selecionar e utilizar leis, teorias, modelos para resolução de problemas qualitativos e quantitativos em química.10. Reconhecer ou propor a investigação de um problema relacionado a química selecionando procedimentos experimentais pertinentes.11. Fazer previsões acerca das transformações químicas.12. Reconhecer aspectos químicos relevantes na interação do ser humano, individual e coletiva com o ambiente.13. Reconhecer o papel da química no sistema produtivo, industrial e rural.14. Compreender os processos de formação e transformação que os materiais sofrem.15. Relacionar os conhecimentos químicos com a composição qualitativa e quantitativa expressa nos rótulos dos industrializados.16. Entender e aplicar conceitos, princípios e leis da química e usá-los para interpretar os fenômenos relacionados a química.17. Realizar processos simples de investigação científica e comunicar os resultados obtidos com outras equipes.18. Usar adequadamente a linguagem própria da Química.19. Usar adequadamente as unidades de medida do Sistema Internacional.20. Reconhecer que as reações químicas envolvem variação de energia e realizar os cálculos correspondentes.21. Relacionar as transformações e a quantidade de calor associados ao processo.22. Determinar a variação de entalpia no processo.23. Diferenciar processo endotérmico e exotérmico.24. Compreender os conteúdos mais relevantes do ano, pois são pré-requisitos para a próxima série.25. Reconhecer as funções oxigenadas e nitrogenadas através de seu grupo funcional para diferenciá-lo de outras funções.26. Classificar e nomear os componentes orgânicos de acordo com a regra da IUPAC, observando sua fórmula	



- estrutural, possibilitando o reconhecimento destes compostos no seu cotidiano.
27. Identificar os isômeros pela fórmula molecular e estrutural, para diferenciar os diferentes compostos naturais e artificiais.
 28. Relacionar os conhecimentos químicos com a composição qualitativa expressa nos rótulos dos industrializados.
 29. Reconhecer as aplicações dos compostos isômeros, no organismo do homem, a fim de compreender o metabolismo do nosso corpo.

PROGRAMA

1. Unidade I

- I. Introdução ao estudo da Química Química: Objeto de estudo e aplicações da Química no cotidiano.
- II. Caracterização de substâncias (simples e compostas).
- III. Fenômenos Químicos e Físicos.

2. Unidade II

- I. Estrutura Atômica Evolução dos Modelos Atômicos. Modelo Atômico de Dalton. Modelo Atômico de Thomson. Modelo Atômico de Rutherford. Modelo Atômico de Bohr. Modelo atômico atual.
- II. Isótopos e Isóbaros, Isótonos e Isoeletrônicos.
- III. Configuração eletrônica. Diagrama de Linus Pauling.

3. Unidade III

- I. Classificação Periódica Histórico e Elementos Químicos. Estrutura da Tabela Periódica. Períodos, grupos e famílias. Propriedades Periódicas. Metais, Semi-Metais e Ametais.
- II. Compreender as propriedades periódicas.
- III. Conceituar e avaliar como variam as propriedades periódicas da eletronegatividade, eletropositividade, potencial de ionização, eletroafinidade, reatividade química, raio atômico, volume atômico, densidade, pontos de fusão e ebulição.

4. Unidade IV

- I. Ligações Químicas Regra do Octeto e Regra do Duetto. Conceito e Tipos de Ligações Químicas. Ligação Iônica (conceito, características, propriedades dos compostos iônicos).
- II. Ligação Metálica (conceito, características, propriedades dos compostos metálicos).
- III. Ligação Covalente (conceito, características, classificação, propriedades dos compostos moleculares). Polaridade e Apolaridade da Ligação Covalente.
- IV. Orbitais Moleculares (conceito, tipos). Hibridação. Geometria Molecular. Polaridade e Apolaridade Molecular.

5. Unidade V

- I. Funções Químicas Inorgânicas Ácidos e Bases (conceito, formulação, nomenclatura, classificação, propriedades, aplicações).
- II. Sais e óxidos (conceito, formulação, nomenclatura, classificação, propriedades, aplicações).

6. Unidade VI

- I. Reações Químicas Conceito.
- II. Equação Química. Balanceamento de equações químicas (método das tentativas).
- III. Classificação das Reações Químicas (Síntese; Decomposição; Simples Troca e Dupla Troca).

7. Unidade VII

- I. Cálculo químico Unidade de massa atômica.
- II. Massa atômica. Massa atômica de um elemento químico.
- III. Massa molecular. Quantidade de matéria e sua unidade, o Mol Constante de Avogadro.
- IV. Massa molar (g/mol).

8. Unidade VIII



- I. Cálculo Estequiométrico Quantidade de reagentes e produtos em uma reação química.
- II. Grau de pureza do reagente.
- III. Reagente em excesso.
- IV. Rendimentos das reações.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, leitura e discussão de textos, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Visitas técnicas: a unidades produtoras; ao abatedouro e ao laticínio da região.

Disciplinas associadas: mecanização agrícola, agroindústria e extensão rural.

Realização de projetos integradores com as disciplinas associadas e/ou com disciplinas do núcleo básico.

AVALIAÇÃO

- a. Realização de avaliações individuais e mensais.
- b. Trabalhos (individuais e/ou coletivos): relatórios de atividades experimentais, resolução de exercícios, outros que o professor julgar pertinente.
- c. As avaliações na forma numérica além de cumprirem a finalidade de verificar a apropriação dos conceitos ensinados, as particularidades dos alunos, entre outros, também serão parâmetro para (re)pensar a metodologia utilizada em sala de aula tendo em visto os resultados obtidos.
- d. Os estudantes também serão avaliados qualitativamente no decorrer do ano letivo, tendo vista os seguintes indicadores: a assiduidade, a participação espontânea ou quando mediada pelo professor, a manifestação do desejo de aprender, a cooperação com o crescimento do grupo, expressando as opiniões e conhecimentos adquiridos, o grau de envolvimento na realização das atividades propostas e o comportamento em sala (atitudes e valores).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FELTRE, Ricardo; Química, Química Geral. 6. ed. Moderna, 2007.
2. REIS, Marta; Química Geral. Completamente Química. Ciências, Tecnologia e Sociedade – 1ed. FTD, São Paulo, 2001.
3. USBERCO, João; Salvador, Edgard. Química Geral. 9 ed. Saraiva, São Paulo, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



1. BIANCHI, José Carlos de Azambuja. universo da Química: ensino médio. São Paulo: FTD, volume único, 2005.
2. FONSECA, Martha Reis Marques da. Química: Química Geral. São Paulo: FTD, 2007.
3. _____. Química: meio ambiente, cidadania, tecnologia. São Paulo: FTD, vol. 1, 2010.
4. LISBOA, Julio Cesar Foschini. Ser Protagonista Química. São Paulo: Edições SM, vol. 1, 2010.
5. MORTIMER, Eduardo Fleury; MACHADO, Andréa Horta. Química para o Ensino Médio. São Paulo: Scipione, volume único, 2003.
6. PERUZZO, Francisco Miragaia; CANTO, Eduardo Leite do. Química na abordagem do cotidiano. São Paulo: Moderna, vol. 1, 2003.
7. _____. Química na abordagem do cotidiano. São Paulo: Moderna, vol. 1, 2010.
8. REIS, Marta. Química – Ensino Médio. São Paulo: Ática, volume 1, 1ª Edição, 2013 (PNLD – Ensino Médio/2015).
9. SANTOS, Wildson Luiz Pereira; MÓL; Gerson de Souza (coord.) e colaboradores. Química e Sociedade. São Paulo: Nova geração, volume único, 2005.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico-Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA II	
Código:	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total:	80
Número de Créditos:	02
Código pré-requisitos:	
Ano: 2º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
Propiciar a compreensão científica das transformações físico-químicas apropriando-se de ideias e procedimentos da linguagem científica (leis, teorias e modelos), relacionando aspectos microscópicos a uma visão macroscópica.	
OBJETIVO (S)	



1. Descrever as transformações químicas em linguagens discursivas.
2. Compreender os códigos e símbolos próprios da química atual.
3. Identificar fontes de informação e formas de obter informações relevantes para o conhecimento da Química (livro, computador, jornais, manuais, etc.).
4. Compreender e utilizar conceitos químicos dentro de uma visão macroscópica.
5. Compreender as transformações químicas dentro de uma visão macroscópica.
6. Compreender dados quantitativos, estimativos e medidas.
7. Compreender relações proporcionais presentes na química.
8. Reconhecer e relacionar dados experimentais ou de outros dados teóricos.
9. Selecionar e utilizar leis, teorias, modelos para resolução de problemas qualitativos e quantitativos em química.
10. Reconhecer ou propor a investigação de um problema relacionado a química selecionando procedimentos experimentais pertinentes.
11. Fazer previsões acerca das transformações químicas.
12. Reconhecer aspectos químicos relevantes na interação do ser humano, individual e coletiva com o ambiente.
13. Reconhecer o papel da química no sistema produtivo, industrial e rural.
14. Compreender os processos de formação e transformação que os materiais sofrem.
15. Relacionar os conhecimentos químicos com a composição qualitativa e quantitativa expressa nos rótulos dos industrializados.
16. Entender e aplicar conceitos, princípios e leis da química e usá-los para interpretar os fenômenos relacionados a química.
17. Realizar processos simples de investigação científica e comunicar os resultados obtidos com outras equipes.
18. Usar adequadamente a linguagem própria da Química.
19. Usar adequadamente as unidades de medida do Sistema Internacional.
20. Reconhecer que as reações químicas envolvem variação de energia e realizar os cálculos correspondentes.
21. Relacionar as transformações e a quantidade de calor associados ao processo.
22. Determinar a variação de entalpia no processo.
23. Diferenciar processo endotérmico e exotérmico.
24. Compreender os conteúdos mais relevantes do ano, pois são pré-requisitos para a próxima série.
25. Reconhecer as funções oxigenadas e nitrogenadas através de seu grupo funcional para diferenciá-lo de outras funções.
26. Classificar e nomear os componentes orgânicos de acordo com a regra da IUPAC, observando sua fórmula estrutural, possibilitando o reconhecimento destes compostos no seu cotidiano.
27. Identificar os isômeros pela fórmula molecular e estrutural, para diferenciar os diferentes compostos naturais e artificiais.
28. Relacionar os conhecimentos químicos com a composição qualitativa expressa nos rótulos dos industrializados.
29. Reconhecer as aplicações dos compostos isômeros, no organismo do homem, a fim de compreender o metabolismo do nosso corpo.

PROGRAMA



1. **Unidade I**
 - I. Balanceamento de equações químicas Balanceamento de equações químicas (método das tentativas).
2. **Unidade II**
 - I. Cálculo químico Unidade de massa atômica. Massa atômica. Massa atômica de um elemento químico. Massa molecular. Quantidade de matéria e sua unidade, o Mol Constante de Avogadro. Massa molar (g/mol).
3. **Unidade III**
 - I. Cálculo estequiométrico Quantidade de reagentes e produtos em uma reação química. Grau de pureza do reagente. Reagente em excesso. Rendimentos das reações.
4. **Unidade IV**
 - I. Soluções Solute e Solvente. Coeficiente de solubilidade (ou coeficiente de saturação).
 - II. Classificação das soluções: insaturadas, saturadas (com ou sem corpo de fundo) e supersaturadas. Curvas de solubilidade.
 - III. Concentração das soluções (concentração comum, concentração molar e título). Diluição.
5. **Unidade V**
 - I. Propriedades coligativas Número de partículas dissolvidas.
 - II. Ebulioscopia, tonoscopia, crioscopia e osmose.
6. **Unidade VI**
 - I. Termoquímica Processos exotérmicos e endotérmicos. Entalpia (H).
 - II. Variação de entalpia (ΔH).
 - III. Equações termoquímicas. Fatores que influenciam o ΔH de uma reação: quantidade de reagente e produto, estado físico e alotrópico. Cálculos teóricos do ΔH de uma reação.
7. **Unidade VII**
 - I. Cinética química Teoria das colisões e energia de ativação.
 - II. Fatores que alteram a velocidade de uma reação (temperatura, catalisador, pressão, superfície de contato, concentração, natureza dos reagentes).
 - III. Estequiometria associada à velocidade das reações químicas.
8. **Unidade VIII**
 - I. Equilíbrios químicos Características gerais.
 - II. Condições que afetam o equilíbrio químico (Princípio de Le Chatelier). Equilíbrio iônico da água (pH e pOH).

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, leitura e discussão de textos, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Visitas técnicas: a unidades produtoras; ao abatedouro e ao laticínio da região.

Disciplinas associadas: mecanização agrícola, agroindústria e extensão rural.

Realização de projetos integradores com as disciplinas associadas e/ou com disciplinas do núcleo básico.

AVALIAÇÃO

1. Realização de avaliações individuais e mensais.
2. Trabalhos (individuais e/ou coletivos): relatórios de atividades experimentais, resolução de exercícios, outros que o professor julgar pertinente.
3. As avaliações na forma numérica além de cumprirem a finalidade de verificar a apropriação dos conceitos ensinados, as particularidades dos alunos, entre outros, também serão parâmetro para (re)pensar a metodologia utilizada em sala de aula tendo em visto os resultados obtidos.
4. Os estudantes também serão avaliados qualitativamente no decorrer do ano letivo, tendo vista os seguintes indicadores: a assiduidade, a participação espontânea ou quando mediada pelo professor, a manifestação do desejo de aprender, a cooperação com o crescimento do grupo, expressando as opiniões e conhecimentos adquiridos, o grau de envolvimento na realização das atividades propostas e o comportamento em sala (atitudes e valores).

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. BIANCHI, José Carlos de Azambuja. Universo da Química: ensino médio. São Paulo: FTD, volume único, 2005. 2.
2. FELTRE, Ricardo. Química: Química Geral. 6. ed., São Paulo: Moderna, vol. 1, 2004.
3. FONSECA, Martha Reis Marques da. Química: Química Geral. São Paulo: FTD, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. _____. Química: meio ambiente, cidadania, tecnologia. São Paulo: FTD, vol. 1, 2010.
2. LISBOA, Julio Cesar Foschini. Ser Protagonista Química. São Paulo: Edições SM, vol. 1, 2010.
3. MORTIMER, Eduardo Fleury; MACHADO, Andréa Horta. Química para o Ensino Médio. São Paulo: Scipione, volume único, 2003.
4. PERUZZO, Francisco Miragaia; CANTO, Eduardo Leite do. Química na abordagem do cotidiano. São Paulo: Moderna, vol. 1, 2003.
5. _____. Química na abordagem do cotidiano. São Paulo: Moderna, vol. 1, 2010.
6. REIS, Marta. Química – Ensino Médio. São Paulo: Ática, volume 1, 1ª Edição, 2013 (PNLD – Ensino Médio/2015).
7. SANTOS, Wildson Luiz Pereira; MÓL; Gerson de Souza (coord.) e colaboradores. Química e Sociedade. São Paulo: Nova geração, volume único, 2005.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico-Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

COMPONENTE CURRICULAR: QUÍMICA III

Código: _____ Curso: Técnico Integrado em Agropecuária

Carga horária total: 80

Número de Créditos: 02

Código pré-requisitos: _____

Ano: 3º _____ Nível: MÉDIO INTEGRADO

EMENTA

Abordar a Química como uma ciência que possui suas especificidades em termos de conceitos, representações e linguagem e como um instrumento de formação humana, possibilitando a observação e identificação de fenômenos químicos do cotidiano, a construção do conhecimento científico e a leitura de mundo com aporte desse conhecimento.

OBJETIVO (S)



1. Descrever as transformações químicas em linguagens discursivas.
2. Compreender os códigos e símbolos próprios da química atual.
3. Identificar fontes de informação e formas de obter informações relevantes para o conhecimento da Química (livro, computador, jornais, manuais, etc.).
4. Compreender e utilizar conceitos químicos dentro de uma visão macroscópica.
5. Compreender as transformações químicas dentro de uma visão macroscópica.
6. Compreender dados quantitativos, estimativos e medidas.
7. Compreender relações proporcionais presentes na química.
8. Reconhecer e relacionar dados experimentais ou de outros dados teóricos.
9. Selecionar e utilizar leis, teorias, modelos para resolução de problemas qualitativos e quantitativos em química.
10. Reconhecer ou propor a investigação de um problema relacionado a química selecionando procedimentos experimentais pertinentes.
11. Fazer previsões acerca das transformações químicas.
12. Reconhecer aspectos químicos relevantes na interação do ser humano, individual e coletiva com o ambiente.
13. Reconhecer o papel da química no sistema produtivo, industrial e rural.
14. Compreender os processos de formação e transformação que os materiais sofrem.
15. Relacionar os conhecimentos químicos com a composição qualitativa e quantitativa expressa nos rótulos dos industrializados.
16. Entender e aplicar conceitos, princípios e leis da química e usá-los para interpretar os fenômenos relacionados a química.
17. Realizar processos simples de investigação científica e comunicar os resultados obtidos com outras equipes.
18. Usar adequadamente a linguagem própria da Química.
19. Usar adequadamente as unidades de medida do Sistema Internacional.
20. Reconhecer que as reações químicas envolvem variação de energia e realizar os cálculos correspondentes.
21. Relacionar as transformações e a quantidade de calor associados ao processo.
22. Determinar a variação de entalpia no processo.
23. Diferenciar processo endotérmico e exotérmico.
24. Compreender os conteúdos mais relevantes do ano, pois são pré-requisitos para a próxima série.
25. Reconhecer as funções oxigenadas e nitrogenadas através de seu grupo funcional para diferenciá-lo de outras funções.
26. Classificar e nomear os componentes orgânicos de acordo com a regra da IUPAC, observando sua fórmula estrutural, possibilitando o reconhecimento destes compostos no seu cotidiano.
27. Identificar os isômeros pela fórmula molecular e estrutural, para diferenciar os diferentes compostos naturais e artificiais.
28. Relacionar os conhecimentos químicos com a composição qualitativa expressa nos rótulos dos industrializados.
29. Reconhecer as aplicações dos compostos isômeros, no organismo do homem, a fim de compreender o metabolismo do nosso corpo.

PROGRAMA

1. **Unidade III**
 - I. Fundamentos da Química Orgânica.
 - II. Origem da Química Orgânica: síntese da uréia.
 - III. Postulados de Kekulé.
 - IV. Classificação dos átomos de carbono em uma cadeia.
 - V. Classificações das cadeias carbônicas.
 - VI. Tipos de fórmulas: eletrônica (Lewis), estrutural (Kekulé), estrutural simplificada, linhas e molecular.
 - VII. Hibridização do átomo de Carbono: ligações sigma (σ) e pi (π).
2. **Unidade II**
 - I. Hidrocarbonetos: Alcanos, Alcenos, Alcadienos, Alcinos, Ciclanos e Hidrocarbonetos Aromáticos.
 - II. Hidrocarbonetos: conceito, classificação e nomenclatura oficial (IUPAC).
 - III. Propriedades químicas e propriedades físicas dos hidrocarbonetos (ligações intermoleculares).



<p>IV. Petróleo: refino, obtenção de hidrocarbonetos, impacto ambiental.</p> <p>3. Unidade III</p> <p>I. Hidrocarbonetos: Alcanos, Alcenos, Alcadienos, Alcinos,</p> <p>II. Ciclanos e Hidrocarbonetos Aromáticos.</p> <p>III. Hidrocarbonetos: conceito, classificação e nomenclatura oficial (IUPAC).</p> <p>IV. Propriedades químicas e propriedades físicas dos hidrocarbonetos (ligações intermoleculares).</p> <p>V. Petróleo: refino, obtenção de hidrocarbonetos, impacto ambiental.</p> <p>4. Unidade IV</p> <p>I. Funções Orgânicas Oxigenadas: Álcoois, Fenóis, Éteres, Aldeídos, Cetonas, Ácidos Carboxílicos e Derivados de Ácidos Carboxílicos.</p> <p>II. Funções Orgânicas Oxigenadas: conceito, classificação e nomenclatura oficial (IUPAC).</p> <p>III. Propriedades químicas e propriedades físicas (ligações intermoleculares).</p> <p>IV. Obtenção e principais aplicações de compostos oxigenados presentes no cotidiano.</p> <p>5. Unidade V</p> <p>I. Funções Orgânicas Nitrogenadas: Aminas, Amidas e Nitrocompostos.</p> <p>II. Funções Orgânicas Nitrogenadas: conceito, classificação e nomenclatura oficial (IUPAC).</p> <p>III. Propriedades químicas e propriedades físicas (ligações intermoleculares).</p> <p>IV. Obtenção e principais aplicações de compostos nitrogenados mais presentes no cotidiano.</p> <p>6. Unidade VI</p> <p>I. Funções Mistas e Séries Orgânicas.</p> <p>II. Compostos com Funções Mistas: conceito, classificação e nomenclatura oficial (IUPAC).</p> <p>III. Séries orgânicas: homólogas, isólogas e heterólogas.</p> <p>7. Unidade VII</p> <p>I. Isomeria.</p> <p>II. Isomeria plana: de cadeia, de posição, de compensação ou metameria, de função e tautomeria.</p> <p>III. Isomeria Espacial: geométrica ou cis-trans e isomeria óptica.</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, leitura e discussão de textos, grupos de estudos, apresentação de vídeos.</p> <p>Visitas técnicas: a unidades produtoras; ao abatedouro e ao laticínio da região.</p> <p>Disciplinas associadas: mecanização agrícola, agroindústria e extensão rural.</p> <p>Realização de projetos integradores com as disciplinas associadas e/ou com disciplinas do núcleo básico.</p>
AVALIAÇÃO
<p>1. Realização de avaliações individuais e mensais.</p> <p>2. Trabalhos (individuais e/ou coletivos): relatórios de atividades experimentais, resolução de exercícios, outros que o professor julgar pertinente.</p> <p>3. As avaliações na forma numérica além de cumprirem a finalidade de verificar a apropriação dos conceitos ensinados, as particularidades dos alunos, entre outros, também serão parâmetro para (re)pensar a metodologia utilizada em sala de aula tendo em visto os resultados obtidos.</p> <p>4. Os estudantes também serão avaliados qualitativamente no decorrer do ano letivo, tendo vista os seguintes indicadores: a assiduidade, a participação espontânea ou quando mediada pelo professor, a manifestação do desejo de aprender, a cooperação com o crescimento do grupo, expressando as opiniões e conhecimentos adquiridos, o grau de envolvimento na realização das atividades propostas e o comportamento em sala (atitudes e valores).</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>1. FELTRE, Ricardo; Química, Química Geral. 6. ed. Moderna, 2007.</p> <p>2. REIS, Marta; Química Geral. Completamente Química. Ciências, Tecnologia e Sociedade – 1ed. FTD, São Paulo, 2001.</p> <p>3. USBERCO, João; Salvador, Edgard. Química Geral. 9 ed. Saraiva, São Paulo, 2000.</p>

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. Química (De olho no Mundo do Trabalho) Geraldo Camargo de Carvalho e Celso Lopes de Sousa Volônico
2. Química Geral (Conceitos Essenciais) 4ª Edição Raymond Chang
3. FERREIRA, Dalva Trevisan...et AL. Da química medicinal à química combinatória e modelagem molecular. 2ª Ed. Barueri, SP, Manole, 2012.
4. MERCÊ, Ana Lúcia Ramalho. Iniciação a química analítica não instrumental. 1ª Ed. Curitiba, intersaberes, 2012.
5. PAWLICKA, Agnieszka. Curso de química para engenharia, volume II: materiais. Barueri, SP, Manole, 2013.
6. MAIA, Daltamir Justino. Química Geral: fundamentos. São Paulo, Pearson, 2007.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico-Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

FILOSOFIA

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA I	
Código:	HIS I
	Nacional
Curso:	Técnico em Agropecuária
Carga horária total:	80
Carga horária de aulas práticas:	2
Número de créditos:	2
Código pré-requisito:	-
Semestre:	1º Ano



Nível:	Educação Básica/Ensino Técnico
EMENTA:	
Dispõe ao longo do programa proposto e na sua sequência lógico-temporal, a unidade entre trabalho e produção. A ênfase recai sobre o eixo: trabalho, tecnologia e ciência, numa abordagem histórica da articulação desses elementos no interior de cada formação social e de cada contexto histórico analisado.	
OBJETIVO(S)	
1 – Desempenhar a capacidade de reflexão histórico-crítica;	
2 – Articular o processo de organização da sociedade humana à dinâmica de desenvolvimento das relações de trabalho;	
3 – Compreender o significado do trabalho e do conhecimento do processo de reestruturação política da sociedade humana;	
4 - Analisar o contexto histórico atual a partir da dinâmica das relações de trabalho e da crescente globalização da economia;	
5- Destacar a importância do domínio técnico no desenvolvimento da sociedade humana nas diferentes épocas;	
6- Discorrer sobre o processo histórico de desenvolvimento da ciência na sua articulação ao mundo do trabalho e da produção	
PROGRAMA	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:	
Unidade I: A pré-história	
– A evolução da espécie;	
– As comunidades primitivas;	
– O trabalho e as primeiras descobertas e invenções;	
– A organização da produção e a divisão social do trabalho.	
– Temas transversais: Assuntos de importância e relevância social, na perspectiva de uma reflexão crítica sobre a sociedade atual, visto ser a história uma disciplina que trata da relação passado/presente.	
Unidade II: As formações sociais da antiguidade	
– O modo de produção asiático – a organização do trabalho e as relações sócio-políticas dominantes;	
– O trabalho e a produção do conhecimento: técnicas agrícolas, de construção e saneamento, a vida	



urbana e as manifestações culturais;

– O modo de produção escravista – a escravidão como fundamento das relações sociais, econômicas e políticas dominantes na antiguidade clássica. A propriedade privada, a vida pública e as relações políticas;

– O trabalho escravo e a construção do pensamento ocidental na antiguidade: o racionalismo e o humanismo clássicos;

– As manifestações culturais.

– Temas transversais: Assuntos de importância e relevância social, na perspectiva de uma reflexão crítica sobre a sociedade atual, visto ser a história uma disciplina que trata da relação passado/presente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade III: Brasil: Passagem da antiguidade aos novos tempos

3.1 – A Idade Média: discussão do termo;

3.2 – O modo de produção feudal;

3.3 – A gênese do feudalismo;

3.4 – A terra como elemento de riqueza e a exploração do trabalho camponês (estrutura sócio-econômica e política);

3.5 – O trabalho camponês e as inovações técnicas na Europa Ocidental;

3.6 – A vida urbana, o artesanato e o comércio do ocidente na baixa Idade Média;

3.7 – A cultura ocidental cristã na Idade Média;

3.8 – Os povos do oriente: economia e sociedade;

3.9 – As relações políticas e religiosas;

– As inovações técnicas e as manifestações culturais.

Unidade IV: Transição do feudalismo para o capitalismo

4.5 – Aspectos gerais da transição.

4.6– Temas transversais: Assuntos de importância e relevância social, na perspectiva de uma reflexão crítica sobre a sociedade atual, visto ser a história uma disciplina que trata da relação passado/presente.

METODOLOGIA DE ENSINO

O programa de ensino proposto vincula-se à adoção de metodologia de trabalho centrada no aluno com o suporte teórico-metodológico do professor.



As atividades e o método de trabalho para cada unidade buscam aprofundar e complexificar o grau de exigência de participação do aluno, como a própria análise desenvolvida.

A abordagem dos conteúdos propostos seguirá, grosso modo, alguns procedimentos básicos:

- 1 – Leitura e exploração de textos previamente indicados. Essa atividade será desenvolvida individualmente e/ou por equipes;
- 2 – Aulas expositivas na apresentação e/ou conclusão de temas;
- 3 – Apresentação de filmes e documentários;
- 4 – Exploração de mapas, tabelas e esquemas.

AVALIAÇÃO

A avaliação é entendida aqui no seu estado amplo devendo abarcar não só o desempenho do aluno e da turma, mas também a sequência de trabalhos propostos, o andamento do programa e o desempenho do professor na condução das atividades de estudos.

Dessa forma a avaliação se integra ao processo de ensino-aprendizagem tornando-se parte do dia a dia da sala de aula e a vida escolar dos alunos.

A perspectiva é que a avaliação se dê de forma continuada, seguindo uma gradação de dificuldades e exigências, tanto por parte do aluno como do professor. Há, portanto, uma diversificação de meios e métodos de avaliação, tais como: exercícios, resenhas, trabalhos de pesquisa e leitura, debates, seminários, etc. Está prevista ainda a avaliação escrita, previamente divulgada, em pelo menos dois momentos ao longo do ano letivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AQUINO, e outros. História das sociedades. Vol. 3. Ao livro técnico AS. São Paulo, 1989;
- CARMO, Paulo Sérgio. História e ética do trabalho no Brasil. Editora Moderna. São Paulo, 1988;
- KOSHIBA, Luiz. História, estruturas e processos. Editora Atual. São Paulo, 2000;
- MOTA, Myrian Becho. História das cavernas ao terceiro milênio. Editora Moderna. São Paulo, 1999;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARBOSA, Walmir. Sociologia e trabalho. Uma leitura sociológica introdutória. Goiânia: S/Ed., 2002;
- FARIA, Ricardo de Moura, MARQUES, Adhemar Martins e BERUTTI, Flávio Costa
PINSKY, Carla Bassanezi... [et al]. O historiador e suas Fontes. São Paulo: Contexto, 2009.
- BITTENCOURT, Circe. Dicionário de datas da história do Brasil. São Paulo: context, 2007.



PINSKY, Carla Bassanezi... [et al]. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

THEO SANTIAGO. **DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICA.** [S.l.]: Contexto. 162 p. ISBN 9788572441186. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572441186>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GUARINELLO, Noberto Luiz. **História Antiga.** [S.l.]: Contexto. 180 p. ISBN 9788572447942. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572447942>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

JOSE RIVAIR MACEDO. **HISTÓRIA DA ÁFRICA.** [S.l.]: Contexto. 194 p. ISBN 9788572447997. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572447997>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnica- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA II

Código: HIS II

Nacional

Curso: **Técnico em Agropecuária**

Carga horária total: 80

Carga horária de aulas práticas: 2

Número de créditos: 2

Código pré-requisito: -



Semestre:	2º ANO
Nível:	Educação Básica/Ensino Técnico
EMENTA	
Declínio do feudalismo tendo como tema central a modernidade, compreendendo o processo de transição, percebendo a gênese e o desenvolvimento do capitalismo de forma no sentido de discernir os processos de transformação que passou o capitalismo até o final do século XIX; Também analisa a colonização do continente americano de forma geral e, a do Brasil, com especial ênfase, destacando a dinâmica da exploração capitalista através do debate sobre o conceito de colonização.	
OBJETIVO(S)	
Analisar o contexto histórico a partir do declínio da Idade Média, compreendendo o conceito de modernidade, e seus desdobramentos até o final do século XIX; Entender o processo de desenvolvimento político e social das sociedades contemporâneas e a sua articulação com o mundo, a partir da perspectiva dos trabalhadores e sua importância na crítica ao capital e na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.	
PROGRAMA	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:	
1 – Unidade I: A Crise Geral do feudalismo	
– O declínio do modo de produção feudal nos seus vários aspectos: sociais, políticos, econômicos e culturais;	
– As comunidades primitivas;	
– O trabalho e as primeiras descobertas e invenções;	
– A organização da produção e a divisão social do trabalho.	
– Temas transversais: Assuntos de importância e relevância social, na perspectiva de uma reflexão crítica sobre a sociedade atual, visto ser a história uma disciplina que trata da relação passado/presente.	
- Unidade II: A modernidade	
– O mundo moderno;	
– O renascimento cultural;	
– A reforma religiosa;	
– As contradições do antigo regime;	
– O Brasil no contexto da modernidade: O Brasil colonial;	
– A era das revoluções.	



– Temas transversais: Assuntos de importância e relevância social, na perspectiva de uma reflexão crítica sobre a sociedade atual, visto ser a história uma disciplina que trata da relação passado/presente.

3 - Unidade III: A Era Contemporânea

3.1 – O triunfo do liberalismo;

3.2 – As Américas no século XVIII;

3.3 – O nascimento das sociedades industriais;

3.4 – A origem do trabalhador moderno.

4 – Unidade IV: O Brasil no século XIX

4.1 – O processo de independência;

4.2 – O primeiro império;

4.3 – O período regencial;

4.4 – O segundo império;

4.5 – A proclamação da república

4.6 – Temas transversais: Assuntos de importância e relevância social, na perspectiva de uma reflexão crítica sobre a sociedade atual, visto ser a história uma disciplina que trata da relação passado/presente.

METODOLOGIA DE ENSINO

O programa de ensino proposto vincula-se à adoção de metodologia de trabalho centrada no aluno com o suporte teórico-metodológico do professor.

As atividades e o método de trabalho para cada unidade buscam aprofundar e complexificar o grau de exigência de participação do aluno, como a própria análise desenvolvida.

A abordagem dos conteúdos propostos seguirá, grosso modo, alguns procedimentos básicos:

– Leitura e exploração de textos previamente indicados. Essa atividade será desenvolvida individualmente e/ou por equipes;

– Aulas expositivas na apresentação e/ou conclusão de temas;

– Apresentação de filmes e documentários;

– Exploração de mapas, tabelas e esquemas.

AVALIAÇÃO



A avaliação é entendida aqui no seu estado amplo devendo abarcar não só o desempenho do aluno e da turma, mas também a sequência de trabalhos propostos, o andamento do programa e o desempenho do professor na condução das atividades de estudos.

Dessa forma a avaliação se integra ao processo de ensino-aprendizagem tornando-se parte do dia a dia da sala de aula e a vida escolar dos alunos.

A perspectiva é que a avaliação se dê de forma continuada, seguindo uma gradação de dificuldades e exigências, tanto por parte do aluno como do professor. Há, portanto, uma diversificação de meios e métodos de avaliação, tais como: exercícios, resenhas, trabalhos de pesquisa e leitura, debates, seminários, etc. Está prevista ainda a avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AQUINO, e outros. História das sociedades. Vol. 3. Ao livro técnico AS. São Paulo, 1989;
- CARMO, Paulo Sérgio. História e ética do trabalho no Brasil. Editora Moderna. São Paulo, 1988;
- KOSHIBA, Luiz. História, estruturas e processos. Editora Atual. São Paulo, 2000;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Walmir. Sociologia e trabalho. Uma leitura sociológica introdutória. Goiânia: S/Ed., 2002;

BITTENCOURT, Circe. Dicionário de datas da história do Brasil. São Paulo: Contexto, 2007

CARMO, Sônia Irene Silva do; COUTO, Eliane Frossard Bittencourt. **A Formação do capitalismo e a colonização da América.** São Paulo: Atual, 1997. 135 p. (História: Passado Presente, 2). ISBN 85-7056-863-0.

FARIA, Ricardo de Moura, MARQUES, Adhemar Martins e BERUTTI, Flávio Costa

LIMA, Michelle Fernandes; Zanlorenzi, Claudia Maria Petchak; Pinheiro, Luciana Ribeiro. **A Função do Currículo no Contexto Escolar.** [S.l.]: InterSaberes. 228 p. ISBN 9788582121313. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582121313>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi... [et al]. O historiador e suas Fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi... [et al]. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

THEO SANTIAGO. **DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICA.** [S.l.]: Contexto. 162 p. ISBN 9788572441186. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572441186>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RAMOS, Fábio Pestana. **Por Mares Nunca Dantes Navegados: a aventura dos descobrimentos.** [S.l.]: Contexto. 228 p. ISBN 9788572444125. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572444125>>.



Acesso em: 12 dez. 2018

THEO SANTIAGO. **DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICA.** [S.l.]: Contexto. 162 p. ISBN 9788572441186. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572441186>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnica- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA III	
Código:	HIST III
	Nacional
Curso:	Técnico em Agropecuária
Carga horária total:	80
Carga horária de aulas práticas:	2
Número de créditos:	2
Código pré-requisito:	-
Semestre:	3º ANO
Nível:	Educação Básica/Ensino Técnico
EMENTA	
Dispõe ao longo do programa proposto e na sua sequência lógico-temporal, a Unidade entre trabalho e produção. A ênfase recai sobre o eixo: trabalho, tecnologia e ciência, numa abordagem histórica da articulação desses elementos no interior de cada formação social e de cada contexto histórico analisados. Não se tem a pretensão de esgotar cada unidade de estudos apresentada, porém, busca-se desenvolver e aprofundar a capacidade crítica do aluno a partir da análise dos processos históricos do “breve século XX” e do desenrolar do século XXI.	
OBJETIVO(S)	



- 1 – Desempenhar a capacidade de reflexão histórico-crítica;
- 2 – Articular o processo de organização da sociedade humana à dinâmica de desenvolvimento das relações de trabalho;
- 3 – Compreender o significado do trabalho e do conhecimento do processo de reestruturação política da sociedade humana.
- 4- Compreender a função social da guerra na acumulação de capital e legitimação do imperialismo.
- 5- Analisar a dinâmica da luta de classes e as disputas entre os projetos de mundo: socialismo e capitalismo.
6. Compreender o neocolonialismo e os processos de descolonização da África e da Ásia.

PROGRAMA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Unidade I: A crise geral da economia capitalista do pós-guerra e os novos padrões de acumulação de capital
- A informática, a microeletrônica e a robótica: a revolução técnico-científica;
- As normas técnicas de gerenciamento do trabalho e a qualidade total. Toyotismo: modelo japonês de exploração do trabalho.
- Imperialismo
- Primeira Guerra Mundial (1914-1918).
- República Oligárquica. (1889-1930).
- Revolução Russa.
- A Crise de 1929.
- Temas transversais: Assuntos de importância e relevância social, na perspectiva de uma reflexão crítica sobre a sociedade atual, visto ser a história uma disciplina que trata da relação passado/presente.
- Unidade II: Regimes Totalitários e Era Vargas.
- Fascismo.
- Nazismo.
- Era Vargas.
- Temas transversais: Assuntos de importância e relevância social, na perspectiva de uma reflexão crítica sobre a sociedade atual, visto ser a história uma disciplina que trata da relação passado/presente.



- Unidade III: A multipolarização: Novo equilíbrio entre as nações.
- Segunda Guerra Mundial.
- Guerra Fria
- Descolonização da África e da Ásia.
- URSS e Socialismo no Leste Europeu.
- Temas transversais: Assuntos de importância e relevância social, na perspectiva de uma reflexão crítica sobre a sociedade atual, visto ser a história uma disciplina que trata da relação passado/presente.
- Unidade IV: Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) e Redemocratização.
- Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985).
- De Sarney a FHC.
- Governos do PT.
- Golpe Jurídico-Parlamentar de 2016.
- Temas transversais: Assuntos de importância e relevância social, na perspectiva de uma reflexão crítica sobre a sociedade atual, visto ser a história uma disciplina que trata da relação passado/presente.

METODOLOGIA DE ENSINO

O programa de ensino proposto vincula-se à adoção de metodologia de trabalho centrada no aluno com o suporte teórico-metodológico do professor.

As atividades e o método de trabalho para cada unidade buscam aprofundar e complexificar o grau de exigência de participação do aluno, como a própria análise desenvolvida.

A abordagem dos conteúdos propostos seguirá, grosso modo, alguns procedimentos básicos:

- 1 – Leitura e exploração de textos previamente indicados. Essa atividade será desenvolvida individualmente e/ou por equipes;
- 2 – Aulas expositivas na apresentação e/ou conclusão de temas;
- 3 – Apresentação de filmes e documentários;
- 4 – Exploração de mapas, tabelas e esquemas.

AVALIAÇÃO

A avaliação é entendida aqui no seu estado amplo devendo abarcar não só o desempenho do aluno e da turma, mas também a sequência de trabalhos propostos, o andamento do programa e o desempenho do professor na condução das atividades de estudos.



Dessa forma a avaliação se integra ao processo de ensino-aprendizagem tornando-se parte do dia a dia da sala de aula e a vida escolar dos alunos.

A perspectiva é que a avaliação se dê de forma continuada, seguindo uma gradação de dificuldades e exigências, tanto por parte do aluno como do professor. Há, portanto, uma diversificação de meios e métodos de avaliação, tais como: exercícios, resenhas, trabalhos de pesquisa e leitura, debates, seminários, etc. Está prevista ainda a avaliação escrita, previamente divulgada, em pelo menos dois momentos ao longo do ano letivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AQUINO, e outros. História das sociedades. Vol. 3. Ao livro técnico AS. São Paulo, 1989;
- CARMO, Paulo Sérgio. História e ética do trabalho no Brasil. Editora Moderna. São Paulo, 1988;
- KOSHIBA, Luiz. História, estruturas e processos. Editora Atual. São Paulo, 2000;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Walmir. Sociologia e trabalho. Uma leitura sociológica introdutória. Goiânia: S/Ed., 2002;

CARLOS FICO. **HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DA MORTE DE VARGAS AOS DIAS ATUAIS.** [S.l.]: Contexto. 162 p. ISBN 9788572449359. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572449359>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

- FARIA, Ricardo de Moura, MARQUES, Adhemar Martins e BERUTTI, Flávio Costa

MARCOS NAPOLITANO. **1964: HISTÓRIA DO REGIME MILITAR BRASILEIRO.** [S.l.]: Contexto. 370 p. ISBN 9788572448260. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572448260>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi... [et al]. O historiador e suas Fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

BITTENCOURT, Circe. Dicionário de datas da história do Brasil. São Paulo: context, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi... [et al]. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnica- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____



COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA I	
Código: GEO I	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 4	
Número de Créditos: 02	
Código pré-requisitos:	
Ano: 1º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
Reconhecimento da importância da Geografia como ciência; Relação entre elementos da Astronomia e a dinâmica do planeta Terra; Identificação da Cartografia como base dos estudos da Geografia; Identificação dos diferentes elementos e estruturas da geologia e geomorfologia; Análise dos elementos da dinâmica atmosférica e sua relação com os problemas socioambientais atuais; Reconhecimento da importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento das sociedades; Relação entre as estruturas do planeta Terra com a formação dos Biomas; Análise das questões socioambientais.	
OBJETIVO(S)	
Compreender o objeto de estudo da Geografia, analisando de forma crítica a importância do meio físico e humano percebendo a interação entre estes para a transformação e conservação do planeta; Compreender e aplicar os conceitos básicos da geografia, tomando por base a leitura socioespacial do cotidiano; Promover a leitura, análise e interpretação das várias formas de representação do espaço geográfico, levando em consideração a relevância destas nos diferentes usos e apropriação do espaço; Conhecer a hidrosfera, isto é, as diferentes formas de acúmulo de água na superfície terrestre, em aquíferos e lençóis freáticos; Enumerar os conceitos básicos de hidrologia e hidrografia e associá-los com outros aspectos do meio ambiente, tais como: clima, relevo, vegetação e solo, entre outros; Compreender a dinâmica do quadro natural nas dimensões globais, regionais e locais, considerando as suas implicações socioeconômicas e ambientais.	
PROGRAMA	
Introdução a Geografia A Terra no Universo Orientação e Localização O Brasil no Mundo Fusos Horários Cartografia Geologia Geomorfologia Meteorologia e Climatologia Hidrografia Pedologia Biogeografia Questões socioambientais Estudos de temas transversais e atualidades	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas teóricas: aulas expositivas e dialogadas / seminários / discussões / debates / leituras e análises de textos, notícias / apresentações audiovisuais com músicas, filmes, vídeos, reportagens, documentários / estudos dirigidos / pesquisas em livros, jornais, revistas, internet / trabalho em grupos / grupos de estudos. Aulas práticas: visitas técnicas / aulas de campo, laboratório. Participação e realização de projetos integradores com demais disciplinas correlatas.	



AVALIAÇÃO

As avaliações terão caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual, serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, tais como: exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, relatórios, provas escritas, provas dissertativas, participação, dedicação, debates, seminários, fichas de observação, atividades de laboratórios, autoavaliação, entre outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Lúcia Maria Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. Fronteiras da globalização. 2 ed. São Paulo: Ática, 2013.
 TAMDJIAN, James Onnig; MENDES, Ivan Lazzari. Geografia: estudos para compreensão do espaço. 2 ed. São Paulo: FTD, 2013.
 SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. Geografia em redes. 2 ed. São Paulo: FTD, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOREIRA, João Carlos. SENE, Eustaquio de. Geografia geral e do Brasil 5º ed. – São Paulo: Scipione, 2012.
 SILVA, A. C. da; OLIC, N. B. LOZANO, R. Geografia Contextos e Redes. 1ª ed. São Paulo: ed. Moderna, 2013.
 BOLIGIAN, Levon; ALVES BOLIGIAN, Andressa T. Geografia – espaço e vivência. Vol. 3. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 MARTINS, Dadá; BIGOTTO, Francisco; VITIELLO, Márcio. Geografia - Sociedade e cotidiano. 3ª Ed. São Paulo: Escala Educacional, 2013.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnica- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA II

Código: GEO II Curso: Técnico Integrado em Agropecuária

Carga horária total: 80

Carga horária de aulas práticas: 4

Número de Créditos: 02

Código pré-requisitos: GEO I

Ano: 2º

Nível: MÉDIO INTEGRADO

EMENTA

Dinâmica histórica, socioeconômica e política dos processos de industrialização e urbanização no mundo e no Brasil; Identificação dos processos de urbanização e suas modificações socioespaciais no mundo e no Brasil; Compreensão das características da população mundial e brasileira: distribuição, totalidade, movimentos migratórios, dentre outros; Análise dos elementos constituintes do espaço agrário/rural: sistemas agrícolas, revolução verde, produção mundial, dentre outros.

OBJETIVO(S)



Entender a dinâmica histórica, socioeconômica e política dos processos de industrialização e de urbanização no mundo e no Brasil, bem como, as transformações no tempo e no espaço decorrente destes processos; Analisar a dinâmica da população e sua produção cultural, observando todas as implicações (positivas e negativas) das relações humanas no mundo e no Brasil; Conhecer as especificidades do espaço agrário a partir da estrutura fundiária, da modernização da agricultura, bem como, das relações de trabalho, da contradição no uso e apropriação do solo, das tecnologias agrícolas e dos movimentos sociais que perpassam todo o meio rural.

PROGRAMA

Construção do espaço nacional brasileiro
Regionalização do Brasil
Indústrias no Mundo
Indústrias no Brasil
Espaço Urbano no Mundo
Espaço Urbano no Brasil
Espaço Rural no Mundo
Espaço Rural no Brasil
População Mundial
População Brasileira
Estudos de temas transversais e atualidades

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aulas expositivas e dialogadas / seminários / discussões / debates / leituras e análises de textos, notícias / apresentações audiovisuais com músicas, filmes, vídeos, reportagens, documentários / estudos dirigidos / pesquisas em livros, jornais, revistas, internet / trabalho em grupos / grupos de estudos.
Aulas práticas: visitas técnicas / aulas de campo, laboratório.
Participação e realização de projetos integradores com demais disciplinas correlatas.

AVALIAÇÃO

As avaliações terão caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual, serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, tais como: exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, relatórios, provas escritas, provas dissertativas, participação, dedicação, debates, seminários, fichas de observação, atividades de laboratórios, autoavaliação, entre outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Lúcia Maria Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. Fronteiras da globalização. 2 ed. São Paulo: Ática, 2013.
TAMDJIAN, James Onnig; MENDES, Ivan Lazzari. Geografia: estudos para compreensão do espaço. 2 ed. São Paulo: FTD, 2013.
SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. Geografia em redes. 2 ed. São Paulo: FTD, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOREIRA, João Carlos. SENE, Eustaquio de. Geografia geral e do Brasil 5º ed. – São Paulo: Scipione, 2012.
SILVA, A. C. da; OLIC, N. B. LOZANO, R. Geografia Contextos e Redes. 1ª ed. São Paulo: ed. Moderna, 2013.
BOLIGIAN, Levon; ALVES BOLIGIAN, Andressa T. Geografia – espaço e vivência. Vol. 3. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
MARTINS, Dadá; BIGOTTO, Francisco; VITIELLO, Márcio. Geografia - Sociedade e cotidiano. 3ª Ed. São Paulo: Escala Educacional, 2013.

Professor do Componente Curricular

Coordenadoria Técnica- Pedagógica



Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino
----------------------	---------------------

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA III	
Código: GEO III	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 4	
Número de Créditos: 02	
Código pré-requisitos: GEO II	
Ano: 3º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
Estudo do processo mundial de Globalização; Compreensão das relações entre espaço geográfico e sociedade; Importância do desenvolvimento mundial a partir do pós Segunda Guerra Mundial até a conformação atual; Relação entre a economia e a geopolítica global e como isso influenciou os conflitos territoriais associados ao pós-guerra, e da atualidade; A indústria como produtora do espaço e as novas relações geopolíticas comerciais; Compreensão da evolução histórica do capitalismo no mundo e de sua implicação na dinâmica sócio espacial; Caracterização da revolução técnico científico informacional; Estudo específico da geografia do Nordeste e do Ceará; Revisão dos conteúdos de geografia para o Enem.	
OBJETIVO(S)	
Analisar os diversos períodos históricos nos quais se desenvolveu o conceito de globalização, seus aspectos econômicos, culturais e efeitos na ordem mundial; Relacionar a configuração das estruturas políticas, econômicas, sociais e ambientais à projeção do Brasil no cenário internacional; Entender o conceito de geopolítica, a partir da análise das potências mundiais na defesa dos seus interesses e de seus aliados; Analisar o papel das redes sociais e a importância da organização e manifestação social como recursos de enfrentamento e defesa dos interesses e necessidades de uma sociedade; Compreender a geografia do Nordeste e do Ceará; Revisar os conteúdos de geografia para o Enem.	
PROGRAMA	
Globalização Ordem mundial Blocos Econômicos Geopolítica no Mundo Nordeste brasileiro Geografia do Ceará Questões socioambientais Revisão de Geografia Física Geral para o ENEM Revisão de Geografia Física Brasil para o ENEM Revisão de Geografia Humana Geral para o ENEM Revisão de Geografia Humana Brasil para o ENEM Estudos de temas transversais e atualidades	
METODOLOGIA DE ENSINO	



Aulas teóricas: aulas expositivas e dialogadas / seminários / discussões / debates / leituras e análises de textos, notícias / apresentações audiovisuais com músicas, filmes, vídeos, reportagens, documentários / estudos dirigidos / pesquisas em livros, jornais, revistas, internet / trabalho em grupos / grupos de estudos.
 Aulas práticas: visitas técnicas / aulas de campo, laboratório.
 Participação e realização de projetos integradores com demais disciplinas correlatas.

AVALIAÇÃO

As avaliações terão caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual, serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, tais como: exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, relatórios, provas escritas, provas dissertativas, participação, dedicação, debates, seminários, fichas de observação, atividades de laboratórios, autoavaliação, entre outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Lúcia Maria Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. Fronteiras da globalização. 2 ed. São Paulo: Ática, 2013.
 TAMDJIAN, James Onnig; MENDES, Ivan Lazzari. Geografia: estudos para compreensão do espaço. 2 ed. São Paulo: FTD, 2013.
 SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. Geografia em redes. 2 ed. São Paulo: FTD, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOREIRA, João Carlos. SENE, Eustaquio de. Geografia geral e do Brasil 5º ed. – São Paulo: Scipione, 2012.
 SILVA, A. C. da; OLIC, N. B. LOZANO, R. Geografia Contextos e Redes. 1ª ed. São Paulo: ed. Moderna, 2013.
 BOLIGIAN, Levon; ALVES BOLIGIAN, Andressa T. Geografia – espaço e vivência. Vol. 3. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 MARTINS, Dadá; BIGOTTO, Francisco; VITIELLO, Márcio. Geografia - Sociedade e cotidiano. 3ª Ed. São Paulo: Escala Educacional, 2013.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnica- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia I

Código: SOC () Curso: Técnico Integrado em Agropecuária

Carga horária total: 40h

Carga horária de aulas práticas: 1

Número de créditos: 1

Código pré-requisito:

Ano: 1º

Nível: Médio Integrado

EMENTA

Sociedade e conhecimento. A realidade social como objeto de estudo. Cultura, sociedade e as relações cotidianas. Multiculturalismos e as questões étnicas e raciais.

OBJETIVO(S)



- Introduzir ao pensamento sociológico;
- Compreender a produção do conhecimento como características de todas as sociedades humanas;
- Identificar a diversidade da realidade social e os tipos de conhecimento produzidos;
- Apresentar a diversidade cultural da vida social;
- Entender a cultura como fator de distinção das sociedades humanas;
- Compreender a relação entre indivíduo e sociedade como uma questão central para o desenvolvimento da teoria sociológica;
- Compreender a socialização como um processo de integração dos indivíduos à sociedade e aos diferentes grupos sociais;
- Reconhecer o controle social como um mecanismo de exercício de poder;
- Compreender os conceitos de raça, racismo, etnia, etnicidade e suas inter-relações;
- Discutir criticamente os temas do racismo, do preconceito e da discriminação como resultado das relações e práticas sociais estabelecidas socialmente;
- Identificar as desigualdades sociais decorrentes das relações raciais.

PROGRAMA

1. Produção do conhecimento: uma característica fundamental da sociedade
 - 1.1 Diferentes formas de conhecimentos
 - 1.2 Ciência e senso comum: opostos ou complementares?
 - 1.3 A contribuição da Sociologia para a interpretação da sociedade contemporânea
 - 1.4 As Ciências Sociais e suas áreas (Sociologia, Antropologia, Ciência Política)
 - 1.5 Os métodos de análise sociológica da realidade social
2. A Sociologia e a relação entre indivíduos e a sociedade
 - 2.1 A relação entre indivíduos e sociedade: perspectivas clássicas
 - 2.2 A relação entre indivíduos e sociedade: perspectivas contemporâneas
 - 2.3 A vida em sociedade
 - 2.4 Grupos sociais distintos e suas organizações sociais
3. Cultura e ideologia
 - 3.1 Cultura e vida social
 - 3.2 Escolas antropológicas e suas pesquisas sobre culturas e sociedades
 - 3.3 Temas contemporâneos da Antropologia
 - 3.4 Cultura, etnocentrismo, relativismo cultural
 - 3.5 Padrões, normas e cultura
 - 3.6 Ideologia e comportamento social
 - 3.7 Indústria cultural e os meios de comunicação de massa
 - 3.8 Mecanismos de alienação e conscientização
4. Socialização e controle social
 - 4.1 O processo de socialização
 - 4.2 Controle social



<p>4.3 Sociologia e direitos individuais</p> <p>4.4 Educação, poder e transformação social</p> <p>4.5 Cultura popular e a sociedade</p> <p>5. Raça, etnia e multiculturalismo</p> <p>5.1 A formação do Brasil e a escravidão</p> <p>5.2 Preconceito, discriminação e segregação</p> <p>5.3 Os aspectos socioantropológicos de raça, racismo e etnia</p> <p>5.4 Multiculturalismo, interculturalidade e ações afirmativas</p> <p>5.5 Introdução à história da África e os negros no Brasil</p> <p>5.6 Diversidade cultural, preconceito e discriminação na escola</p>	
<p>METODOLOGIA DE ENSINO</p>	
<p>Sessões dinâmicas que intercalem entre aulas expositivas e apresentação de seminários por parte dos alunos. Leitura e análise crítica de textos do livro e de outros materiais que sejam atuais e ajudem a pensar a realidade social vigente. Exibição de vídeos, filmes e documentários, fotografias, charges e cartuns. Uso do quadro e projetor como ferramenta de ensino. Elaboração e desenvolvimento de projetos integradores que ajudem a discutir e apreender temas relacionados a outras disciplinas.</p>	
<p>AVALIAÇÃO</p>	
<p>A avaliação deve ser cumulativa e contínua, aferindo todos os processos que o aluno alcançou. Com essa finalidade, serão utilizados os seguintes instrumentos de avaliação: debates, observação e registro, relatórios, provas, trabalhos em grupo, entrevistas e conversas, auto avaliação, pesquisas orientadas.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	
<p>COHN, Gabriel (org). Weber: sociologia. São Paulo. Ática. 2003</p> <p>GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1959.</p> <p>IANNI, Octávio (org). Karl Marx: sociologia. São Paulo: Ática. 1980</p> <p>QUINTANEIRO, Tania. Um toque de clássico: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte, UFMG. 2002.</p> <p>SIMMEL, George. Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro. Zahar. 2006</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	
<p>FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Vol I. São Paulo. Ed. Globo. 2008</p> <p>IANNI, Octávio (org). Florestan Fernandes: sociologia. São Paulo: Ática. 2008</p> <p>LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004</p> <p>ROCHA, Everardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo. São Paulo. Editora Brasiliense. 1988.</p> <p>SOUSA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.</p> <p>ZALUAR, Alba. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora. 1980.</p>	
<p>Professor do Componente Curricular</p>	<p>Coordenadoria Técnico-Pedagógica</p>



Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino
-----------------------------	----------------------------

Componente Curricular:					
(X) Disciplina da Base Nacional Comum					
Carga horária total: 40					
Carga horária aulas práticas: 1					
Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Marcador para quadrobranco			Notebook	1	Sala de aula
Cartolinas			Data show	1	Sala de aula
Tesouras			Caixas de som	1	Sala de aula
Lápis de cor de madeira					
Lápis de cor de cera					
Lápis de cor hidrocor					

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia II	
Código: SOC	() Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 40h	
Carga horária de aulas práticas: 1	
Número de créditos: 1	
Código pré-requisito:	
Ano: 2º	Nível: Médio Integrado
EMENTA	
Relações de poder e movimentos sociais. A luta por direitos na sociedade contemporânea. O mundo do trabalho e na desigualdade social. A sociedade diante do Estado.	
OBJETIVO(S)	
- Compreender os conceitos de poder, política, Estado e governo; - Identificar as influências das relações entre poder, política e Estado na vida cotidiana; - Identificar a relação entre democracia, cidadania e direitos humanos nas sociedades contemporâneas; - Analisar como as concepções de cidadania são fundamentais para a luta pela institucionalização dos direitos	



humanos;

- Compreender os aspectos sociais e históricos da participação política para a ampliação dos direitos sociais e cidadania;
- Distinguir os elementos que conferem identidade aos movimentos sociais;
- Reconhecer as transformações da estrutura social a partir da influência dos movimentos sociais e lutas sociais no mundo contemporâneo.

PROGRAMA

1. Poder, política e Estado
 - 1.1 Concepções sobre poder, política e Estado
 - 1.2 As relações de poder na sociedade contemporânea
 - 1.3 Formas de dominação
 - 1.4 Regimes políticos
 - 1.5 Manifestações artísticas e o mundo virtual nas relações de poder
 - 1.6 A juventude e o voto
2. Democracia, cidadania e direitos humanos
 - 2.1 Teoria democrática moderna
 - 2.2 Teoria democrática contemporânea
 - 2.3 Cidadania e direitos humanos
 - 2.4 Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil
 - 2.5 Cidadania formal e cidadania real no Brasil: pra quem são os direitos?
 - 2.6 Capital social e participação ativa
3. Movimentos Sociais
 - 3.1 Movimentos sociais como fenômeno histórico
 - 3.2 Características estruturais dos movimentos sociais
 - 3.3 Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais
 - 3.4 As manifestações sociais no Brasil: legislações, direitos
 - 3.5 Arte, redes sociais e novas movimentos sociais
4. Trabalho e sociedade
 - 4.1 A questão do trabalho em Marx, Weber e Durkheim
 - 4.2 Força de trabalho e alienação
 - 4.3 Novas modalidades de trabalho
 - 4.4 Sistemas flexíveis de produção
 - 4.5 A terceirização e os trabalhadores no Brasil
 - 4.6 Regulamentação do trabalho e leis trabalhistas
5. Estratificação e desigualdades sociais
 - 5.1 A divisão da sociedade em Durkheim
 - 5.2 Estratificação social em Weber: classe, estamento e partido



- 5.3 Classes sociais em Marx: contradição e dialética
- 5.4 A interpretação da pobreza e o cenário de mudanças e permanências socioeconômicas no Brasil
- 5.5 Desigualdade, pobreza e políticas públicas
- 5.6 PEC das domésticas, mudanças na CLT e os direitos trabalhistas

METODOLOGIA DE ENSINO

Sessões dinâmicas que intercalem entre aulas expositivas e apresentação de seminários por parte dos alunos. Leitura e análise crítica de textos do livro e de outros materiais que sejam atuais e ajudem a pensar a realidade social vigente. Exibição de vídeos, filmes e documentários, fotografias, charges e cartuns. Uso do quadro e projetor como ferramenta de ensino. Elaboração e desenvolvimento de projetos integradores que ajudem a discutir e apreender temas relacionados a outras disciplinas.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser cumulativa e contínua, aferindo todos os processos que o aluno alcançou. Com essa finalidade, serão utilizados os seguintes instrumentos de avaliação: debates, observação e registro, relatórios, provas, trabalhos em grupo, entrevistas e conversas, auto avaliação, pesquisas orientadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HARVEY, David. Et. Al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo. Boitempo. 2012
 FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: **nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes. 1987
 ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense. 1994.
 PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 SOUZA, Jessé. Subcidadania brasileira: pra entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro. Leya. 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAMATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil? A questão da identidade. In: O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro, Rocco. 1986.
 ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1994.
 KUCINSKI, Bernardo, et. Al. Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação. Boitempoeditora. 2015
 RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1995
 SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro. Leya. 2017.
 SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular:

(X) Disciplina da Base Nacional Comum



PROGRAMA

1. Sociologia do desenvolvimento
 - 1.1 Capitalismo: crises e desenvolvimento
 - 1.2 Abordagens e perspectivas do desenvolvimento
 - 1.3 Desenvolvimento na era da globalização
2. Globalização e integração regional
 - 2.1 Globalização: uma análise sociológica
 - 2.2 As modificações do mundo: um panorama sobre tensões sociais
 - 2.3 Integração regional
 - 2.4 Educação e desenvolvimento social
3. Sociedade e espaços urbanos
 - 3.1 Ordem X conflito: duas perspectivas sobre as cidades
 - 3.2 Conflitos urbanos: violência e privatizações do espaço público
 - 3.3 Moradia: direito ou mercadoria?
 - 3.4 Intervenções urbanas
4. Gênero, sexualidade e identidades
 - 4.1 Sexo e gênero: entre a construção e a desconstrução
 - 4.2 O patriarcado e seus efeitos na sociedade contemporânea
 - 4.3 A divisão sexual do trabalho: a mulher entre o público e o privado
 - 4.4 Interseccionalidade: gênero, classe, raça e geração
 - 4.5 Identidades de gênero: mudanças e instabilidades nos discursos sociais e identitários
 - 4.6 Movimentos sociais identitários
 - 4.7 Violência e minorias sociais
5. Sociedade e meio ambiente
 - 5.1 Contexto histórico e a problemática ambiental: uma análise sociológica
 - 5.2 Sustentabilidade e agroecologia
 - 5.3 Modernização, transformação social e justiça ambiental
 - 5.4 Ocupações urbanas e o direito à terra

METODOLOGIA DE ENSINO

Sessões dinâmicas que intercalem entre aulas expositivas e apresentação de seminários por parte dos alunos. Leitura e análise crítica de textos do livro e de outros materiais que sejam atuais e ajudem a pensar a realidade social vigente. Exibição de vídeos, filmes e documentários, fotografias, charges e cartuns. Uso do quadro e projetor como ferramenta de ensino. Elaboração e desenvolvimento de projetos integradores que ajudem a discutir e apreender temas relacionados a outras disciplinas.

AVALIAÇÃO



A avaliação deve ser cumulativa e contínua, aferindo todos os processos que o aluno alcançou. Com essa finalidade, serão utilizados os seguintes instrumentos de avaliação: debates, observação e registro, relatórios, provas, trabalhos em grupo, entrevistas e conversas, auto avaliação, pesquisas orientadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADICHIE, Chimamanda N. Sejam todos feministas. São Paulo. Cia das letras. 2016
 BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
 HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.
 MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
 GOMES, Nilma Lino e MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo, Global. 2016.
 RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo. Companhia das letras. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.
 GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, ZAHAR, 1975.
 FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Bahia. EditoraEdufba. 2008
 LABETE, Beatriz C. et al (orgs). **Drogas e cultura: novas perspectivas.** Salvador. EDUFBA.
 SAID, Edward. **O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007
 DAMATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro, Rocco. 1986.
 VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar. 2008.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular:

(X) Disciplina da Base Nacional Comum

Carga horária total: 40

Carga horária aulas práticas: 1

Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Marcador para quadro branco			Notebook	1	Sala de aula
Cartolinas			Caixas de som	1	Sala de aula
Tesouras			Data show	1	Sala de aula
Lápis de cor de madeira					
Lápis de cor de cera					



Lápis de cor hidrocor					
-----------------------	--	--	--	--	--

PUDs - Disciplinas Base diversificada

COMPONENTE CURRICULAR: INTRODUÇÃO À AGROPECUÁRIA	
Código: IA	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 40	
Carga horária de aulas práticas: 08	
Número de Créditos: 01	
Código pré-requisitos:	
Ano: 1º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
<p>A economia brasileira no início do século XVI até hoje. O agronegócio no Brasil, no Ceará e na Região dos Inhamuns. A história da agropecuária. A agropecuária e o meio ambiente. Introdução ao estudo da Zootecnia. Origem da relação homem-animal, processo de domesticação e domesticidade. Sustentabilidade nos sistemas de produção animal e vegetal. Perfil e importância do técnico em agropecuária para o Brasil. Mercado de trabalho para profissionais da área. Segurança do trabalho: conceito e normas de segurança; segurança no campo. Noções gerais de legislação agrária e ambiental.</p>	
OBJETIVO (S)	
<ul style="list-style-type: none">● Desenvolver o interesse pelo tema, apresentando o histórico da atividade agropecuária e sua importância mundial. Estimular o raciocínio, o hábito de leitura e de estudo do assunto. Proporcionar aos discentes conhecimentos práticos e teóricos dos principais assuntos a serem passados futuramente no curso.● Capacitar e habilitar o discente a discorrer sobre a origem do homem e dos animais domésticos, passando pelo processo de domesticação e domesticidade, de modo a promover a atual utilização racional dos animais domésticos com fins econômicos, assegurando conhecimento da ciência Zootecnia.● Estimular o pensamento crítico sobre a importância da sustentabilidade nos sistemas de produção animal e vegetal.	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none">1. Histórico da economia brasileira no início do século XVI até hoje.<ul style="list-style-type: none">● Histórico da Atividade Agropecuária e Ciclos Econômicos do Brasil2. O agronegócio no Brasil, no Ceará e na Região do Sertão dos Inhamuns.<ul style="list-style-type: none">● Importância, tendências e principais produtos.3. A história da agropecuária.<ul style="list-style-type: none">● A agropecuária e o meio ambiente.● Conceitos em Agronegócio – cadeias produtivas	



- Características da Produção Agropecuária.

4. Introdução ao estudo da Zootecnia

- Conceito da ciência Zootecnia
- Histórico da Zootecnia no mundo e no Brasil

5. Domesticação dos animais

- Evolução da relação homem-animal
- Conceito de domesticação e domesticidade
- Processo de domesticação
- Principais animais domésticos de interesse zootécnico

6. Sustentabilidade

- Conceito de sustentabilidade.
- Técnicas de manejo visando à sustentabilidade nos sistemas de produção animal.
- Técnicas de manejo visando à sustentabilidade nos sistemas de produção vegetal.

7. Perfil e importância do profissional e mercado de trabalho do Técnico em Agropecuária.

8. Segurança do trabalho

- Conceito e normas de segurança; segurança no campo.

9. Noções gerais de legislação agrária e ambiental

- O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- A livre iniciativa do trabalho e a defesa do meio ambiente;
- O Código Florestal e os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos: as áreas de preservação permanente (APPs) e a reserva legal (RL);
- O cadastro ambiental rural (CAR).
- O estatuto da terra: módulo rural e módulo fiscal; a pequena, a média e a grande propriedade rural e a possibilidade de desapropriação.
- Tributação da terra: imposto territorial rural;
- Estatuto do trabalhador rural: principais normas aplicáveis na propriedade referentes à Lei do Trabalho Rural (Lei nº 5.889/73 e alterações)

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, leitura e discussão de textos, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Aulas práticas: visitas técnicas a unidades produtoras.

Realização de projetos interdisciplinares.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, relatórios, provas e seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. **Segurança do trabalho & gestão ambiental** . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 378 p.

CALLADO, Antônio André Cunha (Org.). **Agronegócio**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 203 p.

COELHO, Clementino. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável**. Coordenação de Marcos Fava Neves. São Paulo: Atlas, 2011. 166 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA; ZOCCAL, Rosângela. **Competitividade da cadeia produtiva do leite no Ceará**: produção primária. 2. ed. Juiz de Fora, MG: Embrapa Gado de Leite, 2008. 384 p.

PEIXOTO, Aristeu Mendes. **Glossário de termos zootécnicos**. Piracicaba, SP: FEALQ, 2009. 255 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRAZIANO NETO, Francisco. **Almanaque do Campo**. São Paulo: Panda Books, 2010. 255 p.

PENTEADO, Sílvio Roberto. **Agricultura orgânica**. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 226 p.

ROMERO, José Peres. **Dicionário agrícola ceres**: agronomia século XXI. São Paulo: Agronômica Ceres, 2006. 1176 p.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009. 519 p.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 984 p.

www.periodicos.capes.gov.br

www.sbz.org.br

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: Informática básica

Código: IB

Curso: Técnico Integrado em Agropecuária

Carga horária total: 40h

Carga horária de aulas práticas: 20

Número de créditos: 1

Código pré-requisito:



Ano: 1º	Nível: Médio Integrado
EMENTA	
Introdução à Informática e a Sistemas Operacionais; Uso de processadores de texto; Uso de planilhas eletrônicas; Elaboração de apresentações de Slides; Sistemas de Informação aplicado ao Agronegócio; Internet e aplicações.	
OBJETIVO(S)	
Capacitar o aluno a utilizar as principais ferramentas da Informática na agropecuária, proporcionando um melhor desempenho de suas atribuições como um profissional adequado ao atual competitivo mercado de trabalho	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none">1. Utilização da informática na agropecuária;2. Sistemas Operacionais;3. Uso de processadores de texto;4. Elaboração de planilhas eletrônicas;5. Elaboração de gráficos;6. Elaboração de slides para apresentações;7. Sistemas de Informação aplicado a agropecuária; Internet e aplicações.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
A disciplina será ministrada de forma presencial, com aulas teóricas expositivas, aulas práticas em laboratório, desenvolvimento de textos, planilhas, apresentações e pesquisas bibliográficas. Serão usados recursos como: quadro branco, computador, projetor multimídia, filmes e complementado com exercícios programados.	
AVALIAÇÃO	
Avaliação será de caráter contínuo baseado no desempenho diário em sala de aula, tomando como referência o conteúdo das aulas ministradas. Também serão realizadas avaliações práticas das atividades desenvolvidas em laboratório. Aplicação formal através de testes, provas e trabalhos, seminário.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BIANCI, L. BIZZOTTO, C. E. N. Informática básica: passo a passo. Blumenau: Acadêmica, 2000. RAMALHO, J.A. Introdução á informática: teoria e prática. São Paulo: Berkeley Brasil, 2000. MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ACALDE, E.; GARCIA, M. ; PENUELEAS, S. Informática básica. São Paulo: Makron Books, 1996. LAUDON, K.; LAUDON, J. Sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999. LIMA, V. Manual prático para PCs. 6. ed. São Paulo: Erica, 1999. MANZANO, M.I.N.G.; MANZANO, A.L. Estudo dirigido de informática básica. 6. ed. São Paulo: Erica, 1998. NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Makron Books, 1997.	



Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: EMPREENDEDORISMO	
Código: EE	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 40	
Carga horária de aulas práticas:	
Número de Créditos: 01	
Código pré-requisitos:	
Ano: 1º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
Introdução ao “Mundo dos Negócios”. Conceitos de empreendedorismo; Tipos de empreendedorismo e atitude empreendedora; Ideias versus oportunidades; Economia criativa versus economia tradicional; Futuro do perfil empreendedor: Competências e habilidades.	
OBJETIVO (S)	
Propiciar ao discente noções das competências e habilidades empreendedoras. Apresentando os conceitos e tipos de empreendedorismo e atitudes empreendedoras; diferenciar ideias/opportunidade e economia tradicional/criativa. Compreender o perfil do empreendedor no futuro.	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none">1. Introdução ao “Mundo dos Negócios” (noções de economia e mercado).2. Conceitos de empreendedorismo;3. Tipos de empreendedorismo e atitude empreendedora;4. Ideias versus oportunidades;5. Economia criativa versus economia tradicional;6. Futuro do perfil empreendedor: Competências e habilidades.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas teóricas expositivo-dialogadas e aulas práticas em laboratório/campo, aplicação de exercícios práticos e teóricos com avaliações por meio de provas escritas e trabalhos.	
AVALIAÇÃO	
Será desenvolvida nas seguintes formas: <ul style="list-style-type: none">• Diagnóstica – levantamento dos conhecimentos prévio dos alunos.• Continuada – análise de todo o processo de ensino-aprendizagem observando a participação individual e em grupo, o envolvimento nas atividades, o desenvolvimento dos conteúdos e o nível de percepção apresentado, isto é,	



o olhar não apressado que consegue descobrir detalhes, estabelecer comparações e conexões com o dia-a-dia, a condição humana, enfim, a própria vida.

- Escrita - questionário individual para verificação dos conhecimentos construídos durante a aula.

Os recursos avaliativos serão baseados no § 1º alínea de I a XV do Art. 94 do Regulamento da Organização Didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri: Manole, 2012. 334 p. ISBN 9788520432778. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520432778>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

DEGEN, Ronald Jean. **O Empreendedor**: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 440 p. ISBN 9788576052050. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=empreendedor&searchpage=1&filtro=todos&from=autor%2F692%2Fdegen%2C%252520Ronald%252520Jean&page=0§ion=0#/edicao/801>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 141 p. ISBN 9788521627920.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. [S.l.]: Pearson. 224 p. ISBN 9788576050889. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050889>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de empreendedorismo e gestão**: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2012. 314 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788522433384.

Morais, Roberto Souza de. **O profissional do futuro**: uma visão empreendedora. Barueri, SP: Minha Editora, 2013. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=empreendedorismo&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=0§ion=0#/edicao/39465>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

SLATER, Robert. **A imagem e o homem**: descubra a verdade sobre Donald Trump. São Paulo: Financial times Prentice Hall, 2006. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=empreendedorismo&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=0§ion=0#/edicao/347>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

SILVA, Lacy de Oliveira; GITAHY, Yuri. **Disciplina de empreendedorismo e inovação**: manual do estudante. Brasília: Sebrae, 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5yztz8zSeF7ZUFRVZzlKSUdNUWpZZnpfR2Q5R1FueTNodIRF/view?usp=sharing>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino



COMPONENTE CURRICULAR: Responsabilidade Social e Meio Ambiente - RSMA	
Código:	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 40 h	
Carga horária de aulas práticas: 8 h	
Número de créditos: 01	
Código pré-requisito:	
Ano: 2°	Nível: Médio integrado
EMENTA	
<p>Roteiro histórico e atual dos aspectos socioambientais a nível mundial, nacional e regional. Conceitos de responsabilidade social e ambiental. Reflexão sobre responsabilidade socioambiental no Brasil e no mundo. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Responsabilidade ambiental e gestão ambiental de políticas públicas e privadas. Ética e responsabilidade social. Impactos socioambientais do desenvolvimento tecnológico para atender os padrões de consumo e produção.</p>	
OBJETIVO(S)	
<p>Desenvolver a visão crítica sobre responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Proporcionar conhecimentos atualizados sobre os marcos históricos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade. Discutir o papel da sociedade e seus impactos no meio ambiente. Apresentar projetos inovadores baseados nas responsabilidades econômica, social e ambiental.</p>	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none">1. Principais marcos e evolução da questão ambiental no Brasil e no mundo;2. Relação homem e meio ambiente;3. Conceitos de meio ambiente e sustentabilidade;4. Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável;5. Responsabilidade socioambiental como ferramenta de gestão de ambiental;6. Responsabilidade social e seus impactos na sociedade contemporânea;7. Marketing verde e responsabilidade social;8. Bioenergias e os impactos socioambientais;9. Análises de aspectos regionais sobre sociedade e meio ambiente (prática);10. Políticas públicas e indicadores de responsabilidade social.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>Aulas expositivas e dialogadas; trabalhos de pesquisa (individuais e em grupo); leitura e análise de textos didáticos, jornalísticos, científicos, etc; exibição de filmes e/ou documentários; produção de textos; debates dirigidos em sala acerca do conteúdo estudado; problematização da temática a partir de aulas práticas e teóricas. Os recursos avaliativos serão baseados no Regulamento da Organização Didática -ROD.</p>	
AVALIAÇÃO	
<p>A avaliação deve ser constante e contínua, aferindo todos os progressos que o aluno alcançou, como: mudança de atitudes, envolvimento e crescimento no processo ensino aprendizagem, avanço na capacidade de expressão oral ou na habilidade de manipular materiais pedagógicos descobrindo suas características e</p>	



propriedades. Para isso, sugere-se vários instrumentos de avaliação: observação e registro, entrevistas e conversas informais, autoavaliação, relatórios, testes e trabalhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.
KARKOTKI, Gilson. Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora nas organizações. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
TACHIZAWA, Takeshy. Gestão Ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADISSI, P. J.; PINHEIRO, F. A.; CARDOSO, R. S. Gestão Ambiental de Unidades Produtivas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 1-17.
CHAUVEL, M.A.; COHEN, M. Ética, Sustentabilidade e Sociedade: Desafios da nossa Era; Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
DEMO, P. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo, Cortez, 1998.
NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A.D.C; MELLO, M.C. Gestão Socioambiental Estratégica; Porto Alegre: Bookman, 2014.
SANTOS, B. de S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo; Cortez, 1999.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA ESPANHOLA

Código: LE **Curso: Técnico Integrado em Agropecuária**

Carga horária total: 40h/a

Carga horária de aulas práticas: -

Número de créditos: 01

Código pré-requisito: -

Ano: 3º **Nível: Médio integrado**

EMENTA

Estudo da língua espanhola sendo abordado com foco no desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas (fala, audição, escrita e leitura) possibilitando ao aprendiz um contato mais intenso e eficaz com os aspectos linguístico-gramaticais e a cultura dos países falantes desse idioma.

OBJETIVO(S)

- Conhecer algumas estruturas sintáticas elementares da língua espanhola;
- Desenvolver as quatro habilidades comunicativas em contextos de interação que se assemelhem à realidade,



engajando os aprendizes em práticas sociais discursivas diversas;
- Aproximar-se das diversas culturas em que o espanhol seja língua oficial.

PROGRAMA



PRESENTACIÓN

Presentarse en clase.
Alfabeto.
Deletrear.
Recursos para clase.
El Español en el mundo.

SALUDOS

Presentar y saludar.
Género de los adjetivos de nacionalidad.
Profesiones.
Género de las profesiones.
Pronombres sujeto.
Verbos ser y tener.
Verbos regulares en Presente.
Numerales 0 al 20.
Entonación interrogativa.
Pronombres interrogativos.
Saludos: Formal e informal (tú o usted).

FAMILIAS

Describir a la familia.
Plural de los nombres.
Artículos determinados e indeterminados.
Preposiciones de lugar: debajo/ encima/ al lado/ delante/ detrás/ entre/ en.
Adjetivos posesivos.
Demostrativos.
Decir la hora.
Horarios del mundo.
Numerles del 21 al 5.000.
Acentuación.

EL TRABAJO

Hablar de hábitos.
Verbos reflexivos.
Verbos irregulares.: empezar, volver, ir, venir.
Preposiciones de tiempo.
Los días de la semana.
Hablar de horarios de trabajo.
Lugares de trabajo.

LA CASA

Nombres de distintas partes de una casa.
Describir una casa.
Muebles y cosas de casa.
Ordinales

COMER

Pedir comida en un restaurante.
Platos de la cocina española.
Comer fuera.
Vocabulario de tiempo libre.
Verbo *gustar*.
Escribir un anuncio.

METODOLOGIA DE ENSINO



- Aulas expositivas, práticas e interativas;
- Práticas de conversação;
- Atividades de compreensão auditiva e leitora;
- Produção oral e escrita;
- Resolução de exercícios variados;
- Atividades lúdicas;
- Músicas e vídeos;
- Apresentação de situações cotidianas.
- Festival de cultura hispânica.

AVALIAÇÃO

Avaliação contínua e realizada por meio de variados instrumentos, tais como:

- Atividades individuais, em dupla e em grupo;
- Seminários;
- Frequência e participação;
- Avaliação oral e auditiva;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VIÚDEZ, Francisca Castro; BALLESTEROS, Pilar díaz; DÍEZ, Ignacio Roder; FRANCO, Carmen Sardinero. *Español en marcha – Curso de español como lengua extranjera - Nivel básico A1+A2*. Editorial Sociedad General Española de Librería, S. A. - Madrid, 2005.

FANJÚL, Adrián (org.) *Gramática y Práctica de Español para brasileños*. Editora Moderna. São Paulo, 2005.

MARTIN, Ivan. *Síntesis: curso de lengua española: Libro 1* / Ivan Martin. São Paulo: Ática, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OSMAN, Soraia; ELIAS, Neide; REIS, Priscila; IZQUIERDO, Sonia; VALVERDE, Jenny. *Enlaces: español para jóvenes brasileños*. 3ª edição. Cotia, SP: Macmillan, 2013.

SEÑAS: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños – 2ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 2001

Sites:

www.profedelee.es

www.wordreference.com

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico-Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

Componente Curricular: LÍNGUA ESPANHOLA

() Disciplina da Base Nacional Comum



Carga horária total: 40h/a					
Carga horária aulas práticas:					
Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
FOTOCÓPIAS			CAIXA DE SOM	01	SALA DE AULA

PUDs - Disciplinas Técnicas

1º ano

COMPONENTE CURRICULAR: OLERICULTURA	
Código: OL	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 30	
Número de créditos: 02	
Código pré-requisito:	
Ano: 1º	Nível: Médio integrado
EMENTA	
Conceitos e histórico, importância econômica, social e nutricional das hortaliças; classificação das hortaliças; características e tipos de produção de hortas no Brasil; aspectos gerais da propagação e adubação das hortaliças; aspectos ambientais e gerais do cultivo a campo, cultivo protegido e cultivo orgânico e, produção das principais hortaliças folhosas, flores, frutos, raízes, tubérculos e bulbos; plantas medicinais.	
OBJETIVO(S)	
Apresentar os aspectos gerais da produção das principais hortaliças folhosas, flores, frutos, raízes, tubérculos e bulbos, fornecendo a base necessária para conduzir uma horta comercial ou assessorar um produtor.	
PROGRAMA	
1. Conceitos, histórico e importância das hortaliças: 1.1 Definições e conceitos Histórico no Brasil;	



- 1.2 Dados de produção no mundo e no Brasil;
- 1.3 Distribuição mundial e brasileira da cultura Importância nutricional e social.
2. Classificação, características e tipos de produção de hortaliças:
 - 2.1 Classificação baseada nas partes utilizadas na alimentação;
 - 2.2 Principais famílias e espécies cultivadas comercialmente;
 - 2.3 Características da Olericultura Tipos de exploração olerícola.
3. Propagação de hortaliças:
 - 3.1 Propagaçãosexuada;
 - 3.2 Produção de mudas;
 - 3.3 Propagaçãoassexuada.
4. Adubaçãomhortaliças
 - 4.1 Correção do solo;
 - 4.2 Função dos nutrientes em Olericultura;
 - 4.3 Adubação mineral;
 - 4.4 Adubaçãooorgânica.
5. Fatoresclimáticos:
 - 5.1 Temperatura;
 - 5.2 Fotoperíodo;
 - 5.3 Umidade;
 - 5.4 Controclimático.
6. CultivoProtegido:
 - 6.1 Aspectos gerais da produção em cultivo protegido;
 - 6.2 Mulching e túneis Casa de vegetação;
 - 6.3 Hidroponia.
7. Produção das principaishortaliças:
 - 7.1 Hortaliçasfolhosas;
 - 7.2 Hortaliçasflores;
 - 7.3 Hortaliçasfrutos;
 - 7.4 Hortaliçasraízes;
 - 7.5 Hortaliçastubérculos e bulbos.
8. Planejamento de umahorta;
9. Produçãooorgânica de hortaliças:
 - 9.1. Aspectosgerais do cultivo;
 - 9.2 Legislação e certificação.
10. Plantas de interesse ornamental no Brasil e no Ceará
 - 10.1 Origem, botânica e exigências climáticas
11. Fatores envolvidos na produção de plantas ornamentais (substratos, embalagens, irrigação)
12. Técnicas e plantio, transplante, sementeira e dormência
 - 12.1 Poda e condução de plantas ornamentais



13. Princípios da arborização urbana

14. Fatores determinantes na elaboração de projetos de jardins, praças e parques

METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será ministrada de forma presencial, com aulas teóricas expositivas, aulas práticas em campo e visitas técnicas a produtores da região.

AVALIAÇÃO

A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Os recursos avaliativos serão baseados no § 1º alínea de I a XV do Art. 94 do Regulamento da Organização Didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORNE, H.R. **Produção de mudas de hortaliças**. Guaíba: Agropecuária, 1999. 189p.

DEMATTÊ, M. E. S. P. **Princípios de paisagismo**. 3.ed. São Paulo: FUNEP; 2006.

FILGUEIRA, F.A.R. **Manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. UFV, Viçosa. 2003. 2.ed. 393p.

FONTES, P C R. **Olericultura: teoria e prática**. UFV, Viçosa. 2005. 1.ed. 486p.

LIRA FILHO, J. A.; PAIVA, H.N.; GONÇALVES, W. **Paisagismo, elaboração de projetos de jardins**. Ed. Aprenda Fácil, 2012, 259p.

LORENZI, H.; SOUZA, H.M. de. **Plantas Ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. 4.ed. Nova Odessa-SP: Ed. Plantarum, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo Manual de olericultura: Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. Viçosa MG: UFV, 2008. 421 p

CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. **Pós-colheita de frutos e hortaliças: fisiologia e manuseio**. Lavras: ESAL/FAEPE, 1990. 293 p.

MARTINEZ, H. E. **Manual prático de hidroponia**. 3. Ed. Aprenda fácil, 2012.

Professor do Componente Curricular

Coordenadoria Técnico-Pedagógica

Coordenador do Curso

Diretoria de Ensino

Componente Curricular: OLERICULTURA

Código: OL

(X) Disciplina Específica (profissional)



() Disciplina da Base Nacional Comum

Carga horária total: 80
Carga horária aulas práticas: 30

Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Enxada	un	20	Pulverizador 5 L	5	Área de produção vegetal IFCE
Carrinho de mão	un	5	Pulverizador 10 L	5	Área de produção vegetal IFCE
Ancinho	un	20	Matracaplantadeira	5	Área de produção vegetal IFCE
Pá	un	10	Temporizador digital	1	Irrigação da área de produção vegetal do IFCE
Lupa de campo 30x	un	20	Termohigrômetro	1	Monitoramento da temperatura e humidade relativa da estufa e área de produção vegetal
Sementes de hortaliças	pct	30	Condutivímetro portátil	1	Hidroponia IFCE
Fibra de coco	kg	30	Termômetro	1	Hidroponia IFCE
Espuma fenólica	bandeja	5	pHmetro	1	Hidroponia IFCE
Mangueira de irrigação 1/ pol	metro	100			
Fitagatejadora	metro	200			
Micro aspersor	Un	50			
Caixa de colheita	un	5			
Telasombrite	metro	50			
Lona para mulching	metro	100			
Bandeja para mudas polietileno 128 células	Un	10			

COMPONENTE CURRICULAR: FORRAGICULTURA, ALIMENTOS E ALIMENTAÇÃO ANIMAL

Código: FA **Curso: Técnico Integrado em Agropecuária**

Carga horária total: 80

Carga horária de aulas práticas: 16

Número de Créditos: 02

**Código pré-requisitos:****Ano: 1º****Nível: MÉDIO INTEGRADO****EMENTA**

Conceitos aplicados à Nutrição Animal. Classificação e composição dos alimentos. Introdução aos métodos de análise de alimentos. Estudo dos alimentos volumosos e concentrados energéticos e proteicos. Fontes suplementares de vitaminas e minerais. Utilização de fontes nitrogenadas não proteicas na alimentação animal. Principais alimentos convencionais e alternativos utilizados na alimentação animal. Aditivos alimentares. Principais equipamentos e funcionamento de fábricas de rações. Princípios de processamento, do preparo e da conservação de alimentos. Princípios de formulação de rações. Importância, definições e classificação de forragem, forrageira e pastagem. Principais espécies forrageiras de interesse zootécnico. Planejamento, recuperação implantação e manejo de pastagens e capineiras. Consorciação de forrageiras. Conservação de forragens: ensilagem e fenação. Integração lavoura- pecuária-floresta. Forrageiras nativas e manejo da Caatinga.

OBJETIVO (S)

- Capacitar e habilitar o discente a discorrer sobre os tipos e classificação de alimentos utilizados na alimentação animal;
- Capacitar o discente a identificar os principais alimentos e os alimentos alternativos utilizados na alimentação animal;
- Transmitir conhecimentos básicos sobre princípios de formulação de rações;
- Compreender a importância das forrageiras na conservação e recuperação de solos degradados;
- Verificar a importância da conservação e uso de forrageiras na produtividade e manejo das pastagens e dos animais;
- Conhecer os principais métodos de formação e/ou recuperação de pastagens;
- Aplicar as principais forrageiras nativas e compreender a importância do correto manejo da Caatinga.

PROGRAMA

1. Conceitos atualizados de nutrição e alimentação animal
2. Alimentos
 - Classificação dos alimentos para animais
 - Composição nutricional dos alimentos
 - Estudo dos alimentos volumosos e concentrados energéticos e proteicos
 - Fontes suplementares de vitaminas e minerais
 - Uso da uréia na alimentação animal
 - Principais alimentos convencionais e alternativos utilizados na alimentação animal
 - Aditivos alimentares
3. Introdução aos métodos de análise de alimentos.
 - Análises bromatológicas - métodos de Weende e de Van Soest
 - Digestibilidade dos alimentos – métodos *in vivo*, *in vitro*, *in situ* e produção de gases
 - Outras metodologias
4. Fábrica de ração



- Equipamentos e funcionamento
5. Manipulação de alimentos
 - Princípios de processamento, do preparo e da conservação de alimentos.
 - Princípios de formulação de rações.
 6. Importância da forragicultura e terminologias.
 7. Cultivares de forragens de interesse zootécnico.
 8. Plantas forrageiras
 - Gramíneas
 - Leguminosas
 - Cactáceas
 - Classificação das espécies forrageiras
 - Duração do ciclo
 - Época de crescimento
 - Hábito de crescimento
 - Família
 9. Formação de pastagens e capineira
 - Importância; escolha das forrageiras e do local da área da capineira; área de capineira necessária; tipo, manejo e custo de formação.
 10. Pastagens degradadas
 - Sinais e causas da degradação do solo, uso do fogo em pastagens (objetivos, efeitos e práticas para substituir o fogo), estratégias e métodos de recuperação ou renovação de pastagens, aproveitamentos de campos naturais e pastagem como fator de recuperação do solo degradado.
 11. Consorciação de pastagens
 - Importância, cuidados no consórcio.
 12. Manejo de pastagens - sistemas de pastejo.
 13. Integração lavoura-pecuária-floresta.
 14. Produção e uso de silagem
 - definições, importância, processo de fermentação, fatores que afetam a qualidade da silagem e intensidade de perdas, característica X qualidade de silagem, plantas forrageiras para ensilagem.
 15. Produção e uso de feno
 - definições, importância, preparo de feno, fatores que afetam a secagem e qualidade do feno, tipos de perdas, teores de umidade X qualidade do feno.
 16. Principais forrageiras nativas.
 - Manejo da Caatinga: raleamento, rebaixamento e enriquecimento.



Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, leitura e discussão de textos, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Aulas práticas: visitas técnicas a unidades produtoras e fábrica de rações; laboratório de análise de alimentos; confecção de feno e de silagem.

Realização de projetos interdisciplinares.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, relatórios, provas e seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTO, Humberto Pena. **Fabricação de rações e suplementos para animais**: gerenciamento e tecnologias. 2. ed Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012. 289 p.

DIAS-FILHO, Moacyr B. **Degradação de pastagens: processos, causas e estratégias de recuperação**. 4.ed.rev., atual.e ampl. Belém, PA: Ed. do Autor, 2011. 215 p.

NUNIZ, Evandro Neves (Editor). **Alternativas alimentares para ruminantes II**. Aracaju: Embrapa, 2008. 267 p. Inclui Bibliografia.

VILELA, Hebert. **Pastagem: seleção de plantas forrageiras, implantação e adubação**. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 339 p. Inclui referência.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COTTA, Tadeu. **Minerais e vitaminas para bovinos, ovinos e caprinos**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001. 130 p.

FONSECA, Dilermando Miranda da; MARTUSCELLO, Janaina Azevedo (Editor). **Plantas forrageiras**. Viçosa, MG: UFV, 2013. 537 p.

KLUTHCOUSKI, João; STONE, Luís Fernando; AIDAR, Homero (Editor). **Integração lavoura-pecuária**. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2003. 570 p.

LIMA, Bráulio Gomes de. **Caatinga: espécies lenhosas e herbáceas**. Mossoró, RN: Ed Ufersa, 2011. 315 p.

MELADO, Jurandir. **Manejo de pastagem ecológica: um conceito para o terceiro milênio**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. 224 p.

ROSTAGNO, H.S.; ALBINO, L.F.T; DONZELE, J.L. et al. **Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais**. 3 ed. Viçosa: UFV, 2011. 252p.

SILVA, D.J.; QUEIROZ, A.C. **Análise de Alimentos: métodos químicos e biológicos**. 3.ed., Viçosa: UFV, 2002. 235p.

VALADARES FILHO, Sebastião Campos; MACHADO, Polyana Albino Silva; et.al. **Tabelas Brasileiras de Composição de Alimentos para Ruminantes**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2015. 473p.

VALVERDE, Claudio Cid. **250 maneiras de preparar rações balanceadas para caprinos**. Viçosa, MG:



Aprenda Fácil, 1999. 110 p.

SITES PARA PESQUISA:

www.abz.org.br

www.embrapa.br

www.periodicos.capes.gov.br

www.sbz.org.br

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: SOLOS	
Código: S	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 20	
Número de créditos: 02	
Código pré-requisito:	
Ano: 1º	Nível: Médio integrado
EMENTA	
Parte I -Morfologia do solo. Características morfológicas do solo. Fatores e processos de formação do solo. Perfil e horizontes do solo. Atributos físicos do solo. Química do solo: constituição do solo, adsorção de cátions e ânions, interação entre nutrientes e solo, conceitos de fertilidade, experimentação com plantas, avaliação da fertilidade do solo, acidez e calagem, estudos dos ânions e cátions no solo e na planta, outros elementos químicos, correção de deficiências, economia de uso de fertilizantes e corretivos. Parte II - Adubos e adubações: classificação de adubos e corretivos, adubação e adubos minerais contendo macro e micronutrientes, calagem, uso de adubos orgânicos, amostragem e análise de solo, interpretação da análise de solo e determinação da necessidade de adubação. Aspectos econômicos da adubação.	
OBJETIVO(S)	



- Aprender noções básicas referentes aos atributos físicos do solo.
- Conhecer elementos minerais no solo e suas interações com as plantas.
- Conhecer e interpretar análise química dos solos para fins de cálculo e recomendação do uso de adubos e corretivos no solo

PROGRAMA

Unidade 1: Processos e fatores de formação do solo
Unidade 2: Atributos físicos do solo –cor, textura, estrutura, porosidade, densidade e estrutura
Unidade 3: Princípios químicos aplicados a ciência do solo;
Unidade 4: Composição e estrutura dos solos;
Unidade 5: Trocas de íons no solo;
Unidade 6: Adsorção e precipitação;
Unidade 7: Salinidade e sodicidade;
Unidade 8: Conceitos e leis da fertilidade do solo;
Unidade 9: Critérios de essencialidade;
Unidade 10: Reação do solo: origem, correção, corretivos e influência no desenvolvimento das plantas;
Unidade 11: Relação entre pH e disponibilidade de nutrientes.
Unidade 12: Matéria orgânica, decomposição, efeitos no solo e adubação;
Unidade 13: Nitrogênio no solo, nas plantas e adubação nitrogenada;
Unidade 14: Fósforo no solo, na planta e adubação fosfatada;
Unidade 15: Potássio no solo, nas plantas e adubação potássica;
Unidade 16: Cálcio, magnésio e enxofre no solo, na planta e adubação utilizando estes elementos;
Unidade 17: Micronutrientes no solo, nas plantas e adubação;
Unidade 18: Interpretações de análises do solo para fins de fertilidade. Cálculo e formulação de adubos e adubações.
Unidade 19. Fertilizantes minerais; reação do solo, conceito e classificação;
Unidade 20. Adubos minerais;
Unidade 21. Adubos orgânicos;
Unidade 22. Adubos mistos ou formulados;
Unidade 23. Fertirrigação;
Unidade 24. Determinação da necessidade de adubação;
Unidade 25. Aspecto econômicos da adubação.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e/ou estudo dirigido.
- Apresentação de seminários sobre os principais temas da disciplina para aprofundamento dos temas estudados nas aulas expositivas e/ou estudos dirigidos.
- Aulas práticas de campo e de laboratório.
- Visitas técnicas a áreas de cultivo comercial.

AValiação

- Verificações individuais (provas);
- Apresentação de seminários;
- Relatórios técnicos de aulas práticas e de visitas técnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



MALAVOLTA, E. Manual de Nutrição Mineral de Plantas. 1. Ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 2006. 638 p

MALAVOLTA, E.; ALCARDE, J.C.; GOMES, F.P. Adubos e adubações. São Paulo: Nobel, 2015.

MALAVOLTA, Eurípedes. Manual de calagem e adubação das principais culturas. São Paulo, SP: Agronômica Ceres, 1987. 496 p.

NOVAIS, R. F. Fertilidade do solo. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do solo, 2007. 1017p.

VAN RAIJ, B. Fertilidade do Solo e Adubação. São Paulo; Piracicaba: Ceres, 1991. 343 p.

VITTI, G. C.; Luz, P.H.C. Utilização agronômica de corretivos agrícolas. Fealq. 120p. 2004.

PENTEADO, S. R. Adubação na agricultura ecológica: cálculo e recomendação numa abordagem simplificada. Editora: Via Orgânica. 2008. 154p.

PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais - 18a ed. São Paulo: Nobel 2006. 549p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MALAVOLTA, E. ABC da Adubação, 5º ed, Editora Agronômica Ceres. São Paulo 1989. 292 p
VIEIRA, L. S. Manual de Ciência do Solo: uma ênfase aos solos tropicais. 2a Ed. Ceres, 1988

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular: CIÊNCIAS DO SOLO

Código: CS

Disciplina Específica (profissional)

Disciplina da Base Nacional Comum

Carga horária total: 80

Carga horária aulas práticas: 20

Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Enxada	un	20	Phmetro digital	2	Medição do pH do solo e soluções do solo
Carrinho de mão	un	5	Trado tipo rosca	5	Amostragens de solo
Ancinho	un	20	Medidor de umidade do solo	3	Monitoramento da umidade do solo



Pá	un	10			
----	----	----	--	--	--

COMPONENTE CURRICULAR: APICULTURA E MELIPONICULTURA	
Código: AM	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 20	
Número de Créditos: 02	
Código pré-requisitos:	
Ano: 1º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
<p>Introdução ao estudo da apicultura e meliponicultura. Importância sócio-econômica da produção de abelhas. Biologia e evolução das abelhas. Melhoramento genético de abelhas. Aspectos de segurança no manejo com abelhas. Equipamentos e indumentárias utilizadas na apicultura. Localização e instalação do apiário. Manejo de colméias e apiários (fixos e migratórios). Produtos da colméia. Polinização de culturas de interesse zootécnico. Cuidados, higiene e profilaxia apícola. Escrituração zootécnica. Análise da organização e cadeia produtiva da apicultura brasileira.</p>	
OBJETIVO (S)	
<ul style="list-style-type: none"> ● Esclarecer aos acadêmicos da importância socioeconômica da criação de abelhas. ● Fornecer conhecimentos básicos para que o aprendiz possa desenvolver a atividade. ● Estimular o interesse da criação para a sustentabilidade familiar. ● Esclarecer aos acadêmicos formas de produção e comercialização 	
PROGRAMA	
<p>1 – Introdução à apicultura e meliponicultura.</p> <p>2 – Panorama e importância da produção de abelhas no Brasil e no mundo.</p> <p>3 – Biologia da abelha</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Biologia de Meliponídeos ● Biologia do Gênero Apis ● Anatomofisiologia da abelha <p>4 – Melhoramento genético de abelhas</p> <p>5 – Indumentária apícola: macacão, botas, luvas e máscara</p> <p>6 – Materiais, acessórios, complementos das colméias e diversos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fumegador, formão, escova, alimentador, tela excludora e transportadora, redutor de alvado, tipos de alimentador <p>7 – A Colméia Langstroth: construção, material, acabamento e partes da colméia</p> <p>8 – Localização e instalação de apiários fixos e migratórios</p> <p>9 – Colméias</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Organização 	



- A colônia de abelhas
- Ciclo evolutivo das castas

10 – Sistemas de comunicação, defesa e proteção das abelhas: sons, cheiros e gestos

11 – Orientação das abelhas

12 – Fatores que aumentam a agressividade das abelhas

13 – Manejo de colméias e apiários fixos e migratórios.

- Visita de inspeção; alimentação artificial; produção e substituição de rainhas; multiplicação de enxames por divisão simples e união de enxames

14 – Captura e controle de enxameação

15 – Os produtos das abelhas: mel, pólen, própolis, cera e geléia real

16 – Colheita, extração e armazenamento do mel

17 – Instalações para extração e processamento do mel

18 – Pasto apícola

- Potencial da flora apícola
- Classificação das plantas apícolas
- Polinização de culturas

19 – Cuidados, higiene e profilaxia apícola

- Predadores e pragas das abelhas
- Sanidade apícola
- Diagnóstico sanitário
- Doenças das abelhas

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, leitura e discussão de textos, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Aulas práticas: visitas técnicas a apiários, montagem e manuseio de equipamentos.

Realização de projetos interdisciplinares.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, relatórios, participação em aulas práticas, provas e seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



COSTA, Paulo Sérgio Cavalcanti; OLIVEIRA, Juliana Silva. **Manual prático de criação de abelhas**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012. 424 p. (Série Ouro).

CRIAÇÃO de abelhas. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 113 p.

XIMENES, Luciano J.F; COSTA, Larissa Sales de Aquino; NASCIMENTO, Jorgiana Leila S. do (Org.). **Manejo racional de abelhas africanizadas e de meliponíneos no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, 2011. 385 p. (BNB Ciência e Tecnologia ; 6).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KLAN, Ahmad Saeed. **Perfil da apicultura no nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, 2014. 245 p. (Documentos do ETENE, 33).

WOLFF, Luís Fernando. **Como alimentar enxames**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 51 p.

WOLFF, Luís Fernando. **Como capturar enxames com caixas-isca**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 41 p. (ABC da Agricultura Familiar, 23).

WOLFF, Luís Fernando. **Como capturar enxames em voo**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 35 p.

WOLFF, Luís Fernando. **Como instalar colmeias**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2010. 59 p. (ABC da Agricultura Familiar, 25).

www.periodicos.capes.gov.br

www.sbz.org.br

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: ADMINISTRAÇÃO RURAL	
Código:	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 16	
Número de Créditos: 02	
Código pré-requisitos:	



Ano: 1º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
Conceitos e características da Administração Rural. Introdução à Teoria Geral da Administração. Tipos de empresas rurais. Funções administrativas e áreas funcionais da empresa rural. Capitais, custo de produção e aspectos econômicos da Administração Rural. Contabilidade da empresa rural. Fatores que afetam os resultados da empresa rural. Gestão da qualidade, cadeia produtiva, comercialização e marketing da empresa rural. Empreendedorismo: valor agregado na produção rural. Diagnóstico e fatores críticos de sucesso da empresa rural. Estratégias e planejamento da empresa rural. Ferramentas de planejamento: SWOT, SMART, 5W2H e CANVAS. Gerenciamento de projetos da empresa rural. Arranjos produtivos locais (APL).	
OBJETIVO (S)	
Propiciar ao discente o desenvolvimento de competências e habilidades na administração da empresa rural. Apresentando os conceitos e características: da Administração Rural; da Teoria Geral da Administração e tipos de empresas rurais; dos aspectos econômicos da Administração Rural; da contabilidade e dos fatores que afetam os resultados da empresa rural; do processo produtivo e comercial da empresa rural; do empreendedorismo, valor agregado e diagnóstico da empresa rural; das estratégias, planejamento e gerenciamento de projetos da empresa rural.	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none">1. Conceitos e características da Administração Rural.2. Introdução à Teoria Geral da Administração.3. Tipos de empresas rurais.4. Funções administrativas e áreas funcionais da empresa rural.5. Capitais, custo de produção e aspectos econômicos da Administração Rural.6. Contabilidade da empresa rural.7. Fatores que afetam os resultados da empresa rural.8. Gestão da qualidade, cadeia produtiva, comercialização e marketing da empresa rural.9. Empreendedorismo: valor agregado na produção rural.10. Diagnóstico e fatores críticos de sucesso da empresa rural.11. Estratégias e planejamento da empresa rural.12. Ferramentas de planejamento: SWOT, SMART, 5W2H e CANVAS.13. Gerenciamento de projetos da empresa rural.14. Arranjos produtivos locais (APL).	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, construção e análise de projetos rurais, resolução de exercícios propostos; Aula Prática: Trabalhos de campo, Disciplinas associadas: Empreendedorismo, Fruticultura, Agroindústria, Olericultura Realização de projetos integradores com as disciplinas associadas e/ou com disciplinas do núcleo básico.	
AVALIAÇÃO	
Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, participação, relatórios, provas e seminários.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócios . 3. ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2010. 162 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788522460267. ARRUDA, Leila Lucia; SANTOS, Celso José. Contabilidade Rural . 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2017. 236 p. Disponível em: < https://bv4.digitalpages.com.br/?term=contabilidade%2520rural&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/edicao/129837 >. Acesso em 7 nov. 2018.	



BARBOSA, Fabiano Alvim; SOUZA, Rafahel Carvalho. **Administração de fazendas de bovinos: leite e corte.** 2.ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2007. 354 p. Inclui Bibliografia. ISBN 9788576012351.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração para Não Administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos - 2ª edição.** [S.l.]: Manole. 340 p. ISBN 9788520430705. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520430705>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego.** 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 155 p. (Coleção FGV Prática). ISBN 8522503036.

Engenharia de produção aplicada ao agronegócio. João Gilberto Mendes dos Reis e Pedro Luiz de Oliveira Costa Neto (organizadores) - São Paulo: Bulcher, 2018. 312 p. ISBN 9788521212638. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=AGRONEG%25C3%2593CIOS%3A%2520gest%25C3%25A3o%2520e%2520inova%25C3%25A7%25C3%25A3o&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=1§ion=0#/edicao/164086>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital.** 7.ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2012. 480 p.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Introdução à administração: edição compacta.** São Paulo: Atlas, 2009. 173 p. ISBN 9788522454990.

SILVA, Roni Antonio Garcia da. **ADMINISTRAÇÃO rural: teoria e prática.** 3.ed. rev. e atual Curitiba: Juruá, 2013. 230 p. ISBN 9788536241173.

VALE, Sônia Maria Leite Ribeiro do; RIBON, Miguel. **Manual de escrituração da empresa rural.** 2. ed. Viçosa, MG: UFV, 2011. 96 p. Inclui bibliografia. ISBN 8572690603.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGRONEGÓCIOS: gestão e inovação. Coordenação de Luís Fernando Soares Zuin, Timóteo Ramos Queiroz. São Paulo: Saraiva, 2006. 436 p. ISBN 9788502058071.

CALLADO, Antônio André Cunha (Org.). **Agronegócio.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 203 p. Inclui Bibliografia. ISBN 9788522461554.

CAMPOS, Leticia Mirella Fischer. **Administração estratégica: planejamento, ferramentas e implantação.** Curitiba: InterSaberes, 2016. 270 p. ISBN 9788559720730. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559720730>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** 4. ed. Barueri: Manole, 2012. 334 p. ISBN 9788520432778. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520432778>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso.** 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 141 p. ISBN 9788521627920.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 274 p. Inclui Bibliografia. ISBN 9788522462872.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e gestão de novos negócios - 2ª edição.** [S.l.]: Pearson. 258 p. ISBN 9788576058762. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576058762>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ORGANIZADORAS ELSIMAR BARROS E FERNANDA CESAR BONAFINI. **Ferramentas da Qualidade.** [S.l.]: Pearson. 186 p. ISBN 9788543009940. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543009940>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ROSANE REGINA PILGER. **Administração e meio ambiente.** [S.l.]: InterSaberes. 160 p. ISBN 9788582124314. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582124314>>.



Acesso em: 9 nov. 2018.

REIS, Luis Filipe Sousa Dias. **Agronegócios: qualidade na gestão**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

TEJON, José Luiz; Xavier, Coriolano. **Marketing e Agronegócio: a nova gestão: diálogo com a sociedade**. [S.l.]: Pearson. 338 p. ISBN 9788576051848. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051848>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

Professores elaboradores do Componente Curricular Data elaboração: 9 nov. 2018. José Aureliano Arruda Ximenes de Lima Weberte Alan Sombra	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: CONTROLE DE QUALIDADE	
Código: CQ	Curso: Técnico integrado em agropecuária
Carga horária total: 40	
Carga horária de aulas práticas: 05	
Número de créditos: 01	
Código pré-requisito:	
Ano:1ºano	Nível: Médio Integrado
EMENTA	
Controle de qualidade na agroindústria, Introdução e História da Microbiologia, Crescimento microbiano, Procedimentos Geral de Higienização, Controle de qualidade na agroindústria e Programas de controle de qualidade na agroindústria.	
OBJETIVO(S)	
<ul style="list-style-type: none">● Conhecer os objetivos e a importância da microbiologia, bem como a classificação e as características dos microrganismos;● Compreender a importância da Higiene na agroindústria e conhecer os princípios básicos de higienização;● Identificar os fatores que colocam em risco a segurança alimentar;● Conhecer os programas de controle de qualidade na agroindústria..	
PROGRAMA	
1. Controle de qualidade na agroindústria	
Definição de qualidade e perfil do consumidor atual, Funções básicas do controle de qualidade, Importância da prevenção para evitar contaminação;	



2. Introdução e História da Microbiologia

Importância da Microbiologia

Classificação geral dos microrganismos

3. Crescimento microbiano

Fatores que interferem no crescimento microbiano (oxigênio, temperatura, pH, potencial de oxidorredução, atividade de água, umidade relativa)

Curva de crescimento.

4. Higienização

Fundamentos de higiene

Limpeza

Sanitização na agroindústria.

5. Procedimento Geral de Higienização

Tipos de métodos de limpeza (manual, imersão, por pressão, CIP- Circuito fechado e limpeza a seco)

Métodos de desinfecção/sanitização (calor, químico e radiação)

6. Programas de controle de qualidade na agroindústria:

Importância da aplicação dos programas de qualidade

BPF, POP, 5S, APPCC.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Aula Prática: Visitas técnicas a unidades produtoras de alimentos.

Materiais: Quadro branco, computador e data show.

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará de forma continuada:

- Avaliação imediata realizada em sala de aula: os alunos serão avaliados a partir de sua participação durante a aula e por meio da aplicação de questionários (avaliações parciais e bimestrais).
- Avaliação *a posteriori*: os alunos serão avaliados em decorrência da execução das atividades realizadas extra sala, tais como: análise crítica de artigo e realização da lista de exercício de verificação da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCO, M. B. D. G.; LANDGRAF, M.; Microbiologia dos alimentos. 1. ed. Editora Atheneu. São Paulo. 2008. 182p.

Andrade, N. J. 1952-Higiene na indústria de alimentos: avaliação e controle da adesão e formação de biofilmes bacterianos, São Paulo: Varela, 2008, 412p.

BERTOLINO, M. T. Gerenciamento da Qualidade na Indústria Alimentícia. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, S. M. R. Controle de qualidade em sistema de alimentação coletiva I. São Paulo: Varela, 2002.

SILVA JÚNIOR, E. A. Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Serviços de Alimentação. 6. ed. São Paulo: Varela, 2005.



BRASIL, Ministério da saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Resolução RDC nº 326 de 30 de julho de 1997. Regulamento técnico sobre as **condições higiênico-sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação** para estabelecimentos produtores / industrializadores de alimentos.

BRASIL, Ministério da saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Resolução RDC nº 368 de 04 de setembro de 1997. Regulamento Técnico sobre as **condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação** para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos.

BRASIL, Ministério da saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Resolução RDC nº 275 de 21 de outubro de 2002. Regulamento Técnico de **Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's)** aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a **Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação** em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

2º ANO

COMPONENTE CURRICULAR: MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	
Código: MA	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 20	
Número de Créditos: 02	
Código pré-requisitos:	
Ano: 2º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
Aspectos gerais sobre fontes de potência: força humana de trabalho, tração animal e motores. Segurança na condução e na operação de máquinas e implementos agrícolas. Tratores agrícolas, constituição, manutenção, operação e ensaios. Máquinas e implementos agrícolas: função, constituição e regulagens. Planejamento, seleção e desempenho operacional da mecanização agrícola. Sistemas de preparo do solo, plantio, tratamentos culturais, aplicação de defensivos agrícolas e colheita. Estudo econômico de conjuntos motomecanizados.	
OBJETIVO (S)	



- Capacitar e habilitar o discente a discorrer sobre os princípios básicos de funcionamento de motores de combustão interna e dimensionamento dos tratores agrícolas;
- Desenvolver estudos inerentes ao planejamento, orientação, monitoramento e uso de máquinas, implementos agrícolas obedecendo às normas de segurança,
- Utilização adequada dos equipamentos e máquinas agrícolas, visando sua otimização e viabilidade da obtenção de boas produtividades agropecuárias, com a racionalização dos custos e a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

PROGRAMA

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS FONTES DE POTÊNCIA E MÁQUINAS AGRÍCOLAS.

- Generalidades. Fontes de energia na terra. Métodos de conversão de energia. Fontes de potência para agricultura. Sistemas mecanizados. Máquina, ferramenta e implemento. Estudos das máquinas agrícolas. Pesquisa em máquinas e implementos agrícolas.

2. TRAÇÃO ANIMAL

- Aspectos gerais sobre tração animal e suas perspectivas. Animais para tração. Implementos para tração animal. Análise dos custos da mecanização agrícola com tração animal

3. DESCRIÇÃO DOS TRATORES AGRÍCOLAS.

- Histórico sobre tratores agrícolas. Perspectivas da mecanização agrícola. Classificação dos tratores agrícolas.
- Mecanismos de transmissão de potência: Sistema de rodados (4x2 e 4x4), pneus, ajuste de bitolas, acoplamento de implementos (sistema hidráulico e barra de tração). Manutenção preventiva e manutenção corretiva.

4. SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE ACIDENTES COM MÁQUINAS AGRÍCOLAS

- Dispositivos de Segurança em Máquinas Agrícolas;
- Procedimentos de Segurança na Condução e Operação de Máquinas Agrícolas.

5. OPERAÇÕES COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

- Aração convencional;
- Gradagem convencional;
- Semeadura e adubação;
- Tecnologia de Aplicação de defensivos Agrícolas.
- Distribuidora de Corretivos
- Subsolação e Escarificação

6. SISTEMA DE PLANTIO DIRETO

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, aplicação de exercícios práticos e teóricos;

Aula Prática: Trabalhos de campo, avaliações de sistemas mecanizados

Disciplinas associadas: Ciências do solo, Olericultura, Irrigação e Drenagem, Culturas Anuais, Fruticultura.

Realização de projetos integradores com as disciplinas associadas e/ou com disciplinas do núcleo básico.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, participação, relatórios, provas e seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



- MOLIN, José Paulo; AMARAL, Lucas Rios do; COLAÇO, André Freitas. **Agricultura de Precisão** . 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. 236 p. Disponível em: <<http://bv.u.ifce.edu.br/login.php>>. Acesso em: 31 out. 2018.
- MONTEIRO, Leonardo de Almeida; ALBIERO, Daniel. **Segurança na operação com máquinas agrícolas** . Fortaleza: Imprensa Universitária, 2013. 124 p. Disponível em: <http://www.lima.ufc.br/arquivos_pdf/20160107210036.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.
- MONTEIRO, Leonardo de Almeida; SILVA, Paulo Roberto Arbex. **Operação com tratores Agrícolas** . Botucatu: Ed.dos Autores, 2009. 76 p. Disponível em: <http://www.lima.ufc.br/arquivos_pdf/20140108105817.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.
- SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Os cuidados com o trator**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001. v. 1 . 309 p. (Série mecanização ; 1).
- SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Máquinas para plantio e condução das culturas**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001. v. 3 . 334 p. (Série mecanização ; 3).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BALASTREIRE, L. A. Máquinas Agrícolas. São Paulo: Manole, 307p
- MOLINA JÚNIOR, W.F.; RIPOLI, M.L.C. Manual prático do agricultor: máquinas agrícolas. 1 ed. Piracicaba: ESALQ/USP, 2005. v.1.
- MIALHE, LUIS GERALDO, 1936. **Máquinas motoras na agricultura. Volume I: Maquinaria agrícola**. São Paulo: Ed: da Universidade de São Paulo, 1980.
- MIALHE, LUIS GERALDO, 1936. **Máquinas motoras na agricultura. Volume II: Implementos agrícolas**. São Paulo: Ed: da Universidade de São Paulo, 1980.
- MIALHE, LUIS GERALDO, 1936. **Máquinas motoras na agricultura. Volume III: Tratores**. São Paulo: Ed: da Universidade de São Paulo, 1980.
- PRADO, R. M. Manejo mecanizado de atividades para a implantação de culturas. Jaboticabal: Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola, 2002. 99p

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS E DOENÇAS

Código: MIP **Curso:** Técnico Integrado em Agropecuária

Carga horária total: 80

Carga horária de aulas práticas: 30

Número de créditos: 2

Código pré-requisito:

Ano: 2º ano

Nível: Médio integrado



EMENTA

Debater a evolução do conceito de Manejo Integrado de Pragas e Doenças (MIP), sua importância, história, trajetória, situação e perspectivas no Brasil. Estudar as bases e técnicas fundamentais para a construção e adoção dos programas de MIP. Estudar a morfologia e fisiologia dos insetos. Caracterizar e discutir a adoção de medidas preventivas ao surgimento das pragas e os métodos de manejo de insetos de interesse agrícola, com características para serem utilizados no MIP. Avaliar a situação e desenvolver a adoção do MIP nas culturas de interesse comercial da região do sertão dos Inhamuns.

OBJETIVO(S)

Ministrar conhecimento teórico e prático a respeito do Manejo Integrado de Pragas de culturas cultivadas no Nordeste. Orientar e discutir as bases e procedimentos de controle para desenvolver e adotar o manejo integrado de pragas-MIP nos cultivos agrícolas.

PROGRAMA

- 1 –Histórico e importância do MIP-Conceitos e evolução do MIP
- 2 –Manejo ecológico do solo e bases para adoção do MIP
 - 2.2 –Estrutura morfológica e funcional dos insetos
 - 2.3 –Fisiologia dos insetos
 - 2.4 –Comportamento de insetos aplicado ao MIP
 - 2.5 –Ecologia dos insetos aplicada ao MIP
 - 2.6 - Armadilhas para coleta de insetos
 - 2.7 – Montagem de insetos
 - 2.8 –Amostragem e monitoramento de pragas
 - 2.9 –Níveis populacionais de insetos e tomada de decisão
- 3 –Métodos de controle aplicados ao MIP
 - 3.1 –Controle biológico de insetos
 - 3.2 –Controle cultural de insetos
 - 3.3 –Controle mecânico e físico de insetos
 - 3.4 –Resistência de plantas a insetos
 - 3.5 –Inseticidas vegetais no controle de insetos
 - 3.6 –Controle químico de insetos
 - 3.7 –Controle de insetos por comportamento
- 4 -MIP nos cultivos agrícolas
 - 4.1 -MIP nas culturas anuais
 - 4.2 -MIP nas hortaliças
 - 4.3 -MIP nas frutíferas
 - 4.4 -MIP nos cultivos florestais

METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será ministrada de forma presencial, com aulas teóricas expositivas, aulas práticas em campo aberto e visitas técnicas.

AVALIAÇÃO

A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Os recursos avaliativos serão baseados no § 1º alínea de I a XV do Art. 94 do Regulamento da Organização Didática.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, S.B. (Ed.) Controle microbiano de insetos. Piracicaba: FEALQ. 1998. 1163p.

CROCOMO, B.W. Manejo integrado de pragas. São Paulo: CETESB, 1990. 358p.

DONADIO, L.C., GRAVENA, S. Manejo integrado de pragas. Campinas: Fundação Cargill. 1994. 309p.

GALLO, D., NAKANO. O., SILVEIRA NETO, S., et a.l. Entomologia Agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002. 920p.

GASSEN, D.N. Manejo de pragas associadas à cultura do milho. Passo Fundo: Aldeia Norte, 1996. 127p.

PARRA, J.R.P., BOTELHO, P.S.M., CORRÊA-FERREIRA, B. BENTO, J.M.S. (Ed.) Controle biológico no Brasil - parasitóides e predadores. São Paulo: Malone, 2002. 609p.

ZAMBOLIM, L., PICANÇO, M. C., SILVA, A. A., FERREIRA, L. R., FERREIRA, F. A., JESUS JÚNIOR, W. C. 2008. Produtos Fitossanitários: Fungicidas, Inseticidas, Acaricidas e Herbicidas. Editora UFV. 652p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Zuchi, R. A. et al. Guia de identificação de pragas agrícolas. Piracicaba, FEALQ.1993. 139p.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular: MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS

Código: MIP

(X) Disciplina Específica (profissional)

() Disciplina da Base Nacional Comum

Carga horária total: 80

Carga horária aulas práticas: 30

Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Enxada	un	20	Pulverizador L	5	Área de produção vegetal IFCE
Carrinho de mão	un	5	Pulverizador L	5	Área de produção vegetal IFCE
Ancinho	un	20	Matracaplantadeira	5	Área de produção vegetal IFCE
Pá	un	10			



Lupa de campo 30x	un	20			
-------------------	----	----	--	--	--

COMPONENTE CURRICULAR: PRODUÇÃO DE RUMINANTES	
Código: PR	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 120	
Carga horária de aulas práticas: 24	
Número de Créditos: 03	
Código pré-requisitos:	
Ano: 2º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
<p>Trato digestório e aproveitamento dos nutrientes em animais ruminantes. Produção de ovinos, caprinos, bovinos de leite e bovinos de corte – importância no mundo e no Brasil; caracterização das principais raças de bovinos, ovinos e caprinos; manejo geral, nutricional, sanitário e reprodutivo das principais espécies de ruminantes de interesse zootécnico. Fatores favoráveis e limitantes à exploração de ovinos, caprinos e bovinos no Brasil e no mundo. Instalações e sistemas de produção mais utilizados na produção de ruminantes. Manejo de ordenha. Tipificação de carcaça e fatores que afetam a qualidade da carne. Bubalinocultura: principais raças; caracterização de produtos e sistemas de produção. Planejamento de rebanhos ruminantes – evolução do rebanho. Impacto ambiental da produção de ruminantes.</p>	
OBJETIVO (S)	
<ul style="list-style-type: none">● Estimular o senso crítico do aluno quando aos sistemas de produção de ruminantes;● Caracterizar as principais raças de espécies ruminantes de interesse zootécnico identificando as suas peculiaridades;● Capacitar o discente na busca de soluções através da organização de informações para serem aplicadas em relação aos distintos sistemas de criação de ruminantes;● Permitir o entendimento dos processos produtivos de carne, leite e pele.	
PROGRAMA	



1. Anatomia e fisiologia do trato digestório

- Desenvolvimento dos pré-estômagos
- Digestão e absorção dos nutrientes em ruminantes

2. Produção de ovinos e caprinos

- Importância no mundo, no Brasil e no semiárido brasileiro
- Caracterização das principais raças de ovinos e caprinos
- Sistemas de produção e instalações na produção de pequeno ruminantes
- Manejo geral, nutricional, sanitário e reprodutivo
- Fatores favoráveis e limitantes à exploração de ovinos e caprinos

3. Bovinocultura de leite

- Importância no mundo, no Brasil e no semiárido brasileiro
- Caracterização das principais raças de bovinos leiteiros
- Melhoramento genético – raças e cruzamentos
- Sistemas de produção e instalações na bovinocultura leiteira
- Manejo geral, nutricional, sanitário e reprodutivo
- Manejo e higiene de ordenha

3. Bovinocultura decorte

- Importância no mundo, no Brasil e no semi-árido brasileiro
- Caracterização das principais raças de bovinos de corte
- Melhoramento genético – raças e cruzamentos
- Sistemas de produção e instalações na bovinocultura de corte
- Manejo geral, nutricional, sanitário e reprodutivo

4. Ordenha

- Manejo de ordenha
- Higiene de ordenha x qualidade do leite x rendimento na indústria

5. Carne

- Tipificação de carcaças



- Transformação do músculo em carne
- Fatores *ante e post mortem* que afetam a qualidade da carne

6. Bubalinocultura

- Principais raças de búfalos
- Caracterização do leite e carne de búfalos
- Manejo geral de búfalos

7. Planejamento dos rebanhos

- Evolução de rebanho

8. Impacto ambiental da produção de ruminantes

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, leitura e discussão de textos, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Visitas técnicas: a unidades produtoras; ao abatedouro e ao laticínio da região.

Disciplinas associadas: mecanização agrícola, agroindústria e extensão rural.

Realização de projetos integradores com as disciplinas associadas e/ou com disciplinas do núcleo básico.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, participação, relatórios, provas e seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIRES, Alexandre Vaz. **Bovinocultura de corte**. Piracicaba, SP: FEALQ, 2010. v. 1. 760p.

PIRES, Alexandre Vaz. **Bovinocultura de corte**. Piracicaba, SP: FEALQ, 2010. v. 2. 1510p.

RIBEIRO, Silvio Doria de Almeida. **Caprinocultura: criação racional de caprinos**. São Paulo: Nobel, 1997. 318p.

SELAIVE-VILLARROEL, Arturo Bernardo; OSORIO, José Carlos da Silveira (Org). **Produção de ovinos no Brasil**. São Paulo: Roca, 2014. 634p.

SILVA, José Carlos Peixoto Modesto da; VELOSO, Cristina Mattos; MARCONDES, Marcos Inácio. **Manejo de novilhas leiteiras**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 167 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



AGUIAR, Adilson de Paula Almeida. **Pecuária de leite**: custos de produção e análise econômica. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2010.

BERCHIELLI, Telma Teresinha; PIRES, Alexandre Vaz; OLIVEIRA, Simone Gisele de. (Eds). **Nutrição de Ruminantes**. 2. ed. Jaboticabal, SP: Funep. 2011.616 p.

CAVALCANTE, Antonio César Rocha (Edição Técnica) et al. **Doenças parasitárias de caprinos e ovinos**: epidemiologia e controle. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 603 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA; SOARES, Paulo Guimarães. **Orientações técnicas para produção de leite de cabra em sistema orgânico**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010. 96 p.

LEA, Chapaval. **Manual do produtor de cabras leiteiras**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2006. 214 p.

MANUAL de criação de caprinos e ovinos. Brasília: Codevasf, 2011. 142 p.

PEREIRA, José Carlos. **Vacas leiteiras**: aspectos práticos da alimentação. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. 198 p. Inclui bibliografia.

SILVA, José Carlos Peixoto Modesto da; VELOSO, Cristina Mattos. **Raças de gado leiteiro**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 149 p. (Coleção gado leiteiro).

SITES PARA PESQUISA:

www.abz.org.br www.baldebranco.com.br

www.beefpoint.com.br

www.milkpoint.com.br www.embrapa.br

www.periodicos.capes.gov.br

www.sbz.org.br

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: Agroindústria	
Código: AI	Curso: Técnico integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 10	
Número de créditos: 02	
Código pré-requisito:	
Ano: 2º Ano	Nível: Médio Integrado
EMENTA	



Matérias- primasalimentares, alimentos e nutrientes, técnicas de conservação, aspectos gerais da tecnologia da carne, tecnologia de abate, processamento de carnes, aspectos gerais da tecnologia de leite, tecnologia de fabricação de derivados do leite, tecnologia de pescado, tecnologia de ovo, aspectos fisiológicos do desenvolvimento de frutas, técnicas de colheita, tecnologia de frutas e hortaliças.

OBJETIVO(S)

- Entender o conceito de matéria-prima;
- Compreender as técnicas de conservação dos produtos de origem animal e vegetal,
- Distinguir as peculiaridades da tecnologia de abate dos animais de consumo,
- Assimilar a importância dos processos tecnológicos aplicados a tecnologia de carnes, leite, pescado e ovos;
- Compreender os processos industriais de processamento de produtos de origem vegetal a fim de aumentar a vida de prateleiras, e apresentar aos consumidores diferentes formas de consumo destes a partir de aplicação de métodos de conservação específicos para cada fruta ou hortaliças.

PROGRAMA

- 1- Matérias- primas alimentares
Perecível, não perecível e semi-perecível
- 2- Alimentos e nutrientes
Plásticos, energéticos e reguladores
Carboidrato, proteína, lipídeos, minerais e vitaminas
- 3- Processamento de produtos conservados por meio de
Aditivos, Açúcar, sal, Calor, Desidratação solar e artificial, Baixas temperaturas
- 4- Aspectos Gerais da Tecnologia da Carne
Conceito, importância econômica, funções, composição, classificação e valor nutricional;
- 5- Tecnologia de abate
Bovinos, Suínos, ovinos, aves
- 6- Processamento de carnes
Cortes, Embutido, hambúrgueres, patês e almôndegas
- 7- Aspectos gerais da tecnologia de leite
Composição química, aspectos legais (IN62), obtenção Higiênica do Leite e Manejo da ordenha.
- 8- Tecnologia de fabricação de derivados do leite
Fabricação de queijos coalho, minas frescal, ricota, requeijão cremoso, doce de leite, produtos lácteos fermentados.
- 9- Tecnologia de pescado
Classificação e características do pescado, alterações do pescado e qualidade da matéria-prima, Noções de microbiologia do pescado
- 10- Tecnologia de ovo e derivados
Estrutura e composição de ovos, armazenamento de ovos, importância tecnológicas e uso industriais.



11- Aspectos Fisiológicos do Desenvolvimento de Frutas
Definição e classificação de frutas e hortaliças.

12- Técnicas de Colheita

Critérios de colheita; Determinações físico-químicas; Tipos de aparelhos para determinação do ponto de colheita

13- Tecnologia de Frutas e hortaliças

Processamento mínimo de frutos e hortaliças, Fabricação de polpas, Sucos, Doces; Geléias; Compotas; Frutas em calda; licores. Fabricação de produtos a base de tomate, Fabricação de conservas e pickles; Fabricação de temperos sólidos e líquidos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Aula Prática: Visitas técnicas a unidades produtoras.

Materiais: Quadro branco, computador e data show.

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará de forma continuada:

- Avaliação imediata realizada em sala de aula: os alunos serão avaliados a partir de sua participação durante a aula e por meio da aplicação de questionários (avaliações parciais e bimestrais).
- Avaliação *a posteriori*: os alunos serão avaliados em decorrência da execução das atividades realizadas extra sala, tais como: análise crítica de artigo e realização da lista de exercício de verificação da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ORDONEZ, J. A. Tecnologia de alimentos. Porto Alegre: ARTMED, 2005. v. 1

ORDONEZ, J. A. Tecnologia de Alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 2.

GONÇALVES, A. A. Tecnologia do pescado: Ciência, Tecnologia, Inovação e Legislação. São Paulo: Atheneu, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, U. A. Matérias-primas dos alimentos. São Paulo, SP: Blucher, 2010.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Iogurte, bebida láctea e doce de leite: produção de derivados do leite. 2. ed. Brasília: SENAR, 2010. Disponível em: <http://ead.senar.org.br/cartilhas/138_Iogurte.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MAIA, G. A.; SOUSA, P. H. M.; LIMA, A. S. Processamento de sucos de frutas tropicais. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

MORETTI, C. L. Manual de processamento mínimo de frutas e hortaliças. Brasília, DF: Embrapa, 2007.

SILVA, G.; SILVA, A. M. A. D.; FERREIRA, M. P. B. Processamento de leite. Recife: EDUFRPE, 2012.



Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular: Agroindústria					
Código: AI					
(X) Disciplina Específica (profissional)					
() Disciplina da Base Nacional Comum					
Carga horária total:80					
Carga horária aulas práticas: 10					
Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Carne bovina	Kg	10	Fogão industrial	1 Unid	IFCE/Tauá
Alho	Kg	1	Butijão de gás	1 Unid	IFCE/Tauá
Cebola	Kg	3	Facas	10 Unid	IFCE/Tauá
Pimenta do reino	g	300	Colhergrande	10Unid	IFCE/Tauá
Sal	Kg	3	Panelão	5 Unid	IFCE/Tauá
Vinagre	Unid	5	Potes de vidro	15 Unid	IFCE/Tauá
Tomate	Kg	5	Triturador	1 Unid	IFCE/Tauá
Maracujá	Kg	3	Peneiragarnde	5 Unid	IFCE/Tauá
Goiaba	Kg	5	Baldesgrande	5 Unid	IFCE/Tauá
Açúcar	Kg	5	Baldesmedio	5 Unid	IFCE/Tauá
Leite de vaca	L	20	Frigideira	5 Unid	IFCE/Tauá
Iogurte natural	ml	200	Prensa de queijo	3 Unid	IFCE/Tauá
Chocolate empó	Kg	1	Freezer	1 Unid	IFCE/Tauá
Morangos	Kg	3	Refrigerador	2 Unid	IFCE/Tauá
Toucasdescartáveis	Unid	100	Bancadas de aço inox	4 Unid	IFCE/Tauá
Luvas	Unid	100	Formas de queijo	10 Uni	IFCE/Tauá

COMPONENTE CURRICULAR: CULTURAS ANUAIS



Código: CA	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 30	
Número de créditos: 2	
Código pré-requisito:	
Ano: 2º ano	Nível: Médio integrado
EMENTA	
Importância das culturas anuais; sistema de plantio direto; agricultura de precisão; ecofisiologia e sistema de produção das principais culturas anuais: feijão, milho, soja, algodão, girassol, mamona, sorgo, arroz e amendoim; noções de colheita e armazenamento de culturas anuais.	
OBJETIVO(S)	
Proporcionar aos estudantes conhecimentos básicos sobre as técnicas de produção de culturas anuais, com ênfase nas culturas de feijão, milho, soja, algodão, girassol, mamona, sorgo e amendoim de maneira a desenvolver e aplicar atualmente disponíveis, capacitando-os para o reconhecimento de problemas relacionados à produção, visando à adoção de medidas que resultem em maior produtividade no campo.	
PROGRAMA	
Unidade 1. Importância das culturas anuais; Unidade 2. Sistema de plantio direto; Unidade 3. Agricultura de precisão; Unidade 4. Introdução as principais culturas anuais (tópicos a serem abordados para cada cultura: importância econômica, origem e distribuição geográfica; importância econômica; estudo da Planta; ecofisiologia; nutrição mineral, calagem e adubação; preparo da área agrícola; instalação da cultura (plantio); preparo do solo; qualidade e preparo da semente; semeadura; condução da cultura (tratos culturais); Manejo de plantas daninhas; Manejo de pragas e doenças; colheita e beneficiamento. Unidade 4.1 Feijão; Unidade 4.2 Milho; Unidade 4.3 Soja; Unidade 4.4 Algodão; Unidade 4.5 Mandioca; Unidade 4.6 Mamona; Unidade 4.7 Sorgo; Unidade 4.8 Amendoim. Unidade 5. Noções de colheita e armazenamento de culturas anuais.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
A disciplina será ministrada de forma presencial, com aulas teóricas expositivas, aulas práticas em campo e visitas técnicas a produtores da região.	



AVALIAÇÃO

A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Os recursos avaliativos serão baseados no § 1º alínea de I a XV do Art. 94 do Regulamento da Organização Didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. Ecofisiologia de cultivos anuais. São Paulo: Nobel, 1999.

VENZON, M., TRAZILBO JR, J. de P. 101 culturas: Manual de tecnologias agrícolas: Belo Horizonte-MG, EPAMIG.2007, 800 p

GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. Tecnologias de produção do milho: Economia, cultivares, biotecnologia, safrinha, adubação, quimigação, doenças, plantas daninhas e pragas. UFV, 2004, 366p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE FILHO, F.R.; LIMA, J.A.A.; RIBEIRO, V.Q. Feijão caupi: avanços tecnológicos. Brasília: EMBRAPA, 2005.

MOLIN, J. P., AMARAL, L. R., COLACO, A. F. Agricultura de precisão. São Paulo: Oficina de Textos, 2015 p.238.

SALTON, J. C.; HERNANI, L. C.; FONTES, C. Z. Sistema Plantio Direto. Brasília: Embrapa, 1998.

VIEIRA, N.R.; SANTOS, A.S.; SANT'ANA, E. P. A cultura do arroz no Brasil. Goiás: EMBRAPA, 1999. BELTRÃO, N. E. de M.; ARAÚJO, A. E. .

Algodão: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Embrapa Algodão, Brasília: DF, 2004, 265p.

SANTOS, R. C.; FREIRE, R. M. M.; SUASSUNA, T. M. F. Amendoim : o produtor pergunta, a Embrapa responde Embrapa Informação Tecnológica. Brasília: DF, 2009, 240 p

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular: CULTURAS ANUAIS

Código: CA

(X) Disciplina Específica (profissional)

() Disciplina da Base Nacional Comum

Carga horária total: 80

Carga horária aulas práticas: 30

Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Enxada	un	20	Pulverizador L	5	Área de produção vegetal IFCE



Carrinho de mão	un	5	Pulverizador 10 L	5	Área de produção vegetal IFCE
Ancinho	un	20	Matracaplantadeira	5	Área de produção vegetal IFCE
Pá	un	10			
Sementemilho	Kg	1			
Sementefeijão	kg	1			
Sementesoja	kg	1			
Sementealgodão	kg	1			
Sementeamendoim	kg	1			
Mangueira de irrigação 1/2 pol	metro	100			
Fitagotejadora	metro	200			
Peneira para solo	un	10			

COMPONENTE CURRICULAR: Extensão Rural

Código: ER

Curso: Técnico Integrado em Agropecuária

Carga horária total: 40 h

Carga horária de aulas práticas: 8 h

Número de créditos: 01

Código pré-requisito:

Ano: 2º

Nível: Médio integrado

EMENTA

Fundamentação histórica da extensão rural no mundo e no Brasil; estrutura agrária brasileira; comunicação, métodos e técnicas de extensão rural; desenvolvimento sustentável; política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar; reforma agrária brasileira; plano de desenvolvimento rural sustentável e solidário; extensão rural no Ceará; metodologias participativas de planejamento rural e conhecimentos na área do cooperativismo e associativismo; novos desafios para a agricultura e para a extensão rural no Brasil.

OBJETIVO(S)

Proporcionar condições para que os discentes possam atuar de forma profissional no desenvolvimento de métodos de extensão e difusão rural; bem como atuar na transformação da situação atual visando o desenvolvimento rural sustentável.

PROGRAMA



1. Introdução à sociologia rural;
2. Estrutura agrária brasileira;
3. Comunicação, métodos e técnicas de extensão rural;
4. Desenvolvimento rural sustentável;
5. Política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e reforma agrária;
6. Política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais;
7. Programas nacionais e regionais de fortalecimento da agricultura familiar;
8. Extensão rural no Ceará;
9. Metodologias participativas de planejamento rural;
10. Aplicação das ferramentas de cooperativismo e associativismo na extensão rural.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas; trabalhos de pesquisa (individuais e em grupo); leitura e análise de textos; debate dirigidos em sala acerca do conteúdo estudado; visitas técnicas às unidades regionais prestadoras de assistência técnica continuada.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser constante e contínua, aferindo todos os progressos que o aluno alcançou, durante a disciplina. Os recursos avaliativos serão baseados no Regulamento da Organização Didática -ROD.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, J. A.; SOUSA, J. S.; BEZERRA, F. N. R.; LIRA, J. S.; MESQUITA, D. F. S.; COSTA, R. A.; SALES, M. L. S. Políticas públicas e desenvolvimento rural. Fortaleza-Ce, UFC, 2015;
 BROSE, M. Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Ed. Tomo, 2004;
 RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUARESCHI, P. Sociologia crítica. Alternativas de mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1998
 PINHO, D. B. Gênero e desenvolvimento em cooperativas. SESCOOP/OCB, ESE Tec Editores associados, Santo André SP, 2000.
 FONSECA, M.T.L. A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo. Ed. Loyola, 1985.
 FRIEDRICH, A.O. Comunicação Rural. Proposição crítica de uma nova concepção. 2a Ed. Brasília, EMBRATER. 1988.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular: Extensão Rural - ER

() **Disciplina da Base Nacional Comum**

Carga horária total: 40 h

Carga horária aulas práticas: 8 h

Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso



Chapéu tecido com protetor de pescoço	UN	35	Datashow	1	Sala de aula
Protetor solar fator 30 UV	UN	5	TV		Sala de aula
Garrafa térmica para água de 20 L	UN	2	Câmera digital, Zoom Óptico	1	Aulas de campo
Prancheta	UN	35	Computador	1	Sala de aula
Caneta (azul, vermelha e preta) para quadro branco	UN	4			
Apagador para quadro branco	UN	2			
Papel Sulfite Carta Branco 216x279mm 75g CX 5000 FL Chamex	UN	1			
Botas de poliet branca (5x 36, 5x 37, 5x 38, 15x 40, 5x 42)	Par	40			

3º ANO

COMPONENTE CURRICULAR: TOPOGRAFIA	
Código: TO	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 20	
Número de Créditos: 02	
Código pré-requisitos:	
Ano: 3º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
Introdução a Topografia; Escala; Equipamentos Topográficos; Orientação e Alinhamentos; Planimetria e Altimetria; Sistema de Posicionamento Global (GPS), Cálculo de Área; Memorial Descritivo; Tratamento de Dados Espaciais através de programas computacionais. Introdução ao Desenho Gráfico Assistido pelo Computador; Normas para Desenho Técnico; Representação dorelevo.	
OBJETIVO (S)	
<ul style="list-style-type: none"> ● Proporcionar ao aluno o conhecimento sobre: instrumentos topográficos, grandezas efetuadas em um levantamento topográfico, levantamento planialtimétrico, sistema GPS, interpretação de carta, mapas topográficos, planta baixa (representações cartográficas e desenhos técnicos); ● Identificar a situação topográfica dorelevo. ● Identificar as partes constituintes de um equipamento topográfico. ● Identificar e diferenciar os instrumentos auxiliares necessários em um levantamento topográfico. ● Estudar os diferentes métodos de levantamento. 	



- Capacitar o aluno para o uso do instrumentotopográfico.
- Capacitar o aluno para efetuar o levantamentotopográfico.
- Capacitar o aluno na interpretação das representaçõescartográficas.

PROGRAMA

1. Finalidade da Topografia
2. Escalas;
3. Grandezas;
4. Tipos de erros;
5. Planimetria;
6. Determinação de ângulos;
7. Goniometria;
8. Rumos e Azimutes;
9. Tipos de Bússola;
10. Teodolito;
11. Medidas de distâncias horizontais e verticais;
12. Medição de Ângulos;
13. Desenho topográfico;
14. Altimetria e Planialtimetria: nivelamentos, perfis, planos planialtimétricos, interpretação de plantas planialtimétricas;
15. Curvas em nível e em desnível.
16. GPS e Geodésica

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, construção e análise de plantas topográficas, resolução de exercícios propostos;

Aula Prática: Trabalhos de campo,

Disciplinas associadas: mecanização agrícola e irrigação.

Realização de projetos integradores com as disciplinas associadas e/ou com disciplinas do núcleo básico.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, participação, relatórios, provas e seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, Alberto de Campos. **Topografia - Vol. 1** . 3. ed. São Paulo: Blucher, 2013. 212 p. Disponível em: <<http://bv.u.ifce.edu.br/login.php>>. Acesso em: 31 out. 2018.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos; FRANCISHI JR, Jarbas Prado de; PAULA, Lyrio Silva de. **ABC da Topografia: Para Tecnólogos, Arquitetos e Engenheiros** . 1. ed. São Paulo: Blucher, 2018. 328 p. Disponível em: <<http://BVU>>. Acesso em: 31 out. 2018.

VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Zehnpfennig; FAGGION, Pedro Luis. **FUNDAMENTOS DE TOPOGRAFIA** . Universidade Federal do Paraná: [s.n.], 2012. 265 p. Disponível em: <http://www.cartografica.ufpr.br/docs/topo2/apos_topo.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Aluizio Alves da. **Topografia** . 1. ed. São Paulo: Editora LT, 2011. 144 p.

FLÓREZ, Ramiro Ortiz. **Pequenas centrais hidrelétricas** . São Paulo: Oficina de Textos, 2014. 402 p. Disponível em: <<http://bv.u.ifce.edu.br/login.php>>. Acesso em: 31 out. 2018.

MOLIN, José Paulo; AMARAL, Lucas Rios do; COLAÇO, André Freitas. **Agricultura de Precisão** . 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. 236 p. Disponível em: <<http://bv.u.ifce.edu.br/login.php>>. Acesso em: 31 out. 2018.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio Luiz Costa. **FUNDAMENTOS DE TOPOGRAFIA** . São Paulo: Bookman, 2015. 324 p. v. 1.

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Código: ID **Curso: Técnico Integrado em Agropecuária**

Carga horária total: 80

Carga horária de aulas práticas: 20

Número de Créditos: 02

Código pré-requisitos:

Ano: 3º **Nível: MÉDIO INTEGRADO**

EMENTA

Água no solo; Relação solo, água, planta, atmosfera; Qualidade da água para irrigação e salinização do solo; Medição de água para irrigação; principais métodos de irrigação; Manejo Racional da Irrigação; Drenagem agrícola.

OBJETIVO (S)

Capacitar os discentes a manejar a água em sistemas agropecuários, visando beneficiar a produção agropecuária, com mínimo impacto ambiental. Capacitá-los a identificar o método e o sistema de irrigação mais adequado a cada realidade, considerando a quantidade e qualidade da água, clima, solo e cultura a ser irrigada.

PROGRAMA



1. Água no solo;
2. Relação solo, água, planta, atmosfera;
3. Qualidade da Água para Irrigação e Salinização do Solo;
4. Medição de Água para Irrigação;
5. Irrigação por Superfície;
6. Irrigação por Aspersão;
7. Irrigação Localizada (Gotejamento e Microaspersão);
8. Manejo Racional da Irrigação;
9. Drenagem;

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, aplicação de exercícios práticos e teóricos;

Aula Prática: Trabalhos de campo, avaliações de sistemas de irrigação.

Disciplinas associadas: Ciências do solo, Olericultura, Mecanização agrícola, Culturas Anuais, Fruticultura.

Realização de projetos integradores com as disciplinas associadas e/ou com disciplinas do núcleo básico.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, participação, relatórios, provas e seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDO, Salassier; SOARES, Antonio Alves; MANTOVANI, Everardo Chartuni. **Manual de Irrigação** . 8. ed. Viçosa, MG: UFV, 2011. 625 p.

LOPES, José Dermeval Saraiva; LIMA, Francisca Zenaide de; OLIVEIRA, Flávia Maria de. **Irrigação por aspersão convencional**. . Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2009. 333 p.

REICHARDT, Klaus; TIMM, Luís Carlos. **Solo, Planta e Atmosfera: Conceitos, Processos e Aplicações** . 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2016. 584 p. Disponível em: <<http://bv.uifce.edu.br/login.php>>. Acesso em: 31 out. 2018.

VIEIRA, Emerson de Assis (Org.). **Conhecimentos práticos sobre clima e irrigação** . Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001. 224 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELLO, JORGE LUIZ PIMENTA; SILVA, .. LEONARDO DUARTE BATISTA DA. **Irrigação** . Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. 180 p. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/jorge/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20157/Irriga%20E7%E3o_Vers%203.5.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

MELLO, JORGE LUIZ PIMENTA. **Drenagem** . Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009. 103 p. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/jorge/downloads/Drenagem_Versao%203.0.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

ROCHA, Elder Manoel de Moura; DRUMOND, Marcos Antônio (Editor). **Fruticultura irrigada: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 247. 274 p., il. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

SANTOS, Alberto Baêta dos (Editor). **Cultivo da soca de arroz irrigado**. Santo Antônio, de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2004. 192 p.



Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: PRODUÇÃO DE MONOGÁSTRICOS	
Código: PM	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 16	
Número de Créditos: 02	
Código pré-requisitos:	
Ano: 3º	Nível: MÉDIO INTEGRADO
EMENTA	
<p>Trato digestório e aproveitamento dos nutrientes em animais monogástricos. Suinocultura e Avicultura: importância econômica e social; principais raças e linhagens, sistemas e técnicas de produção de suínos e aves; operações de manejo, sanidade e ambiência; planejamento, gerenciamento e controle da produção. Coturnicultura: principais raças e aspectos gerais da criação de codornas. Outras aves de interesse zootécnico: peru, chester, avestruz, pavão. Equideocultura e Cunicultura: principais raças e aspectos gerais da produção de equinos e coelhos. Impactos ambientais da produção de monogástricos.</p>	
OBJETIVO (S)	
<ul style="list-style-type: none">● Estimular o senso crítico do aluno quando aos sistemas de produção de monogástricos;● Proporcionar conhecimentos de interesse zootécnico a respeito da produção racional de suínos, aves, equinos e coelhos;● Capacitar o aluno a identificar os diferentes sistemas de produção de aves e suínos, conhecer as principais práticas de manejo zootécnico, da alimentação e nutrição, sanitário, de dejetos e o gerenciamento de granjas avícolas e suinícolas;● Identificar os impactos ambientais da produção de monogástricos e as alternativas para minimizá-los;● Conhecer outras aves de interesse zootécnico criadas no Brasil e o manejo geral destas;● Conhecer as principais raças de equinos e coelhos criados no Brasil e o manejo geral.	
PROGRAMA	



1. Anatomia e fisiologia do trato digestório

- Sistema digestório e aproveitamento dos nutrientes em suínos;
- Sistema digestório e aproveitamento dos nutrientes em monogástricos herbívoros;
- Sistema digestório e aproveitamento dos nutrientes em aves.

2. Suinocultura

- Origem, histórico e evolução do suíno. Situação atual da suinocultura no Brasil e no mundo;
- Importância econômica e social;
- Principais raças e linhagens; melhoramento genético;
- Manejo geral, sanitário, reprodutivo e alimentar das diversas fases de criação;
- Ambiência; instalações e equipamentos em granjas suinícolas;
- Manejo de dejetos e biossegurança;
- Técnicas de planejamento, gerenciamento e controle da produção.

5. Avicultura

- Importância econômica e social;
- Situação atual da avicultura no Brasil e no mundo;
- Principais raças e linhagens de aves de interesse zootécnico;
- Sistemas de produção de aves para postura e para corte;
- Instalações e equipamentos em granjas avícolas;
- Técnicas de produção de aves de corte e postura: operações de manejo, sanidade e ambiência; nutrição; técnicas de planejamento, gerenciamento e controle da produção;
- Produtos avícolas (carne e ovos).

6. Coturnicultura

- Situação atual da coturnicultura no Brasil e no mundo.
- Importância econômica e social;
- Principais raças e linhagens; melhoramento genético;
- Sistemas de produção e manejo geral;
- Ambiência; instalações e equipamentos;

7. Outras aves de interesse zootécnico

- Produção de peru, chester, pavão e avestruz: principais raças, objetivo das criações e manejo geral.

8. Equideocultura

- Principais raças exploradas no Brasil;
- Aspectos gerais da produção de equinos.

9. Cunicultura

- Principais raças exploradas no Brasil;
- Aspectos gerais da produção de coelhos.

10. Impactos ambientais da produção de monogástricos



- Efeito da produção de aves e suínos no meio ambiente;
- Alternativas para redução de impactos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas teóricas: aula expositiva/dialogada, estudo dirigido, seminários, leitura e discussão de textos, grupos de estudos, apresentação de vídeos.

Aulas práticas: visitas técnicas a unidades produtoras; manejo de aves no sistema mandala do Campus.

Realização de projetos interdisciplinares.

AVALIAÇÃO

Observação do rendimento e desempenho mediante observações, registros, análise de trabalhos, relatórios, provas e seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBINO, Luiz Fernando Teixeira; BARRETO, Sérgio Luiz de Toledo. **Criação de codornas para produção de ovos e carne**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2003. 268 p.

COTTA, Tadeu. **Frangos de corte**: criação, abate e comercialização. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012. 243 p. Inclui Bibliografia.

MAFESSONI, E.L. Manual prático para produção de suínos. Ed. Agrolivros, 2014. 472p.

REGAZZINI, Paulo Sílvio. **Suinocultura**: como planejar sua criação. Jaboticabal, SP: Funep, 1996. 44 p., il.

VIEIRA, Emerson de Assis (Coordenação Editorial). **Galinha: produção de ovos**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2002. 260 p. Inclui Bibliografia.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



ALBINO, Luiz Fernando Teixeira; NERY, Lídson Ramos; VARGAS JÚNIOR, José Geraldo de, **Criação de frango e galinha caipira**: avicultura alternativa. 3. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2005. 208 p.

BONETT, Lucimar Pereira; MONTICELLI, Cícero Juliano (Editor). **Suínos: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. Colaboração de Ademir Francisco Ciroto; Revisão Técnica de Cláudio Bellaver, Jurij Sobestiansky. Brasília: Embrapa, 1998. 243 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

CINTRA, A.G.C. **O cavalo: Características, manejo e alimentação**. Bela Vista, SP: Ed. ROCA. 2011. 384p.

MELLO, Hécio Vaz de; SILVA, José Francisco da. **Criação de coelhos**. 2.ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012.

SOUZA, Joana D'Arc Silveira. **Criação de avestruz**. Colaboração de Érico Furtado Álvares. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2004. 211 p.

SITES PARA PESQUISA:

www.abcs.org.br/www

www.cncps.embrapa.br

www.periodicos.capes.gov.br/

www.porkworld.com.br

www.sbz.org.br/

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

COMPONENTE CURRICULAR: FRUTICULTURA	
Código: FC	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 80	
Carga horária de aulas práticas: 30	
Número de créditos: 2	
Código pré-requisito:	
Ano: 3º ano	Nível: Médio integrado
EMENTA	
Importância da fruticultura; Características gerais das principais fruteiras cultivadas no Nordeste (Cítricos, banana, Abacaxi, maracujá, manga, mamão, coco, uva, spondias e outras).	
OBJETIVO(S)	
Ministrar conhecimento teórico e prático a respeito das fruteiras de climas tropical, cultivadas no Nordeste e orientar a implantação e manejo de empreendimentos no setor.	



PROGRAMA

1. Importância da fruticultura;
2. Instalação de viveiros e pomares;
3. Produção de mudas de fruteiras e espécies vegetais;
4. PIF (Produção Integrada de Frutas);
5. Principais fruteiras (Aspectos a serem abordados para cada cultura: situação atual, origem, botânica, evolução, cultivares, propagação, implantação e condução de pomares, manejo do solo e plantas, pragas, doenças, colheita e manejo pós-colheita):
 - a. Citros;
 - b. Banana;
 - c. Abacaxi;
 - d. Maracujá;
 - e. Manga;
 - f. Mamão;
 - g. Coco;
 - h. Uva;
 - i. Frutas nativas.

METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será ministrada de forma presencial, com aulas teóricas expositivas, aulas práticas em campo aberto e visitas técnicas.

AVALIAÇÃO

A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Os recursos avaliativos serão baseados no § 1º alínea de I a XV do Art. 94 do Regulamento da Organização Didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FACHINELLO, J. C.; HOFFMANN, Alexandre; COSTA NACHTIGAL, Jair. Propagação de Plantas Frutíferas. Brasília: Embrapa, 2005.

FACHINELLO, J.C.; NACHTIGAL, J.C.; KERSTEN, E. Fruticultura fundamentos e práticas. Pelotas: Editora UFPel, 1996. 311p. (online)

SIMÃO, S. Tratado de fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998, 760p.

OLIVEIRA, I. M.; ARAUJO, I. S.; ALVES, K. S. Silvicultura – Conceitos, regeneração da mata ciliar, produção de mudas florestais e unidades de conservação ambiental. Editora Érica, 2015.

PENTEADO, S.R. Fruticultura orgânica: formação e condução. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2004. 324 p.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOUZA, J.S.I. Poda das plantas frutíferas. Biblioteca Rural Nobel, 1995.

KOLLER, O.C. Citricultura: laranja, limão e tangerinas. Porto Alegre: Editora Rigel, 1994. 446p.

CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. Pós-colheita de frutos e hortaliças (fisiologia e manejo). Lavras: ESAL/FAEPE, 1990, 320p.

LORENZI, H. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Vol. 1, 2a ed. SP : Editora Plantarum, 1998.

LIMA, B. G. Caatinga – Espécies lenhosas e herbáceas. Edufersa. 2012

Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

Componente Curricular: FRUTICULTURA					
Código: FC					
(X) Disciplina Específica (profissional)					
() Disciplina da Base Nacional Comum					
Carga horária total: 80					
Carga horária aulas práticas: 30					
Insumos necessários para execução das aulas			Equipamentos necessários para execução das aulas		
Descrição	Unidade	Quantidade	Descrição	Quantidade	Local de Uso
Enxada	un	20	Pulverizador 5 L	5	Área de produção vegetal IFCE
Carrinho de mão	un	5	Pulverizador 10 L	5	Área de produção vegetal IFCE
Ancinho	un	20	Temporizador digital	1	Irrigação da área de produção vegetal IFCE
Caixa de colheita	un	5			
Tesoura de poda	un	20			
Tesourão de poda	un	10			
Canivete para enxertia	un	20			
Serrote de poda	un	5			
Mudas frutíferas	un	80			



Alciador	un	5			
Fita para alciador	rolo	5			
Lupa de campo 30x	un	20			
Carrinho de mão	un	5			

COMPONENTE CURRICULAR: AGROECOLOGIA	
Código: AG	Curso: Técnico Integrado em Agropecuária
Carga horária total: 40	
Carga horária de aulas práticas: 20	
Número de créditos: 01	
Código pré-requisito:	
Ano: 3º ano	Nível: Médio integrado
EMENTA	
<p>Ecosistemas, agroecossistemas e desenvolvimento. A descrição da vegetação natural. A organização de comunidades vegetais. A evolução e regeneração das comunidades vegetais. Agroecologia. O agronegócio da produção orgânica de hortaliças. Legislação. Mercado e perfil do consumidor de produtos orgânicos. Conceitos e definição de olericultura orgânica. Princípios básicos.</p>	
OBJETIVO(S)	
<p>Apresentar os componentes dos ecossistemas naturais e dos agroecossistemas, seus respectivos mecanismos e como estes se desenvolvem ao longo do tempo. Possibilitar aos discentes reconhecer os sistemas de cultivo orgânicos.</p>	
PROGRAMA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. A insustentabilidade atual da produção e consumo de alimentos; 2. Revolução Verde; 3. Bases conceituais da sustentabilidade; 4. Premissas dominantes da ciência moderna e suas alternativas; 5. Revolução paradigmática: a Ciência Agroecológica; 6. Bases epistemológicas da Agroecologia; 7. Os agroecossistemas como unidade de análise; 8. A teoria da trofobiose; 9. Transição Agroecológica; 10. Principais correntes de base ecológica 	
METODOLOGIA DE ENSINO	
<p>A disciplina será ministrada de forma presencial, com aulas teóricas expositivas, aulas práticas em campo e visitas técnicas a produtores da região.</p>	



AVALIAÇÃO	
A avaliação será de caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. Os recursos avaliativos serão baseados no § 1º alínea de I a XV do Art. 94 do Regulamento da Organização Didática.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Porto Alegre: Agropecuária, 2002. 2. 2. GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agriculturasustentável. Porto Alegre: FAURGS, 2000. PENTEADO, SILVIO ROBERTO. Fruticultura orgânica. VIÇOSA: APRENDA FACIL EDITORA, 2004.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

ROD - Regulamento da Organização Didática

CAPÍTULO III - DA APRENDIZAGEM

Art. 90. O processo de avaliação dá significado ao trabalho escolar e tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do estudante nas suas diversas dimensões assegurando a progressão dos seus estudos, a fim de propiciar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática; e, ao estudante desenvolver a autonomia no seu processo de aprendizagem para superar possíveis dificuldades.

Art. 91. No IFCE, a avaliação deve ter caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais



sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB N°. 9.394/96.

Art. 92. O processo de avaliação da aprendizagem deverá ser orientado pelos objetivos definidos nos PPCs, considerando cada nível e modalidade de ensino.

Art. 93. As estratégias de avaliação da aprendizagem em todos os componentes curriculares deverão ser formuladas de tal modo que o estudante seja estimulado à prática da pesquisa, da reflexão, da criatividade e do autodesenvolvimento.

SEÇÃO I - DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

Art. 94. Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor deverão ser explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do PUD, observadas as normas dispostas neste documento.

§ 1º As avaliações devem ter caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual, podendo constar de:

- I. observação diária dos estudantes pelos professores, durante a aplicação de suas diversas atividades;
- II. exercícios;
- III. trabalhos individuais e/ou coletivos;
- IV. fichas de observações;
- V. relatórios;
- VI. autoavaliação;
- VII. provas escritas com ou sem consulta;
- VIII. provas práticas e provas orais;
- IX. seminários;
- X. projetos interdisciplinares;
- XI. resolução de exercícios;
- XII. planejamento e execução de experimentos ou projetos;
- XIII. relatórios referentes a trabalhos, experimentos ou visitas técnicas,
- XIV. realização de eventos ou atividades abertas à comunidade;
- XV. autoavaliação descritiva e outros instrumentos de avaliação considerando o seu caráter progressivo.

Art. 95. Ao estudante deverá ser assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como parte do processo de ensino e aprendizagem.

§ 1º As avaliações escritas deverão ser devolvidas; e as demais, informadas ao estudante e registradas no sistema acadêmico, logo após a devida correção em um prazo máximo de até 10 (dez) dias letivos.

§ 2º A divulgação de resultados tem caráter individual, sendo vedada a sua exposição pública, salvo em casos de haver consentimento prévio do estudante.

Art. 96. O estudante que discordar do resultado obtido em qualquer avaliação da aprendizagem poderá requerer, à coordenadoria de curso, revisão no prazo de 2 (dois) dias letivos após a comunicação do resultado.



§ 1º A revisão da avaliação deverá ser feita pelo docente do componente curricular, juntamente com o coordenador do curso.

§ 2º Caso a revisão não possa ser feita pelo professor do componente curricular, o coordenador deverá designar outro docente para tal ação.

SUBSEÇÃO I - AVALIAÇÃO NOS CURSOS COM REGIME DE CRÉDITOS POR DISCIPLINA

Art. 97. A sistemática de avaliação dos conhecimentos construídos, nos cursos com regime de crédito por disciplina, com periodicidade semestral, se desenvolverá em duas etapas.

§ 1º Deverá ser registrada no sistema acadêmico apenas uma nota para a primeira etapa (N1) e uma nota para a segunda etapa (N2), com pesos 2 e 3, respectivamente.

§ 2º O docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações em cada uma das etapas.

§ 3º O critério para composição da nota de cada etapa, a partir das notas obtidas em cada uma das avaliações, ficará a cargo do docente da disciplina, em consonância com o estabelecido no PUD.

Art. 98. O cálculo da média parcial (MP) de cada disciplina deve ser feito de acordo com a seguinte equação:

$$MP = \frac{2 \times N_1 + 3 \times N_2}{5}$$

Art. 99. Deverá ser considerado aprovado no componente curricular o estudante que, ao final do período letivo, tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas e tenha obtido média parcial (MP) igual ou superior a:

- I. 6,0 (seis), para disciplinas de cursos técnicos concomitantes e subsequentes.
- II. 7,0 (sete), para disciplinas de cursos de graduação.

Parágrafo único: Os estudantes aprovados com a nota da MP não precisarão realizar a avaliação final (AF) e sua média final (MF) deverá ser igual a sua média parcial (MP).

Art. 100. Deverão fazer avaliação final (AF) o estudante de curso técnico que obtiver MP inferior a 6,0 (seis) e maior ou igual a 3,0 (três), e o estudante de graduação que obtiver MP inferior a 7,0 (sete) e maior ou igual a 3,0 (três).

§ 1º A avaliação final deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após o registro do resultado da MP no sistema acadêmico.

§ 2º A avaliação final poderá contemplar todo o conteúdo trabalhado no período letivo.

§ 3º A nota da avaliação final (AF) deverá ser registrada no sistema acadêmico.

§ 4º O cálculo da média final (MF) o estudante referido no *caput* deverá ser efetuado de acordo com a seguinte equação:

$$MP + AF$$



$$MF = \frac{\quad}{2}$$

§ 5º Deverá ser considerado aprovado na disciplina o estudante que, após a realização da avaliação final, obtiver média final (MF) igual ou maior que 5,0 (cinco).

SUBSEÇÃO II - AVALIAÇÃO NOS CURSOS DE REGIME SERIADO

Art. 101. A sistemática de avaliação dos conhecimentos construídos, nos cursos com regime seriado, com **periodicidade semestral de oferta de disciplinas**, obedecerá ao disposto na subseção anterior.

Art. 102. A sistemática de avaliação para os cursos com regime seriado com **periodicidade anual de oferta de disciplinas**, se desenvolverá em quatro etapas.

§ 1º Deverá ser registrada no sistema acadêmico apenas uma nota para cada uma das etapas N1, N2, N3 e N4, que terão pesos 1, 2, 3 e 4, respectivamente.

§ 2º O docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações em cada uma das etapas.

§ 3º O critério para composição da nota de cada etapa, a partir das notas obtidas em cada uma das avaliações, ficará a cargo do docente da disciplina, em consonância com o estabelecido no PUD.

Art. 103. O cálculo da média parcial (MP) de cada disciplina deve ser feito de acordo com a seguinte equação:

$$MP = \frac{1 \times N_1 + 2 \times N_2 + 3 \times N_3 + 4 \times N_4}{10}$$

Art. 104. Deverá **ser considerado aprovado** no componente curricular o estudante que, ao final do período letivo, tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas e tenha obtido média parcial (MP) igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 1º **Excepcionalmente** no caso de curso técnico integrado, a frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) deve ser aferida em relação ao período letivo como um todo, e não individualmente em cada componente curricular.



§ 2º Os estudantes aprovados com a nota da MP não precisarão realizar a avaliação final (AF) e sua média final (MF) deverá ser igual a sua média parcial (MP).

Art. 105. O estudante que obtiver MP inferior a 6,0 (seis) e maior ou igual a 3,0 (três) deverá fazer avaliação final (AF).

§ 1º A avaliação final deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após o registro do resultado da MP no sistema acadêmico.

§ 2º A avaliação final poderá contemplar todo o conteúdo trabalhado no período letivo.

§ 3º A nota da avaliação final (AF) deverá ser registrada no sistema acadêmico.

§ 4º O cálculo da média final (MF) o estudante referido no *caput* deverá ser efetuado de acordo com a seguinte equação:

$$MF = \frac{MP + AF}{2}$$

§ 5º Deverá ser considerado aprovado na disciplina o estudante que, após a realização da avaliação final, obtiver média final (MF) igual ou maior que 5,0 (cinco).

SEÇÃO II - DA PROMOÇÃO E RETENÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS

Art. 106. A partir do rendimento do estudante em cada um dos componentes curriculares cursados, a situação de matrícula do período letivo assumirá um dos seguintes valores:

- I. APROVADO: indicando que o estudante foi aprovado em todas as disciplinas, tanto por nota quanto por frequência.
- II. APROVADO C/ DEPENDÊNCIA: indicando que o estudante foi reprovado em até 2 (duas) disciplinas, tendo sido aprovado nas demais, tanto por nota quanto por frequência.
- III. REPROVADO: indicando que o estudante foi reprovado em mais de duas disciplinas do período letivo.

Art. 107. Deverá ser considerado **promovido** para o período letivo seguinte, o estudante que tiver sua situação de matrícula no período letivo igual a APROVADO ou APROVADO COM DEPENDÊNCIA.

Parágrafo único: O estudante que tiver sua situação de matrícula no período letivo igual a APROVADO COM DEPENDÊNCIA deverá cursar, no período letivo seguinte, todas as disciplinas nas quais foi reprovado, além das disciplinas previstas para o período letivo seguinte.

Art. 108. Deverá ser considerado **retido**, o estudante que tiver sua situação de matrícula no período letivo igual a REPROVADO, devendo cursar no período letivo seguinte somente as



disciplinas nas quais foi reprovado, conforme detalhado na TÍTULO III -Capítulo III -SEÇÃO VI -DA PROGRESSÃO PARCIAL DE ESTUDOS NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS.

SEÇÃO III - DA JUSTIFICATIVA DE FALTAS



Art. 109. O estudante que faltar em dia letivo poderá apresentar justificativa em até 5 (cinco) dias letivos após o primeiro dia de ausência.

§ 1º A justificativa de faltas deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenadoria do curso, acompanhado de um dos documentos especificados a seguir:

- I. atestado médico;
- II. declaração de corporação militar, empresa ou repartição, comprovando que, no horário da realização da primeira chamada, estava em serviço;
- III. atestado de óbito de parentes até segundo grau;
- IV. outro documento, a ser analisado pela coordenadoria de curso.

§ 2º A coordenadoria de curso terá 3 (três) dias letivos para responder a solicitação e comunicar o resultado ao estudante, ao docente do componente curricular e a CCA.

§ 3º Em caso de faltas justificadas, deverá ser assegurado ao estudante o direito à realização de trabalhos e avaliações ocorridas no período da ausência, quando de seu retorno às aulas.

§ 4º As faltas justificadas serão registradas no sistema acadêmico pela CCA mediante solicitação da coordenadoria do curso.

§ 5º Cabe ao estudante sistematicamente acompanhar, no sistema acadêmico, o registro de sua frequência às aulas.

§ 6º Cabe ao docente, ao gestor máximo do ensino no *campus*, ao colegiado ou ao conselho de classe, quando houver, a deliberação em ata sobre alunos reprovados por excesso de faltas e aprovados por média, a partir de análise dos motivos devidamente justificados e documentados conforme procedimentos para justificativa de faltas estabelecida nesta seção.

§ 7º O registro da análise e decisão adotada pelos citados no parágrafo anterior deverá ser feito pela CCA no sistema acadêmico mediante solicitação formal feita pela coordenadoria de curso ou, na sua impossibilidade, pela gestão máxima de ensino do *campus*, desde que sejam apresentadas a solicitação formalizada e a ata da decisão devidamente assinadas e anexadas à solicitação supramencionada.

§ 8º Os documentos que subsidiarem a decisão deverão ser arquivados na pasta acadêmica do discente que fica armazenada na CCA do *campus*.

SEÇÃO IV - DA SEGUNDA CHAMADA

Art. 110. O estudante que faltar no dia da avaliação poderá requerer sua realização em segunda chamada, em até 5 (cinco) dias letivos subsequentes à primeira.

§ 1º A solicitação de segunda chamada poderá ser requerida pelo próprio estudante, pelo seu responsável ou pelo seu representante legal.

§ 2º A solicitação deverá seguir o procedimento do § 1º. do Art. 109.



Art. 111. A coordenação de curso terá até 3 (três) dias letivos para responder a solicitação e informá-la ao estudante e ao docente responsável pelo componente curricular.

Art. 112. A segunda chamada deverá ser agendada pelo docente do componente curricular em comum acordo com o estudante e comunicada à coordenação do curso.



Parágrafo único: A segunda chamada poderá ser aplicada pelo docente responsável ou pela coordenação do curso, num prazo de até 10 (dez) dias letivos, a partir da data da solicitação.

SEÇÃO V - DA RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 113. Entende-se por recuperação de aprendizagem o tratamento especial dispensado aos estudantes que apresentam desempenhos não satisfatórios.

Art. 114. Nos PPCs dos cursos técnicos e de graduação devem ser contemplados os estudos de recuperação para os estudantes que não atingirem os objetivos básicos de aprendizagem, estabelecidos em cada nível e modalidade de ensino.

Parágrafo único: De acordo com a LDB N° 9.394/96, artigos 13, inciso IV, e 24, inciso V, alínea a, e as diretrizes desta Organização Didática, o processo de recuperação:

- I. Deverá ser definido, planejado e desenvolvido por cada *campus*, no decorrer de todo o período letivo com base nos resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações;
- II. Deverá promover avaliação contínua e processual;
- III. Deverá priorizar o melhor resultado entre as notas obtidas, com comunicação imediata ao estudante, para que prevaleçam os aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- IV. Encerra-se com a aplicação da avaliação final, conforme sistemática de avaliação estabelecida neste regulamento.

SEÇÃO VI - DA PROGRESSÃO PARCIAL DE ESTUDOS NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS

Art. 115. Entende-se por Progressão Parcial de Estudos (PPE) a possibilidade de o estudante ser promovido para o período letivo seguinte, mesmo sem ter tido rendimento satisfatório em até 2 (dois) componentes curriculares do período letivo anterior.

Parágrafo único: Não poderá matricular-se no período letivo seguinte, o estudante que ficar reprovado em 3 (três) ou mais componentes curriculares, devendo somente estes serem cursados novamente.

Art. 116. A PPE é obrigatória ao *campus* cabendo a este a responsabilidade de planejar estratégias para sua efetivação plena.

Art. 117. A PPE deverá ser ofertada pelo *campus* nas formas de plano de estudo individual ou de dependência.

§ 1º O **plano de estudo individual** é a forma de PPE em que o estudante cursará o componente curricular pendente, com carga horária reduzida e estabelecida em um plano elaborado e orientado pelo mesmo professor do componente cursado.

§ 2º A **dependência** é a forma de PPE onde o estudante cursa regularmente o componente curricular pendente cumprindo a carga horária estabelecida na matriz curricular do curso.



Art. 118. A forma de PPE, a qual o estudante deverá ser submetido, deverá ser definida pelo docente do componente curricular, em conjunto com o coordenador do curso ou conselho de classe, quando houver.

§ 1º Para definir a forma de PPE deverá ser considerado o processo de evolução do estudante, observado ao longo do período letivo e o grau de dificuldade de aprendizagem do estudante.



§ 2º O estudante poderá ser submetido a formas diferentes de PPE no mesmo período letivo.

Art. 119. Na forma de PPE por dependência, o processo avaliativo, assim como o registro da avaliação da aprendizagem, obedecerá a sistemática convencional de avaliação.

Art. 120. Em caso de impossibilidade de oferta de dependência na forma presencial, recomenda-se a oferta por meio da modalidade de ensino a distância, desde que essa possibilidade esteja prevista no PPC e de que o *campus* disponibilize de infraestrutura adequada para tal fim.

Art. 121. Estudante com pendência em disciplinas que exigem conteúdos práticos poderá cursar a PPE na forma de plano de estudo individual, desde que neste plano seja informada a carga horária destinada às aulas práticas e que esta seja considerada suficiente pelo docente para ajudar o estudante a superar a sua dificuldade de aprendizagem.

Art. 122. O plano de estudo individual deverá:

- I. informar os conteúdos nos quais o estudante precisa recuperar a aprendizagem assim como, a metodologia de acompanhamento por parte do docente especificando as atividades (trabalhos e/ou outros instrumentos avaliativos, que o professor considerar necessário), a serem realizadas pelo estudante com os respectivos prazos para entrega ao professor; e
- II. informar a quantidade de encontros presenciais (para aulas e/ou esclarecimento de dúvidas), assim como os critérios e instrumentos avaliativos a serem considerados na avaliação da aprendizagem do estudante.

Art. 123. O estudante submetido à PPE na forma de plano de estudo individual deverá ser considerado aprovado mediante constatação de desempenho satisfatório nos componentes curriculares cursados.

Parágrafo único: A constatação de desempenho satisfatório do estudante poderá ocorrer antes do término do período letivo desde que, seja cumprida a carga horária prevista no plano de estudo individual.

Art. 124. Caberá ao docente prorrogar o prazo de execução do plano de estudo individual do estudante que não demonstrar desempenho satisfatório na carga horária estabelecida no plano, desde que:

- I. o discente tenha demonstrado empenho ao longo do processo de PPE;
- II. a prorrogação possa acontecer no período letivo vigente;
- III. havendo prorrogação da duração do plano de estudo individual deverão ser estabelecidas novas estratégias de ensino, assim como aplicação de novos instrumentos avaliativos e redefinição de conteúdos caso tenha sido observado avanços nos conhecimentos adquiridos pelo estudante.

Art. 125. Os resultados de desempenho do estudante submetido à PPE deverão ser registrados no sistema acadêmico.



Art. 126. Os PPCs dos cursos técnicos integrados ao ensino médio deverão apresentar as devidas orientações sobre PPE.

Art. 127. Caberá à coordenação de curso, juntamente com a CTP e com o conselho de classe, quando houver, acompanhar os estudantes submetidos à PPE assim como acompanhar e apoiar o trabalho docente.



Art. 128. Os casos omissos serão resolvidos pelo gestor máximo do ensino no *campus*.

SEÇÃO VII - DO CONSELHO DE CLASSE PARA CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS

Art. 129. O conselho de classe deve ter regulamentação própria e sua implantação ocorrerá em até 60 (sessenta) dias a contar da divulgação do seu regulamento.

Capítulo IV - DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

SEÇÃO I - DO APROVEITAMENTO DE COMPONENTES CURRICULARES

Art. 130. O IFCE assegurará aos estudantes ingressantes e veteranos o direito de aproveitamento dos componentes curriculares cursados, mediante análise, desde que sejam obedecidos os dois critérios a seguir:

- I. o componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente curricular a ser aproveitado;
- II. o conteúdo do componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de compatibilidade com o conteúdo total do componente curricular a ser aproveitado.

Parágrafo único: Poderão ser contabilizados estudos realizados em dois ou mais componentes curriculares que se complementam, no sentido de integralizar a carga horária do componente a ser aproveitado.

Art. 131. Não haverá aproveitamento de estudos de componentes curriculares para:

- I. estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares;
- II. componentes curriculares do ensino médio propedêutico, nos casos de disciplinas de cursos técnicos integrados, conforme o Parecer CNE/CEB Nº. 39/2004.

Art. 132. O componente curricular apresentado deve estar no mesmo nível de ensino ou em um nível de ensino superior ao do componente curricular a ser aproveitado, devendo ser solicitado no máximo uma vez.

Art. 133. O estudante poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares, sem observância do semestre em que estes estiverem alocados na matriz curricular do curso, observados os seguintes prazos:

- I. até 10 (dez) dias letivos após a efetuação da matrícula - para estudantes ingressantes;
- II. até 30 (dias) dias após o início do período letivo - para estudantes veteranos.

Art. 134. A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenação do curso, acompanhada dos seguintes documentos:



- I. histórico escolar, com carga horária dos componentes curriculares, autenticado pela instituição de origem;
- II. programas dos componentes curriculares, devidamente autenticados pela instituição de origem.



Art. 135. A coordenadoria do curso deverá encaminhar a solicitação para a análise de um docente da área do componente curricular a ser aproveitado.

§ 1º O docente que analisar a solicitação deverá remeter o resultado para a coordenadoria de curso que deverá informá-lo ao estudante e encaminhá-lo à CCA para o devido registro no sistema acadêmico e arquivamento na pasta acadêmica do estudante.

§ 2º Caso o estudante discorde do resultado da análise do aproveitamento de estudos, poderá solicitar a revisão deste, uma única vez.

§ 3º O prazo para a solicitação da revisão do resultado deverá ser de até 5 (cinco) dias letivos a partir da sua divulgação.

§ 4º O gestor máximo do ensino no *campus* nomeará dois outros professores com conhecimento na área, para proceder à revisão e emitir parecer final.

Art. 136. O prazo máximo para conclusão de todos os trâmites de aproveitamento de estudos, incluindo uma eventual revisão de resultado, é de 30 (trinta) dias letivos após a solicitação inicial.

SEÇÃO II - DA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Art. 137. O IFCE validará conhecimentos adquiridos em estudos regulares ou em experiência profissional de estudantes do IFCE com situação de matrícula ativa/regularmente matriculado, mediante avaliação teórica e ou prática.

Parágrafo único: O requerente poderá estar matriculado ou não no componente curricular para o qual pretende validar conhecimentos adquiridos.

Art. 138. Não poderá ser solicitada validação de conhecimento para:

- I. estudantes que tenham sido reprovados no IFCE no componente curricular cuja validação de conhecimentos adquiridos foi solicitada;
- II. estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares;
- III. componentes curriculares do ensino médio propedêutico, nos casos de disciplinas de cursos técnicos integrados.

Art. 139. A validação de conhecimentos deverá ser aplicada por uma comissão avaliadora de pelo menos dois docentes que atendam um dos seguintes requisitos, por ordem de relevância:

- I. lecionem o componente curricular requerido e sejam lotados no curso para o qual a validação esteja sendo requerida;
- II. lecionem o componente curricular requerido;
- III. possuam competência técnica para tal fim.

Parágrafo único: A comissão avaliadora deverá ser indicada pelo gestor máximo do ensino no *campus*.



Art. 140. A solicitação de validação de conhecimentos deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenadoria do curso, juntamente com o envio dos seguintes dos seguintes documentos:

1. declaração, certificado ou diploma - para fins de validação em conhecimentos adquiridos em estudos regulares;



- II. cópia da Carteira de Trabalho (páginas já preenchidas) ou declaração do empregador ou de próprio punho, quando autônomo - para fins de validação de conhecimentos adquiridos em experiências profissionais anteriores.

Parágrafo único: A comissão avaliadora poderá solicitar documentação complementar.

Art. 141. O calendário do processo de validação de conhecimentos deverá ser instituído pelo próprio *campus*, devendo ser disponibilizado aos discentes em até 1 (um) dia anterior ao período de inscrição.

§ 1º A validação deverá ser solicitada nos primeiros 30 (trinta) dias do período letivo em curso.

§ 2º Todo o processo de validação deverá ser concluído em até 50 (cinquenta) dias letivos do semestre em curso, a contar da data inicial de abertura do calendário do processo de validação de conhecimentos, definida pelo *campus*.

Art. 142. A validação de conhecimentos de um componente curricular só poderá ser solicitada uma única vez.

Art. 143. A solicitação de validação deverá ser automaticamente cancelada, caso o estudante não compareça a qualquer uma das etapas de avaliação.

Art. 144. A nota mínima a ser alcançada pelo estudante na validação deverá ser 7,0 (sete) para os cursos de graduação e 6,0 (seis) para os cursos técnicos.

Art. 145. Em caso de discordância do resultado obtido, o estudante poderá requerer à coordenadoria de curso revisão de avaliação no prazo de 2 (dois) dias letivos após a comunicação do resultado.

Parágrafo único: O gestor máximo do ensino no *campus* nomeará dois outros professores com conhecimento na área, para proceder à revisão e emitir parecer final.

SEÇÃO III - DO EXTRAORDINÁRIO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 146. O estudante de graduação que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração dos seus cursos (LDB N.º 9.394/96 art. 47, § 2º).

Parágrafo único: Caberá à Proen normatizar o disposto neste artigo por meio de regulamentação específica.

SEÇÃO IV - CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Art. 147. O IFCE implementará certificação de competência em nível técnico, mediante



exames.

Parágrafo único - Observada a regulamentação da certificação de competência estabelecida na legislação vigente, o IFCE, por intermédio da Proen, deverá estabelecer normas complementares, regulamentando os processos em relação a prazos e procedimentos.

SEÇÃO V - CERTIFICAÇÃO DO ENSINO MÉDIO



Art. 148. A certificação de conclusão do ensino médio e a declaração de proficiência com base no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) ocorrerão nos termos das portarias normativas MEC Nº 10, de 20 de maio de 2012, e INEP Nº 144, de 24 de maio de 2012, Nº 179, de 28 de abril de 2014.

Capítulo V - DA INTERRUPÇÃO DE ESTUDOS

SEÇÃO I - DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 149. O trancamento de matrícula é o ato formal pelo qual o estudante faz a opção pela interrupção temporária dos estudos, sem perda do vínculo com o IFCE.

Art. 150. Deverá ser permitido o trancamento de matrícula em todos os cursos técnicos e de graduação ofertados pelo IFCE.

Art. 151. O estudante regularmente matriculado poderá requerer, a qualquer tempo, trancamento de matrícula, desde que não seja no seu primeiro período letivo.

§ 1º O trancamento de matrícula para estudantes com idade inferior a 18 (dezoito) anos deverá ser solicitado pelos pais ou responsável legal.

§ 2º No requerimento de trancamento de matrícula deverá ser apresentado como um dos requisitos para deferimento o documento de quitação de débitos com a biblioteca (nada consta).

§ 3º Excepcionalmente, o trancamento de matrícula no primeiro período poderá ser solicitado nos seguintes casos, devidamente comprovados:

- I. tratamento prolongado de saúde pessoal ou de familiares em primeiro grau, quando não couber atendimento domiciliar especial;
- II. convocação para o serviço militar;
- III. acompanhamento de cônjuge ou pais, nos casos de transferência compulsória de servidor público civil ou militar, ou de funcionário de empresa privada;
- IV. trabalho formal;
- V. gravidez de risco ou problemas pós-parto;
- VI. casos específicos, devidamente justificados pelo estudante, analisados e autorizados pelo gestor máximo do ensino no *campus*.

Art. 152. A solicitação de trancamento deverá ser feita pelo estudante mediante requerimento, protocolado e enviado à CTP do *campus*, no qual deve constar o período letivo final do trancamento.

§ 1º Deverá ser considerado o período letivo vigente como período inicial do trancamento.

§ 2º A CTP terá o prazo de 10 (dez) dias letivos para enviar o resultado da análise à CCA para registro no sistema acadêmico e arquivamento na pasta acadêmica do estudante.

Art. 153. O período máximo para trancamento deverá ser de:



- I. 4 (quatro) períodos letivos para cursos com periodicidade semestral de oferta de vagas;
- II. 2 (dois) períodos letivos para cursos com periodicidade anual de oferta de vagas.

Parágrafo único: A duração de um período letivo varia de acordo com a periodicidade de oferta do curso, conforme descrito no TÍTULO II -Capítulo II -SEÇÃO III -Art. 32.



Art. 154. O estudante poderá interromper o trancamento de sua matrícula em qualquer período letivo posterior ao período letivo inicial e anterior ao período final do trancamento.

§ 1º O estudante que desejar reabrir sua matrícula para um período letivo deverá fazer a solicitação no início das aulas, respeitando a data prevista no calendário acadêmico do *campus*.

§ 2º O estudante que não interromper o trancamento de sua matrícula, deverá renovar sua matrícula para o período letivo imediatamente posterior ao período letivo final de trancamento, sob pena de ter sua matrícula configurada como ABANDONO.

SEÇÃO II - DO TRANCAMENTO DE COMPONENTE CURRICULAR

Art. 155. Deverá ser admitido trancamento de componente curricular somente nos cursos técnicos concomitantes, subsequentes e de graduação, desde que o estudante permaneça matriculado, no mínimo, em 12 (doze) créditos.

§ 1º Não deverá ser permitido o trancamento de componentes curriculares no primeiro período letivo da matriz curricular do curso.

§ 2º O trancamento de componente curricular deverá ser solicitado, obrigatoriamente, nos primeiros 30 (trinta) dias do período letivo.

§ 3º A solicitação deverá feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenadoria de curso, que terá o prazo de 5 (cinco) dias letivos para responder a solicitação de trancamento.

§ 4º O requerente não poderá estar reprovado no componente curricular em que solicitar trancamento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA
DE EDUCAÇÃO BÁSICA
RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012(*)**

(*) Resolução CNE/CEB 6/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, nos artigos, 36-A, 36-B e 36-C, 36-D, 37, 39, 40, 41 e 42 da Lei 9.394/96, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação de 31 de agosto de 2012, publicado no DOU de 4 de setembro de 2012, resolve:

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Capítulo I

Objeto e Finalidade

Art. 1º A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, entende-se por Diretriz o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos.

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica, nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741/2008, abrange os cursos de:

I - Formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Parágrafo único. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, entre os quais estão incluídos os cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando-se a matrícula à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade.

Art. 3º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas *articulada* e *subsequente* ao Ensino Médio, podendo a primeira ser *integrada* ou *concomitante* a essa etapa da Educação Básica.

§ 1º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio possibilita a avaliação, o reconhecimento e a certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

§ 2º Os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições



educacionais, observadas as normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2



§ 3º Entende-se por itinerário formativo o conjunto das etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional pela instituição de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de um determinado eixo tecnológico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas.

§ 4º O itinerário formativo contempla a sequência das possibilidades articuláveis da oferta de cursos de Educação Profissional, programado a partir de estudos quanto aos itinerários de profissionalização no mundo do trabalho, à estrutura sócio-ocupacional e aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços, o qual orienta e configura uma trajetória educacional consistente.

§ 5º As bases para o planejamento de cursos e programas de Educação Profissional, segundo itinerários formativos, por parte das instituições de Educação Profissional e Tecnológica, são os Catálogos Nacionais de Cursos mantidos pelos órgãos próprios do MEC e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Art. 4º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, articula-se com o Ensino Médio e suas diferentes modalidades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura.

Parágrafo único. A Educação de Jovens e Adultos deve articular-se, preferencialmente, com a Educação Profissional e Tecnológica, propiciando, simultaneamente, a qualificação profissional e a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores.

Art. 5º Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio- históricos e culturais.

Capítulo II

Princípios Norteadores

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a



vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas; 3



IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade,

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

TÍTULO II ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

Capítulo I Formas de Oferta

Art. 7º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas *articulada* e *subsequente* ao Ensino Médio:

I - a *articulada*, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas:

a) *integrada*, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclue a última etapa da Educação Básica;

b) *concomitante*, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino;

c) *concomitante* na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas *integrada* no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo



de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;

II - a *subsequente*, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. 4



Art. 8º Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio podem ser desenvolvidos nas formas *articulada integrada* na mesma instituição de ensino, ou *articulada concomitante* em instituições de ensino distintas, mas com projeto pedagógico unificado, mediante convênios ou acordos de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento desse projeto pedagógico unificado na forma integrada.

§ 1º Os cursos assim desenvolvidos, com projetos pedagógicos unificados, devem visar simultaneamente aos objetivos da Educação Básica e, especificamente, do Ensino Médio e também da Educação Profissional e Tecnológica, atendendo tanto a estas Diretrizes, quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, assim como às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e às diretrizes complementares definidas pelos respectivos sistemas de ensino.

§ 2º Estes cursos devem atender às diretrizes e normas nacionais definidas para a modalidade específica, tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, Educação Especial e Educação a Distância.

Art. 9º Na oferta de cursos na forma subsequente, caso o diagnóstico avaliativo evidencie necessidade, devem ser introduzidos conhecimentos e habilidades inerentes à Educação Básica, para complementação e atualização de estudos, em consonância com o respectivo eixo tecnológico, garantindo o perfil profissional de conclusão.

Art. 10 A oferta de curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em instituições públicas e privadas, em quaisquer das formas, deve ser precedida da devida autorização pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.

Art. 11 A oferta da Educação Profissional para os que não concluíram o Ensino Médio pode se dar sob a forma de articulação integrada com a Educação de Jovens e Adultos.

Parágrafo único. As instituições de ensino devem estimular a continuidade dos estudos dos que não estejam cursando o Ensino Médio e alertar os estudantes de que a certificação do Ensino Médio é condição necessária para a obtenção do diploma de técnico.

Capítulo II

Organização Curricular

Art. 12 Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e organizado pelo Ministério da Educação ou em uma ou mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Art. 13 A estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, implica considerar:

I - a matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos;

II - o núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social;

III - os conhecimentos e as habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, vinculados à Educação Básica deverão permear o currículo dos cursos técnicos de nível médio, de acordo com as especificidades dos mesmos, como



elementos essenciais para a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão; 5



IV - a pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas;

V - a atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados em ampla base de dados, pesquisas e outras fontes de informação pertinentes.

Art. 14 Os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos estudantes:

I - diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação;

II - elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;

III - recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática;

IV - domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual;

V - instrumentais de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho;

VI - fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

Art. 15 O currículo, consubstanciado no plano de curso e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição educacional, nos termos de seu projeto político-pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Art. 16. As instituições de ensino devem formular, coletiva e participativamente, nos termos dos arts. 12, 13, 14 e 15 da LDB, seus projetos político-pedagógicos e planos de curso.

Art. 17 O planejamento curricular fundamenta-se no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso, o qual é definido pela explicitação dos conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais, tanto aquelas que caracterizam a preparação básica para o trabalho, quanto as comuns para o respectivo eixo tecnológico, bem como as específicas de cada habilitação profissional e das etapas de qualificação e de especialização profissional técnica que compõem o correspondente itinerário formativo.

Parágrafo único. Quando se tratar de profissões regulamentadas, o perfil profissional de conclusão deve considerar e contemplar as atribuições funcionais previstas na legislação específica referente ao exercício profissional fiscalizado.

Art. 18 São critérios para o planejamento e a organização de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade;

II - conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino, em termos de reais condições de viabilização da proposta pedagógica;



III - possibilidade de organização curricular segundo itinerários formativos, de acordo com os correspondentes eixos tecnológicos, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica consonantes com políticas públicas indutoras e arranjos socioprodutivos e culturais locais; 6



IV - identificação de perfil profissional de conclusão próprio para cada curso, que objetive garantir o pleno desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais requeridas pela natureza do trabalho, segundo o respectivo eixo tecnológico, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica e em condições de responder, de forma original e criativa, aos constantes desafios da vida cidadã e profissional.

Art. 19 O Ministério da Educação manterá atualizado o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos organizado por eixos tecnológicos, para subsidiar as instituições educacionais na elaboração dos perfis profissionais de conclusão, bem como na organização e no planejamento dos cursos técnicos de nível médio e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio.

§ 1º A atualização regular do Catálogo deve ser realizada de forma participativa, em regime de colaboração com as redes, instituições e órgãos especificamente voltados para a Educação Profissional e Tecnológica, representados pela Comissão Executiva Nacional do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CONAC), ou similar.

§ 2º São permitidos cursos experimentais, não constantes do Catálogo, devidamente aprovados pelo órgão próprio de cada sistema de ensino, os quais serão submetidos anualmente à CONAC ou similar, para validação ou não, com prazo máximo de validade de 3 (três) anos, contados da data de autorização dos mesmos.

Art. 20 Os planos de curso, coerentes com os respectivos projetos político pedagógicos, são submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos correspondentes Sistemas de Ensino, contendo obrigatoriamente, no mínimo:

- I - identificação do curso;
- II - justificativa e objetivos;
- III - requisitos e formas de acesso;
- IV - perfil profissional de conclusão;
- V - organização curricular;
- VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;
- VII - critérios e procedimentos de avaliação;
- VIII - biblioteca, instalações e equipamentos;
- IX - perfil do pessoal docente e técnico;
- X - certificados e diplomas a serem emitidos.

§ 1º A organização curricular deve explicitar:

- I - componentes curriculares de cada etapa, com a indicação da respectiva bibliografia básica e complementar;
- II - orientações metodológicas;
- III - prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem;
- IV - estágio profissional supervisionado, em termos de prática profissional em situação real de trabalho, assumido como ato educativo da instituição educacional, quando previsto.

§ 2º As instituições educacionais devem comprovar a existência das necessárias instalações e equipamentos na mesma instituição ou em instituição distinta, cedida por terceiros, com viabilidade de uso devidamente comprovada.

Art. 21 A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada



habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio.

§ 1º A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais,



tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

§ 2º A prática profissional supervisionada, caracterizada como prática profissional em situação real de trabalho, configura-se como atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional.

§ 3º O estágio profissional supervisionado, quando necessário em função da natureza do itinerário formativo, ou exigido pela natureza da ocupação, pode ser incluído no plano de curso como obrigatório ou voluntário, sendo realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da Lei nº 11.788/2008 e conforme Diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4º O plano de realização do estágio profissional supervisionado deve ser explicitado na organização curricular e no plano de curso, uma vez que é ato educativo de responsabilidade da instituição educacional, conforme previsto no inciso V do art. 20 desta Resolução.

§ 5º A carga horária destinada à realização de atividades de estágio profissional supervisionado deve ser adicionada à carga horária mínima estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação ou prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para a duração do respectivo curso técnico de nível médio ou correspondente qualificação ou especialização profissional.

Art. 22 A organização curricular dos cursos técnicos de nível médio deve considerar os seguintes passos no seu planejamento:

I - adequação e coerência do curso com o projeto político-pedagógico e com o regimento da instituição de ensino;

II - adequação à vocação regional e às tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes; III - definição do perfil profissional de conclusão do curso, projetado na identificação do itinerário formativo planejado pela instituição educacional, com base nos itinerários de profissionalização claramente identificados no mundo do trabalho, indicando as efetivas possibilidades de contínuo e articulado aproveitamento de estudos;

IV - identificação de conhecimentos, saberes e competências pessoais e profissionais definidoras do perfil profissional de conclusão proposto para o curso;

V - organização curricular flexível, por disciplinas ou componentes curriculares, projetos, núcleos temáticos ou outros critérios ou formas de organização, desde que compatíveis com os princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e da integração entre teoria e prática, no processo de ensino e aprendizagem;

VI - definição de critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem;

VII - identificação das reais condições técnicas, tecnológicas, físicas, financeiras e de pessoal habilitado para implantar o curso proposto;

VIII - elaboração do plano de curso a ser submetido à aprovação dos órgãos competentes do respectivo sistema de ensino;

IX - inserção dos dados do plano de curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, aprovado pelo respectivo sistema de ensino, no cadastro do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), mantido pelo Ministério da Educação, para fins de validade nacional dos certificados e diplomas emitidos;

X - avaliação da execução do respectivo plano de curso.

§ 1º A autorização de curso está condicionada ao atendimento de aspirações e interesses dos



cidadãos e da sociedade, e às especificidades e demandas socioeconômico-ambientais.
§ 2º É obrigatória a inserção do número do cadastro do SISTEC nos diplomas e certificados dos concluintes de curso técnico de nível médio ou correspondentes qualificações 8



e especializações técnicas de nível médio, para que os mesmos tenham validade nacional para fins de exercício profissional.

Art. 23 O Ministério da Educação, no âmbito do SISTEC, organiza e divulga o Cadastro Nacional de Instituições de Ensino que ofertam Educação Profissional e Tecnológica, cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como de estudantes matriculados e certificados ou diplomados.

Parágrafo único. A inclusão de dados no SISTEC não desobriga a instituição educacional de prestar as devidas informações ao censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para fins de estatísticos e de exigência legal, tal como o cálculo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Art. 24 Na perspectiva de educação continuada para o desenvolvimento pessoal e do itinerário formativo de profissionais técnicos e de graduados em áreas correlatas, e para o atendimento de demandas específicas do mundo do trabalho, podem ser organizados cursos de Especialização Técnica de Nível Médio, vinculados, pelo menos, a uma habilitação profissional do mesmo eixo tecnológico.

Parágrafo único. A instituição ofertante de curso de Especialização Técnica de Nível Médio deve ter em sua oferta regular curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio correspondente, ou no respectivo eixo tecnológico relacionado estreitamente com o perfil profissional de conclusão da especialização.

Art. 25 Demandas de atualização e de aperfeiçoamento de profissionais podem ser atendidas por cursos ou programas de livre oferta, desenvolvidos inclusive no mundo do trabalho, os quais podem vir a ter aproveitamento em curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, mediante avaliação, reconhecimento e certificação por parte de instituição que mantenha este curso, desde que estejam de acordo com estas Diretrizes Curriculares Nacionais e previstas nos Catálogos Nacionais de Cursos instituídos e organizados pelo MEC.

Capítulo III

Duração dos cursos

Art. 26 A carga horária mínima de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio é indicada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, segundo cada habilitação profissional.

Parágrafo único. Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o plano de curso técnico de nível médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

Art. 27 Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma articulada com o Ensino Médio, integrada ou concomitante em instituições de ensino distintas com projeto pedagógico unificado, têm as cargas horárias totais de, no mínimo, 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, conforme o número de horas para as respectivas habilitações profissionais indicadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, seja de 800, 1.000 ou 1.200 horas.

Art. 28 Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma *articulada integrada* com o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, têm a carga horária mínima total de 2.400 horas, devendo assegurar, cumulativamente, o mínimo de 1.200 horas para a formação no Ensino Médio, acrescidas de 1.200 horas destinadas à formação



profissional do técnico de nível médio.

Parágrafo único. Nos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) exige-se a seguinte duração: 9



I - mínimo geral de 2.400 horas;

II - pode ser computado no total de duração o tempo que venha a ser destinado à realização de estágio profissional supervisionado e/ou dedicado a trabalho de conclusão de curso ou similar nas seguintes proporções:

a) nas habilitações com 800 horas, podem ser computadas até 400 horas;

b) nas habilitações com 1.000 horas, podem ser computadas até 200 horas.

III - no caso de habilitação profissional de 1.200 horas, as atividades de estágio devem ser necessariamente adicionadas ao mínimo de 2.400 horas.

Art. 29 Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidos nas formas *subsequente e articulada concomitante*, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, portanto sem projeto pedagógico unificado, devem respeitar as cargas horárias mínimas de 800, 1.000 ou 1.200 horas, conforme indicadas para as respectivas habilitações profissionais no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos instituído e mantido pelo MEC.

Art. 30 A carga horária mínima, para cada etapa com terminalidade de qualificação profissional técnica prevista em um itinerário formativo de curso técnico de nível médio, é de 20% (vinte por cento) da carga horária mínima indicada para a respectiva habilitação profissional no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos instituído e mantido pelo MEC.

Art. 31 A carga horária mínima dos cursos de especialização técnica de nível médio é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária mínima indicada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para a habilitação profissional a que se vincula.

Art. 32 A carga horária destinada a estágio profissional supervisionado, quando previsto em plano de curso, em quaisquer das formas de oferta do curso técnico de nível médio, deverá ser adicionada à carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional.

Art. 33 Os cursos técnicos de nível médio oferecidos, na modalidade de Educação a Distância, no âmbito da área profissional da Saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, no caso dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária presencial, nos termos das normas específicas definidas em cada sistema de ensino.

§ 1º Em polo presencial ou em estruturas de laboratórios móveis devem estar previstas atividades práticas de acordo com o perfil profissional proposto, sem prejuízo da formação exigida nos cursos presenciais.

§ 2º A atividade de estágio profissional supervisionado, quando exigida, em razão da natureza tecnológica e do perfil profissional do curso, terá a carga horária destinada ao mesmo, no respectivo plano de curso, sempre acrescida ao percentual exigido para ser cumprido com carga horária presencial.

TÍTULO III AVALIAÇÃO, APROVEITAMENTO E CERTIFICAÇÃO

Capítulo I

Avaliação e aproveitamento

Art. 34 A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Art. 35 A avaliação da aprendizagem utilizada para fins de validação e aproveitamento de saberes profissionais desenvolvidos em experiências de trabalho ou de estudos formais e não



formais, deve ser propiciada pelos sistemas de ensino como uma forma de valorização da 10



experiência extraescolar dos educandos, objetivando a continuidade de estudos segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos.

§ 1º Os sistemas de ensino devem elaborar diretrizes metodológicas para avaliação e validação dos saberes profissionais desenvolvidos pelos estudantes em seu itinerário profissional e de vida, para fins de prosseguimento de estudos ou de reconhecimento dos saberes avaliados e validados, para fins de certificação profissional, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão do respectivo curso técnico de nível médio.

§ 2º Os sistemas de ensino devem, respeitadas as condições de cada instituição educacional, oferecer oportunidades de complementação de estudos, visando a suprir eventuais insuficiências formativas constatadas na avaliação.

Art. 36 Para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Capítulo II **Certificação**

o

Art. 37 A avaliação e certificação, para fins de exercício profissional, somente poderão ser realizadas por instituição educacional devidamente credenciada que apresente em sua oferta o curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio correspondente, previamente autorizado.

§ 1º A critério do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, instituições de ensino que não tenham o correspondente curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, mas ofertem cursos inscritos no mesmo eixo tecnológico, cuja formação tenha estreita relação com o perfil profissional de conclusão a ser certificado, podem realizar os processos previstos no *caput* deste artigo.

§ 2º A certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou ao reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

§ 3º O Conselho Nacional de Educação elaborará diretrizes para a certificação profissional.

§ 4º O Ministério da Educação, por meio da Rede Nacional de Certificação Profissional e



Formação Inicial e Continuada (Rede CERTIFIC), elaborará padrões nacionais de certificação profissional para serem utilizados obrigatoriamente pelas instituições de Educação Profissional e Tecnológica do sistema federal de ensino e das redes públicas estaduais, quando em processos de certificação. 11



§ 5º As instituições educacionais poderão aderir à Rede CERTIFIC e, se acreditadas, poderão realizar reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de acordo com o respectivo perfil profissional de conclusão do curso;

§ 6º As instituições que possuam metodologias de certificação profissional poderão utilizá-las nos processos de certificação, desde que autorizadas pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, até a elaboração das diretrizes para a certificação profissional.

Art. 38 Cabe às instituições educacionais expedir e registrar, sob sua responsabilidade, os diplomas de técnico de nível médio, sempre que seus dados estejam inseridos no SISTEC, a quem caberá atribuir um código autenticador do referido registro, para fins de validade nacional dos diplomas emitidos e registrados.

§ 1º A instituição de ensino responsável pela certificação que completa o itinerário formativo do técnico de nível médio expedirá o correspondente diploma de técnico de nível médio, observado o requisito essencial de conclusão do Ensino Médio.

§ 2º Os diplomas de técnico de nível médio devem explicitar o correspondente título de técnico na respectiva habilitação profissional, indicando o eixo tecnológico ao qual se vincula.

§ 3º Ao concluinte de etapa com terminalidade que caracterize efetiva qualificação profissional técnica para o exercício no mundo do trabalho e que possibilite a construção de itinerário formativo é conferido certificado de qualificação profissional técnica, no qual deve ser explicitado o título da ocupação certificada.

§ 4º Aos detentores de diploma de curso técnico que concluírem, com aproveitamento, os cursos de especialização técnica de nível médio é conferido certificado de especialização técnica de nível médio, no qual deve ser explicitado o título da ocupação certificada.

§ 5º Os históricos escolares que acompanham os certificados e diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

§ 6º A revalidação de certificados de cursos técnicos realizados no exterior é de competência das instituições de Educação Profissional e Tecnológica integrantes do sistema federal de ensino e pelas instituições públicas credenciadas pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, conforme suas disponibilidades de pessoal docente qualificado nos eixos tecnológicos pertinentes.

Capítulo III

Avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Art. 39 Na formulação e no desenvolvimento de política pública para a Educação Profissional e Tecnológica, o Ministério da Educação, em regime de colaboração com os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação e demais órgãos dos respectivos sistemas de ensino, promoverá, periodicamente, a avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, garantida a divulgação dos resultados, com a finalidade de:

I - promover maior articulação entre as demandas socioeconômico-ambientais e a oferta de cursos, do ponto de vista qualitativo e quantitativo;

II - promover a expansão de sua oferta, em cada eixo tecnológico;

III - promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional;

IV - zelar pelo cumprimento das responsabilidades sociais das instituições mediante valorização de sua missão, afirmação da autonomia e da identidade institucional, atendimento



às demandas socioeconômico-ambientais, promoção dos valores democráticos e respeito à diferença e à diversidade. 12



TÍTULO IV FORMAÇÃO DOCENTE

Art. 40 A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Os sistemas de ensino devem viabilizar a formação a que se refere o *caput* deste artigo, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério da Educação e instituições de Educação Superior.

§ 2º Aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, é assegurado o direito de participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente, podendo ser considerado equivalente às licenciaturas:

I - excepcionalmente, na forma de pós-graduação *lato sensu*, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente;

II - excepcionalmente, na forma de reconhecimento total ou parcial dos saberes profissionais de docentes, com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício como professores da Educação Profissional, no âmbito da Rede CERTIFIC;

III - na forma de uma segunda licenciatura, diversa da sua graduação original, a qual o habilitará ao exercício docente.

§ 3º O prazo para o cumprimento da excepcionalidade prevista nos incisos I e II do § 2º deste artigo para a formação pedagógica dos docentes em efetivo exercício da profissão, encerrar-se-á no ano de 2020.

§ 4º A formação inicial não esgota as possibilidades de qualificação profissional e desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada de professores.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio são obrigatórias a partir do início do ano de 2013.

§ 1º Os sistemas e instituições de ensino que tenham condições de implantar as Diretrizes Curriculares Nacionais, poderão fazê-lo imediatamente.

§ 2º Fica ressalvado, aos alunos matriculados no período de transição, o direito de conclusão de cursos organizados com base na Resolução CNE/CEB nº 4/99, atualizada pela Resolução CNE/CEB nº 1/2005, e regulamentações subsequentes.

Art. 42 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as disposições da Resolução CNE/CEB nº 4/99 e da Resolução CNE/CEB nº 1/2005.

RAIMUNDO MOACIR MENDES FEITOSA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO CEARÁ CONSELHO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº 028, DE 08 DE AGOSTO DE 2014**

Aprova o Manual do Estagiário.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ,**

no uso de suas atribuições, considerando as determinações contidas na Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008 e a deliberação do colegiado, na 29ª reunião, realizada nesta data

R E S O L V E Art. 1º - Aprovar o Manual do Estagiário, cujo conteúdo consiste na regulamentação das atividades de estágio dos alunos do IFCE.

Virgílio Augusto Sales Araripe
Presidente do Conselho Superior

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO CEARÁ CONSELHO SUPERIOR.**

MANUAL DO ESTAGIÁRIO PROEXT 2014

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO CEARÁ CONSELHO SUPERIOR ÍNDICE**

I - APRESENTAÇÃO	04
II – PROCEDIMENTOS PARA O ESTÁGIO	05
III – DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	06
IV – DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O ESTÁGIO NÃO – OBRIGATÓRIO	07
V – LEGISLAÇÃO DO ESTÁGIO	08
VI – REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	18



APRESENTAÇÃO

Caros alunos, O presente manual visa a oferecer orientações sobre os procedimentos de estágio supervisionado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Nele, serão encontradas as diretrizes essenciais para a realização das atividades de estágio com base na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Leia-o criteriosamente e, para solucionar as eventuais dúvidas, procure esclarecimento na Coordenadoria de Estágios. 5

1. Para ingressar no estágio, a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, estabelece os seguintes requisitos:

Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

Celebração de termo de compromisso de estágio;

Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso de estágio, bem como adequação ao projeto pedagógico do curso;

Acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e pelo supervisor da parte concedente, comprovado por relatórios.

2. Antes de ingressar no estágio:

a. Solicitar e preencher ficha de matrícula no estágio na coordenadoria de acompanhamento de estágios;

b. Preencher termo de compromisso de estágio em 03 (três) vias;

c. Preencher o plano de atividades em 03 (três) vias;

d. Apresentar cópia da proposta de seguro de vida com seu respectivo comprovante de pagamento ou da apólice de seguro contra acidentes pessoais ou cópia contratada pela parte concedente.

II – Durante o estágio:

a. Apresentar relatório periódico de atividades com vistos do professor orientador da instituição de ensino, do supervisor do estágio na parte concedente e do aluno, a cada 06 (seis) meses.

III – Conclusão do estágio:

a. Apresentar ficha de avaliação do estagiário na coordenadoria de estágios;

b. Apresentar relatório final de estágio na coordenadoria de estágios;

c. Requerer a conclusão do estágio supervisionado;

d. Apresentar relatório final de atividades.

3. Antes de ingressar no estágio: Apresentar termo de compromisso de estágio e plano de atividades preenchidas e assinadas pelas partes em 03 (três) vias. II – Durante o estágio: Relatório periódico de atividades com vistos do professor orientador da instituição de ensino, do supervisor de estágio na empresa e do aluno, a cada 06 (seis) meses. III – Conclusão de



estágio: Termo de encerramento de estágio fornecido pela parte concedente do estágio.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ CONSELHO SUPERIOR LEI Nº 11.788, DE 25 DE
SETEMBRO DE 2008.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO.**

Art. 1o Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1o O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2o O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2o O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1o Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2o Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3o As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3o O estágio, tanto na hipótese do § 1o do art. 2o desta Lei quanto na prevista no § 2o do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;



II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em



instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo; IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais; V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante. Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de



ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE



Art. 9o As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1o O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2o Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser



acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.



Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional. § 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.



Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 428.



§ 1o A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

§ 3o O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

§ 7o Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1o deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008 18 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ CONSELHO SUPERIOR REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CAPÍTULO I DO EXERCÍCIO ORIENTADO DA PROFISSÃO (ESTÁGIO SUPERVISIONADO)

Art. 1º - O exercício orientado da profissão (estágio supervisionado) é condição indispensável para a conclusão e obtenção do diploma de técnico, tecnólogo, bacharel e licenciado nos cursos para os quais a realização do estágio seja definido como obrigatório.

§ 1º - Considera-se estágio supervisionado obrigatório aquele definido no projeto pedagógico do curso e cuja carga horária seja requisito indispensável para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º - Considera-se estágio não – obrigatório aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso.

§ 3º – Nos casos previstos nos parágrafos anteriores, somente poderão desenvolver atividades em estágio os educandos que estejam com matrícula e frequência regular em curso de educação superior ou de educação profissional, em exceção aos casos apresentados no Art. 16 deste regulamento.

§ 4º - As atividades de extensão, de monitorias, de iniciação científica na educação superior, bem como aquelas desenvolvidas nos laboratórios da instituição, devidamente cadastradas na Pró-reitoria, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico de cada curso e desde que sigam as normas legais e os dispositivos deste regulamento.

Parágrafo único – Para os casos de contrato de trabalho, as atividades desenvolvidas serão avaliadas pelo professor orientador para efeito de aproveitamento como carga horária de estágio.

Art. 2º - O estágio será administrado pela Coordenadoria de Acompanhamento Estágios ou



setor equivalente, sendo acompanhado e supervisionado por um ou mais de um professor orientador de cada curso.

Art. 3º - A carga horária mínima para o cumprimento do Estágio Supervisionado será definida no projeto pedagógico e matriz curricular de cada curso.

Art. 4º - O Estágio Supervisionado somente poderá ser cursado a partir do período definido por cada curso, em seu respectivo projeto pedagógico, para a sua realização.



§ 1º - As atividades em estágio obrigatório poderão ser realizadas em empresas (pessoas jurídicas de direito privado), órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como em escritórios de profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, desde que seja realizado no período previsto no projeto pedagógico do curso, condicionado ainda à contratação pela parte concedente do estágio, de seguro contra acidentes pessoais em favor do aluno e designação de supervisor para acompanhamento e orientação das atividades executadas no estágio, além da observância das demais normas legais aplicáveis à espécie.

§ 2º - As atividades em estágio supervisionado também poderão ser realizadas nos laboratórios, oficinas e no ensino médio da própria instituição, cabendo à diretoria de Ensino definir as normas, número de vagas de estágio em cada laboratório, bem como os professores orientadores responsáveis pela orientação e supervisão do estágio, devendo ainda fazer constar tal previsão no projeto pedagógico de cada curso.

§ 3º - As vagas para estágio nos laboratórios da instituição serão prioritariamente destinadas aos alunos que tenham atendido a todos os requisitos necessários para a matrícula no Estágio Supervisionado.

§ 4º - No caso do parágrafo anterior, será facultada ao aluno e à parte concedente, a manutenção do estágio até o limite máximo de 02 (dois) anos, incluindo o tempo cumprido no estágio supervisionado, desde que apresente relatório periódico de atividades em prazo não superior a 06 (seis) meses e obedeça às demais previsões legais e as disposições previstas neste regulamento, exceto nos casos previstos no Art 11 da Lei nº 11.788.

§ 5º - O aluno matriculado no Estágio Supervisionado, sejam suas atividades desempenhadas na instituição ou em outra parte concedente, deverá apresentar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios, relatórios diários e periódicos de atividades (ANEXO II e III) com o visto do professor orientador e do supervisor do estágio em prazo não superior a 06 (seis) meses.

§ 6º - Por ocasião do encerramento do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios o requerimento de conclusão do estágio, o relatório final (ANEXO IV) e a ficha de avaliação do estagiário firmada por supervisor designado pela parte concedente. A avaliação final se dará nos moldes do Capítulo III deste regulamento.

Art. 5º - O estágio poderá ser obtido através da Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios, pelo próprio aluno com o apoio desta ou por intermédio dos agentes de integração.

Art. 6º - A matrícula para o Estágio Supervisionado terá vigência por um semestre letivo

Parágrafo único - Na hipótese de ocorrer rescisão ou mudança da parte concedente do estágio antes de o aluno ter completado a carga horária total exigida no projeto pedagógico do curso para o cumprimento do Estágio Supervisionado, serão consideradas as horas já cumpridas. Art.

7º - A jornada de estágio poderá ser cumprida em até 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º - Ao aluno compete:



a. A efetivação da matrícula no Estágio Supervisionado será na Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios. Neste ato, o aluno deverá apresentar a ficha de matrícula no estágio (ANEXO I) devidamente preenchida e assinada, tratando-se de condição básica para o início do Estágio Supervisionado e a contagem da carga horária necessária para o seu cumprimento.



- b. Apresentar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios, em prazo não superior a 06 (seis) meses, relatórios diários e periódicos de atividades em estágio (ANEXO II e III), contendo as assinaturas do aluno, do professor orientador e do supervisor do estágio na parte concedente.
- c. Por ocasião do encerramento do Estágio Supervisionado, protocolar, em local a ser definido pela Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios do Campus, o requerimento de conclusão desta, o relatório final (ANEXO IV) e a ficha de avaliação do estagiário firmada pelo supervisor do estágio na parte concedente.
- d. Apresentar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios, para o caso de contabilização parcial das horas necessárias para o cumprimento do Estágio Supervisionado, o relatório final (ANEXO IV) e a ficha de avaliação do estagiário firmada pelo supervisor do estágio na parte concedente.
- e. Apresentar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios o comprovante de recebimento da certidão a que se refere a alínea c, do art. 10, pela parte concedente.

Art. 9º - À Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios compete:

- a. Divulgar as regras previstas neste regulamento junto à comunidade acadêmica.
- b. Celebrar termo de compromisso de estágio com a parte concedente e com o aluno ou com seu representante ou assistente legal, quando aquele for, respectivamente, absoluta ou relativamente incapaz.
- c. Divulgar as vagas para estágio ofertadas pelas partes concedentes sempre que por estas solicitadas.
- d. Fornecer mensalmente ao professor orientador de cada curso a relação de alunos que desenvolvem atividades em estágio (supervisionado ou não), na qual conste o endereço das partes concedentes e a vigência do estágio, com vista à avaliação das instalações daquelas, a supervisão e o acompanhamento do estagiário, observado o disposto na alínea a do Art. 11.
- e. Encaminhar à Coordenadoria de Controle Acadêmico a documentação referente ao Estágio Supervisionado, para instruir a expedição do diploma ou a conclusão da mesma.

Art. 10 – À Diretoria de ensino em conjunto com as Coordenações de Curso, compete:

- a. Indicar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica, à etapa e modalidade de formação escolar do estudante, ao horário e calendário escolar de cada um dos cursos, como meio de possibilitar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios a intermediação destas informações às partes concedentes.
- b. Indicar um ou mais professores orientadores da área a ser desenvolvida no estágio (supervisionado ou não) de cada curso, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.
- c. Comunicar à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios, no início de cada período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas ou fornecer certidão ao aluno, por ocasião da realização de tais atividades, para apresentação à parte concedente de



estágio mediante recibo e posterior entrega à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios.

Art. 11 – Ao Professor Orientador compete:

a. Realizar visitas periódicas às partes concedentes, onde houver alunos estagiários para acompanhar o desempenho do aluno, avaliar as instalações e sua adequação à formação cultural



e profissional do educando. No caso das Licenciaturas, a carga/horária será mediada pelo departamento ou diretoria de ensino.

b. Contribuir com à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios relação de novas empresas e instituições que atuam na área específica do curso.

c. Observar a compatibilidade do estágio realizado em partes concedentes com a proposta pedagógica do curso, à etapa, modalidade de formação escolar do estudante, ao horário e calendário escolar, orientando e encaminhando o aluno para outro local em caso de descumprimento de suas normas.

d. Solicitar do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatórios diários e periódicos de atividades, encaminhado-o à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios para guarda e arquivo até a conclusão do estágio (ANEXO II e III).

Art. 12 – Ao Supervisor de Estágio compete:

a. Preencher o plano de atividades do estagiário, junto com o aluno e o Professor Orientador;

b. Acompanhar as atividades que o aluno desenvolverá durante o Estágio;

c. Enviar a Termo de realização e Avaliação do Estágio, após o término do estágio, para a Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios do respectivo Campus (ANEXO VII).

Parágrafo único - Os supervisores deverão ter, no mínimo, o mesmo nível de formação que o discente obterá ao concluir o curso que ensinou o estágio ou que se adequem as condições do Art. 9, inciso III da Lei nº 11.788.

CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO

Art. 13 – Para a avaliação final do Estágio Supervisionado, caso o projeto pedagógico do curso não disponha em sentido diverso, o professor orientador emitirá parecer, atribuindo conceito satisfatório ou insatisfatório às atividades em estágio realizadas pelo aluno, considerando:

a. A avaliação do aluno por parte do supervisor do estágio na parte concedente (Anexo VII).

b. Os relatórios diários e periódicos de atividades (ANEXO II e III).

c. O relatório final, levando em conta a compatibilidade das atividades executadas com a grade curricular da habilitação, bem como a qualidade e quantidade das atividades desenvolvidas no estágio (ANEXO IV).

Art. 14 - Em caso de parecer com conceito insatisfatório, a Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios esclarecerá ao aluno da necessidade de realização de novo estágio.

Art. 15 - O aluno não terá validado seu estágio quando proceder ao trancamento ou abandono do semestre ou do curso ou, ainda, à reprovação por faltas em todas as disciplinas cursadas no respectivo período ou semestre.

Parágrafo único – O aluno terá, no entanto, validado seu estágio quando não conseguir



aprovação por nota nas demais disciplinas do período que cursa, desde que apresente os relatórios diários, periódicos e final de estágio, de acordo com a alínea b e c do art. 8 e tenha suas atividades de estágio consideradas como satisfatórias pelo professor orientador.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS



Art. 16 – O aluno poderá se matricular apenas no Estágio Supervisionado nos casos em que tenha cursado todas as disciplinas teóricas de sua grade curricular no período letivo imediatamente anterior, levando-se em consideração as dificuldades locais e regionais para captação de estágios ao longo do curso, desde que, devidamente justificada pela Diretoria de Ensino.

§ 1º – O aluno que estiver afastado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, por qualquer motivo e por mais de 1 (um) período letivo, deverá solicitar seu reingresso nos termos definidos no Regulamento de Organização Didática do Instituto Federal do Ceará.

Art. 17 – O aluno que for proprietário ou sócio de pessoa jurídica terá suas atividades computadas para efeito de cumprimento do Estágio Supervisionado, desde que compatíveis com a habilitação conforme parecer ou autorização do professor orientador do respectivo curso; sejam tais atividades desempenhadas enquanto regularmente matriculado; proceda à matrícula no Estágio Supervisionado junto à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e atenda às normas legais e às estabelecidas neste regulamento.

§ 1º – Para o aproveitamento das atividades de que trata o caput deste artigo, o aluno deverá apresentar a ficha de matrícula do Estágio Supervisionado, o parecer ou autorização do professor orientador, o contrato social da empresa ou outro instrumento constitutivo da pessoa jurídica, cópias reprográficas do documento de identidade, do cadastro de pessoas físicas e comprovante de endereço da respectiva pessoa jurídica.

§ 2º - Para o encerramento do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar os relatórios, diários, periódicos e final do estágio devidamente vistos pelo professor orientador e a ficha de avaliação do estagiário firmada por algum cliente da empresa da qual o aluno seja sócio ou proprietário.

Art. 18 – O aluno que exercer atividades como profissional liberal ou autônomo terá estas validadas para efeito de cumprimento do Estágio Supervisionado, desde que compatíveis com a habilitação conforme parecer ou autorização do professor orientador do respectivo curso; sejam tais atividades desempenhadas enquanto regularmente matriculado; proceda à matrícula no Estágio Supervisionado junto à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e atenda às normas legais e às estabelecidas neste regulamento.

§ 1º - Para a comprovação da natureza autônoma de prestação de serviços, o aluno poderá apresentar comprovante de recolhimento de contribuição previdenciária como contribuinte individual, comprovante de recolhimento de imposto sobre serviços de qualquer natureza), declaração comprobatória de percepção de rendimentos (decore) expedida e firmada por contabilista, devidamente autenticada por meio de colagem da etiqueta auto-adesiva denominada declaração de habilitação profissional (dhp), contrato de prestação de serviço ou qualquer outro meio lícito que seja suficiente para provar sua condição, sob as penas da lei.

§ 2º - O professor orientador, para emitir parecer sobre o relatório de estágio, deverá visitar o ambiente de trabalho e avaliar as atividades desenvolvidas pelo aluno.

§ 3º - Para o encerramento do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar os relatórios diários, periódicos e final do estágio devidamente vistos pelo professor orientador e a ficha de avaliação do estagiário firmada por algum cliente do aluno.

Art. 19 – O aluno pertencente ao quadro funcional de uma empresa (empregado) bem como os servidores públicos terão suas atividades computadas para efeito de cumprimento do Estágio Supervisionado, desde que compatíveis com a habilitação conforme parecer ou



autorização do professor orientador do respectivo curso; sejam tais atividades desempenhadas enquanto regularmente matriculado; proceda à matrícula no Estágio Supervisionado junto à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e atenda às normas legais e às estabelecidas neste regulamento.

§ 1º – Para o aproveitamento das atividades de que trata o caput deste artigo, o aluno deverá apresentar cópias de sua carteira de trabalho e previdência social (ctps) ou o ato de nomeação,



o termo de posse e de efetivo exercício que comprovem sua condição de empregado ou de servidor.

§ 2º - Para o encerramento do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar os relatórios diários e periódicos (ambos vistados pelo supervisor da empresa e professor orientador, ANEXO II e III), o relatório final do estágio (ANEXO IV) e o termo de realização firmado por seu chefe imediato na empresa ou órgão de lotação.

Art. 20 - O aluno que, por qualquer motivo, interromper o estágio, deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do desligamento, comunicar tal fato à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios mediante apresentação do respectivo termo de rescisão.

Art. 21 – O aluno que, por qualquer motivo, deixar de fazer apenas o Estágio Supervisionado da grade curricular do seu curso, mas estiver atuando profissionalmente em sua área de formação há pelo menos 03 (três) anos contados do momento em que o aluno cumpriu os requisitos para a matrícula no estágio supervisionado, deverá dirigir requerimento a Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio que encaminhará ao Coordenador do Curso do aluno requerente e ao professor orientador, bem como ouvirá a Coordenadoria Técnico-Pedagógica, e posteriormente solicitar parecer da Diretoria de Ensino do Campus, visando o aproveitamento da experiência profissional, para fins de cumprimento do Estágio Supervisionado.

§ 1º Caso entenda cabível o aproveitamento, a Diretoria de Ensino remeterá o processo à Coordenadoria de Controle Acadêmico para expedição de diploma.

§ 2º No caso de indeferimento do pedido caberá recurso em única instância ao Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 – O presente regulamento integra o manual do estagiário.

Art. 23 – Os ANEXOS I a X são, também, partes integrantes do presente regulamento.

Art. 24 – Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-reitoria de Ensino ou Extensão.

ANEXO I - Ficha de matrícula.

ANEXO II – Relatório Diário de Atividades.

ANEXO III – Relatório Periódico de Atividades.

ANEXO IV – Relatório Final de Estágio para Cursos Técnicos. ANEXO V – Relatório Final de Estágio para Cursos Superiores.

ANEXO VI - Ficha de visita do professor orientador à parte concedente de estágio.

ANEXO VII - Termo de Realização e Avaliação do Estágio. ANEXO VIII - Termo de Compromisso de Estágio.

ANEXO IX - Plano de Atividades do Estagiário (parte integrante do TCE).

ANEXO X – Formulário para Cadastramento de Empresa.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

DESPACHO

Processo: 23490.011577/2018-13

Interessado: Departamento de Ensino

Atesto para os devidos fins de comprovação, que a matéria da Resolução nº 03/2019, foi referendada pelo Pleno do Conselho Superior em sua 54ª Reunião Ordinária realizada em 26/03/2019.

Atenciosamente,

Emanuelle Andrezza Vidal
Secretária dos Conselhos



Documento assinado eletronicamente por **Emanuelle Andrezza Vidal dos Santos, Secretária dos Conselhos Superiores**, em 02/04/2019, às 15:47, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0603210** e o código CRC **143E54C3**.